

Jadson Porto

**INTERAÇÕES ESPACIAIS
TRANSFRONTEIRIÇAS NA REGIÃO
DAS GUIANAS:
NACIONALIDADES, USOS E FUNÇÕES TERRITORIAIS**



JADSON PORTO

INTERAÇÕES ESPACIAIS TRANSFRONTEIRIÇAS NA REGIÃO DAS GUIANAS: ACIONALIDADES, USOS E FUNÇÕES TERRITORIAIS

Relatório Final de mobilidade acadêmica como professor-visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.



Maringá, 2025.

Capa: Trecho da BR-174, Amazonas.

Autor: Jadson Porto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P853i Porto, Jadson.
Interações espaciais transfronteiriças na região das Guianas
[livro eletrônico] : nacionalidades, usos e funções territoriais / Jadson
Porto. – 1. ed. – Maringá, PR : Uniedusul, 2025.
il. color.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5418-082-5

1. Geografia política – Guianas. 2. Fronteiras internacionais –
América do Sul. 3. Territorialidade. 4. Meio ambiente. I. Título.

CDD 320.12

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Doi: 10.51324/54180825

Dedicatória

**Ao Dr. José Maria da Silva, pela sua contribuição na construção da ciência, tecnologia,
inovação e ensino superior no Estado do Amapá.**

Agradecimentos

Agradeço ao apoio financeiro do **CNPq** por meio do projeto: *Front-Guianas: Fronteiras da Amazônia Caribenha: Resiliência, Oportunidades e Natureza Transfronteiriça nas cidades gêmeas da Região das Guianas* (Processo nº 402849/2023-0), que possibilitou as viagens de campo para a consolidação desta investigação.

À **Capes**, pela concessão de uma bolsa de pesquisador-visitante, pelo Edital Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação (PRAPG) – Edital nº 14/2023 - DRI, no Programa de Pós-graduação Planificación e Xestión Territorial, Universidade de Santiago de Compostela.

Ao **Curso de Arquitetura e Urbanismo** (20 anos) e ao **Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá** (20 anos), pelo apoio institucional na minha liberação, para a execução da pesquisa intitulada *Frontguy: Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas: Ações, usos e funções territoriais*.

Ao **Comando Militar da Amazônia**, nas pessoas do Coronel Dower Borges, Coronel Antônio Pavão, Coronel Joilson e o 1º Ten. Marcus Vinícius Gonçalves da Silva, pelas suas disposições em esclarecimentos sobre a atuação das Forças Armadas na fronteira amazônica.

Ao **Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp)**, pelo apoio aos levantamentos demográficos na execução do Projeto Front-Guianas, durante a consolidação da mobilidade acadêmica referente às investigações do projeto intitulado.

Ao **Programa de Pós-graduação Planificación e Xestión Territorial, Universidade de Santiago de Compostela**, pelo apoio na execução do Projeto Front-Guianas, durante a consolidação da mobilidade acadêmica referente às investigações do projeto intitulado *Frontguy: Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas: Ações, usos e funções territoriais*.

Ao **Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galicia**, Universidade de Santiago de Compostela (Idega/USC), por todo apoio infraestrutural na execução da pesquisa realizada.

Ao **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**, por todo suporte e acesso bibliográfico existente em seu acervo.

À **Suribraz**, equipe composta por surinameses que completaram seus cursos superior ou mestrados/doutorados no Brasil; nas pessoas de Jack Mencke, Lloyd Kotzebue e Albertus Poeketie, pelo apoio à pesquisa de campo em seu país.

Aos professores Ruben Gonzalez (USC) e Roberto do Carmo (Nepo/Unicamp), pelos intensos diálogos e reflexões concedidas em suas supervisões durante a minha mobilidade acadêmica.

Ao Professor Gutemberg de Vilhena Silva (Potedes/Unifap), coordenador do Projeto *Front-Guianas*, pelos constantes e intensos estímulos para se pesquisar a Região das Guianas.

Aos meus alunos e (ex-)orientandos do **Curso de Arquitetura e Urbanismo** (20 anos) e ao **Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá** (20 anos), que em muito colaboraram na construção desta obra, mediante suas reflexões e questionamentos feitos em sala de aula ou em gabinete durante orientações.

À Dra. Ana Zuleide Silva (UFRR), pelo acesso ao acervo de sua biblioteca e suporte na pesquisa de campo em Roraima, Guiana e Venezuela.

À Patrícia Sueiro Sanchez, Manuel Rey Lareo, Dr^a Tânia Azevedo (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS), Patrícia González Botana pelo constante companheirismo em Santiago de Compostela.

Ao Maestro Baldur Brönnimann, Thaís Menezes de Oliveira e à Real Filharmonía de Galicia, pelas intensas inspirações vivenciadas em suas musicalidades.

À equipe técnica e de pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento de Galícia (Idega), pelos aprendizados adquiridos: Paula Solla Sineiro; Dr^a Maria Inês Gusmán Correa Araújo Barbosa; Dr^a. Maricarmem Tapia Gómez; Dr^a Laeticia Azucena Garcia Sánchez; Dr. Roque Lazcano Vázquez; às doutorandas Paula Noya Vázquez e Nerea M. Otero Vale e; ao doutorando Yago Fernández.

Ao Dr. Javier Orosa González, Universidad de La Coruña, pelas extensas conversas sobre as relações fronteiriças espanholas.

Prefácio

Desde Europa, e em particular a Geografia que se cultiva na Península Ibérica, cada vez se conhece mais a realidade de América Latina, mais concretamente da América do Sul. Porém, em este progresso do saber de base territorial ficam espaços, lugares ou linhas de demarcação praticamente desconhecidas. A Região das Guianas constitui um exemplo mui claro de tudo isto. Ainda que a maioria da população distingue a fronteira norte do Brasil e a Amazônia deste país, da existência de três territórios continentais pouco habitados que não pertenceram aos impérios coloniais espanhol e português, apenas pouco ainda se sabe. Sobre a demarcação de uma região da Guiana em Venezuela, o nível de informação é de igual escassez.

Não só entre os ibéricos, mas também em um Brasil que, virado para o Sudeste, há escassas referências sobre o Amapá, Roraima, ou do Norte do Pará, que limitam com as repúblicas ou domínios estrangeiros das Guianas. Por tudo isto, que um geógrafo e pesquisador de ampla experiência procura sistematizar trabalhos que realizou por anos sobre a Região das Guianas e as suas dinâmicas fronteiriças. Que, com este fim, dedicou sua mobilidade acadêmica como pesquisador-visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia (IDEGA), na Universidade de Santiago de Compostela, sob a minha supervisão acadêmica, a publicar e elaborar um documentado relatório sobre a questão. Constituindo, assim, uma excelente notícia para o conhecimento geográfico e científico em geral.

Sem dúvida, a Região das Guianas é um espaço opaco, mal visibilizado e compreendido desde o exterior. Por uma perspectiva, aparece como um confim dos países inseridos nesta Região, em seus estados/províncias percebidos como mais periféricos de seus respectivos países. Territórios que até há poucos decênios estiveram mal delimitados, com bordas ou fronteiras incertas mesmo até bem avançado o século XX. Por outra, as realidades nacionais ou coloniais que se tocam além da raia internacional são bem diferentes entre si. Não se trata de simples fronteiras da América do Sul pois existem evidentes distinções históricas e culturais entre si.

Os limites com Guiana ou Suriname implicam um limite cultural importante e uma experiência colonial e pós-colonial muito diferente. Trata-se de repúblicas ilhadas, mais bem conectadas com as suas metrópoles que com as capitais dos países vizinhos. Habitadas por populações mistas, onde as pessoas de origem asiática, sob distintas nacionalidades, são muito relevantes junto a afro-americanos de proveniência diversa, povos originários e minorias brancas. Na Guiana francesa o peso de pertencimento atual a um país europeu ainda se deixa ver, na ocupação do espaço por interesses alheios, a chegada de camadas de brancos funcionários, militares ou empregados qualificados, e o tratamento muito paternalista (e subsidiado) às povoações indígenas. A possibilidade de cooperação e negócio são elevadíssimos, mesmo a atração progressiva dos guianeses para um país emergente como

Brasil. O Professor Jadson Porto é uma das pessoas, dos intelectuais, que mais conhece de esta região e de esta realidade a dia de hoje.

Para o professor um dos temas centrais da sua análise e dos seus discursos científicos é o das fronteiras. Em este caso, entendidas no seu significado pleno, como linha de demarcação entre dois Estados-nação soberanos. Enfrentamos uma questão típica da Geopolítica, que nas Guianas existe a fronteira que é humana, econômica, política e de espaços de ilegalidade. Tudo isto em um grande espaço de continuidade, que todos e todas devemos lutar para que se conserve, a Amazônia. As fronteiras da região são extraordinariamente diversas, como uma enciclopédia de possibilidades distintas. Por um lado, e ainda que nos parece irreais, as bordas da União Europeia com o exterior, nas lindes do *Domaine d’Outre Mer* (DOM), Guiana francesa com o estado brasileiro do Amapá, bem como com as de Suriname e Guiana com Brasil e Venezuela. Esta segunda, muito conflitiva pela reivindicação venezuelana do Essequibo, território aparentemente roubado a esta nação hispano-americana pelo império britânico. Isto provoca que nos dias de hoje haja questionamentos sobre suas demarcações.

Algo semelhante ocorre com a Guiana e o Suriname, já que este segundo país também reivindica uma área case despovoada, que foi ocupada com irregularidades pelos britânicos. Por último, o limite entre Venezuela e Brasil resulta em princípio menos complexo, se bem a situação política e econômica do primeiro país faz com que as localidades de Roraima fronteira sejam protagonistas de tudo tipo de trânsitos e tráficos. Em definitiva, se as fronteiras são importantes para a Geografia e o conjunto e Ciências Sociais, a Região das Guianas constitui um tratado aberto sobre elas.

Em certa medida, a obra de Jadson Porto também é um compêndio moderno de Geografia Regional. Um compêndio que gira sobre um espaço único, as Guianas que definem boa parte da Amazônia natural necessitada de preservação. De outra perspectiva, trata-se de um estudo sobre uma região mal conhecida, mesmo no século XXI: o confim norte é pouco povoado na América do Sul. De feito, aqui se constata que ainda a Geografia *descritiva* pode apresentar áreas onde a bibliografia e os estudos são pouco numerosos. Tendo isto presente, este livro enfrenta um conjunto geográfico único, onde se produzem fenômenos de rentabilização econômica do território, quando menos de duvidosos fins e onde o extrativismo, muitas vezes sem controle, constitui a principal fonte de riqueza e de emprego no plano local.

O extrativismo procura recursos muito valiosos como os minerais preciosos (como o ouro) e as madeiras amazônicas, algumas de grande valor. Esta extração produz assentamentos ilegais, povoamento irregular em amplas áreas de mata. O professor Jadson Porto achegou-se a estes fenômenos, procurando compreendê-los e explicá-los através da realização de entrevistas. Em paralelo, trata de achegar-se ao estudo da exploração sistemática (e legal) das florestas, e das minerações protagonizadas por empresas regulares, que aproveitam concessões para explorar distintos

materiais, de um jeito mais industrializado e sistemático que os *garimpeiros*. As pequenas cidades são o centro do comércio, o turismo e os centros de empreendimentos, que também são analisados desde o conhecimento direto da Amazônia pelo Jadson.

Conforme avançamos em este prefácio, mais se vai afirmando a personalidade do autor do livro, o professor Jadson Porto. Isto resulta lógico porque estamos diante dum grande pesquisador de longo e completo trabalho na Universidade Federal do Amapá. Se a universidade, no seu significado de academia e templo da ciência deve gerar produtos científicos muito qualificados, este labor tem que fazer-se defendendo sempre a necessidade da transferência do conhecimento ao território e a sociedade onde se insere. E o Jadson Porto cumpre perfeitamente estes dois requerimentos. Por uma parte, com uma longa série de publicações científicas e pesquisas investigadoras da sua autoria. Por outra, dedicando o substancial do seu esforço analítico a conhecer melhor, caracterizar as dinâmicas espaciais e denunciar os problemas do Estado de Amapá e, em geral, da Região das Guianas.

Com cerca de cento e setenta publicações editadas, sob a forma de livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas e em trabalhos completos em eventos nacionais e internacionais, destacam aquelas focadas às problemáticas do seu território. Entre as mesmas, sobressai sem dúvida a sua Tese, apresentada em 2002 e intitulada, *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais, 1943-2000*, muito citada entre os colegas e que sintetiza no seu enunciado a vontade de trabalho geográfico e científico do professor ao longo de uma dilatada carreira acadêmica. Outros contributos de interesse foram, a título de exemplo, “Os Territórios federais e a sua evolução o Brasil” (1999); “Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas” (2005); *Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*, publicado em 2020, resultado de seu primeiro estágio pós-doutoral na Universidade Regional de Blumenau; *Amapá: As transformações econômicas e institucionais continuam (2000-2023)*, publicada em 2024, vinte anos após a sua defesa doutoral, atualizando suas reflexões sobre o espaço amapaense.. Sempre interessado em investigar sobre o espaço e a sociedade, suas configurações administrativas e as dinâmicas territoriais complexas, com uma mirada de compromisso científico militante.

Em certa medida, o professor Jadson Porto associa a sua trajetória a acadêmica à da Universidade Federal do Amapá, em concordância com a sua história como docente e pesquisador. Porém, graças ao seu magistério, a Geografia de esta instituição acadêmica superior é algo mais. Nos estudos territoriais, cumpre se referir a uma importante trajetória em Geografia política, análise de fronteiras e cooperação territorial, com professores de projeção como Gutemberg de Vilhena Silva. Também, em Geografia agrária e movimentos sócio-territoriais, destacando a obra da atual presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), a professora Patrícia Rocha. Pelo demais, as pesquisas sobre desenvolvimento regional e local, aspectos de Geografia

econômica e alguns âmbitos do urbanismo, definem um histórico notável de um departamento não menor no contexto amazônico e brasileiro.

O Jadson Luís Rebelo Porto se destaca por ter protagonizado um significativo número de estadias pós-doutorais. Entre elas, a que lhe permitiu há quase um decénio estar em Salamanca, que constituiu a primeira demonstração de interesse pela Geografia e a trajetória de universidades históricas espanholas. Em boa medida, Brasil e Espanha constituem países com academias complementarias. As duas muito influenciadas pela Geografia clássica e regional francesa, as duas estruturadas em departamentos e formações de pós-graduação e doutoramento bem reguladas, e as duas com visões muito diferentes do passado colonial ibero-americano. Mas, como a Espanha, o Reino de Castela, não participou na colonização do Brasil, as percepções e o diálogo pode ser mais tranquilo e respeitoso. Desde Salamanca, o professor Jadson visitou a Galiza. Uma Comunidade Autónoma onde se fala uma língua muito semelhante à do Brasil, com uma cultura e organização do espaço próxima ao vizinho Portugal (mas sem ser português) e com uma cidade histórica, e universidade histórica, onde se pode pesquisar cómodo em uma estadia pós-doutoral.

Acredito que a estadia do Jadson Porto aconteceu com sucesso em Santiago de Compostela. Em particular, permitiu-lhe ler, pensar e escrever desde uma certa perspectiva sobre o Amapá, a Região das Guianas e a suas fronteiras. Este relatório é um bom exemplo disto. Mas, para nós desde a Geografia da Universidade de Santiago de Compostela, o realmente importante é manter um amigo e um cúmplice científico para o futuro. Ainda mais, estabelecer uma ponte entre as universidades da Galiza e a do Amapá, das Guianas, para trabalhar conjuntamente sobre o mundo do desenvolvimento regional, territorial, as fronteiras e as tensões derivadas da Geografia política cambiante da atualidade. Em estes meses colaboramos em pesquisas e publicações; agora queremos que a Universidade de Santiago, as edições do Grupo de Investigación Ante e do Idega, sejam a vitrine desde onde livros e textos chegados do Amapá possam difundir-se em Espanha, em toda a Europa. A aliança já está iniciada, agora cumpre consolidá-la.

Santiago de Compostela, Galiza, Espanha, agosto de 2025.

Rubén C. LOIS-GONZÁLEZ

Catedrático de Geografia
Vice-Presidente Primeiro da UGI-IGU
Universidade de Santiago de Compostela.

Apresentação

O trabalho de Jadson Porto é um estudo aprofundado sobre as interações transfronteiriças na Região das Guianas, derivado do seu relatório final de mobilidade acadêmica como professor-visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, parte da Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha.

O texto, ricamente ilustrado e concluído com 201 referências bibliográficas (22 das quais do próprio Jadson Porto) analisa as dinâmicas espaciais, econômicas e territoriais dessa região, destacando as transformações históricas, geográficas e institucionais.

Ele distingue duas sub-regiões principais: a Região das Guianas Brasileira (RGB) e a Região das Guianas Internacional (RGI). A primeira é composta por 52 municípios distribuídos entre os estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Pará e tem forte influência do Estado nas suas políticas territoriais, com infraestrutura como rodovias (BR-156, BR-174) e áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas). Ela conta três cidades-gêmeas (Oiapoque, Bonfim, Pacaraima) e cinco regiões metropolitanas, a sua economia associa atividades tradicionais e algumas indústrias modernas

A região das Guianas Internacional (RGI) inclui a Guiana Francesa, o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e parte da Venezuela. A sua dinâmica econômica é concentrada nas capitais litorâneas (Cayenne, Paramaribo, Georgetown) e nas atividades petrolíferas emergentes que podem transformar as dinâmicas econômicas e territoriais.

O período analisado começa na segunda metade do século XX e vai até meados do terceiro decênio do século XXI pois, como indica Jadson Porto, “Neste período ocorreram as principais transformações espaciais na região da Amazônia brasileira e internacional; considerando a instalação de eixos viários, ampliando as densidades e intensidades de fluxos e fluidez ao território amazônico, bem como nos usos e novos usos da potencialidade amazônica (agronegócio; explorações mineral e madeireira; industrialização; produção de energia); estímulo à transfronteirização, inicialmente pela integração física e infraestrutural; elaboração de acordos e cooperações entre os países” (página 7)

O estudo baseia-se em análises bibliográficas e dados quantitativos, mas também - e esse é um de seus grandes méritos - em observações de campo em várias cidades fronteiriças (Oiapoque, Saint-Laurent-du-Maroni, Lethem, Pacaraima). Jadson Porto indica que foram executadas quatro pesquisas de campo em diferentes temporalidades e espaços da Região das Guianas em 2024. No mês de maio ocorreu a Expedição Oiapoque; em junho, a Expedição Suriname e; em setembro e outubro Expedição Roraima, nas fronteiras com a Venezuela e com a Guiana. Todas elas foram financiadas pelo Projeto Front-Guianas: Fronteiras da Amazônia Caribenha: Resiliência, Oportunidades e

Natureza Transfronteiriça nas cidades gêmeas da Região das Guianas (chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 10/2023 – Universal),

As questões orientadoras deste livro, de acordo com o autor, foram: “Como se configuram inte(g)rações espaciais da Região das Guianas? Como os usos, funções e as acionalidades territoriais da Região das Guianas se comportaram à medida em que a inte(g)ração espacial da Região das Guianas foi se consolidando?”.

Portanto, é natural que o texto dê muita atenção ao tema das fronteiras: a palavra aparece nele 120 vezes e em quatro dos cinco títulos da parte “Região das Guianas brasileiras: espacialidades e uso do território” e em cada um dos cinco títulos da parte “Observações de campo na fronteira - expedições na região das Guianas”. Também é perfeitamente normal que o texto dê um lugar de destaque ao tema das cidades-gêmeas, que ele vê como um “lôcus de interações e espacialidades institucionalizadas » (página 32).

Deve-se notar, no entanto, que o texto de Jadson Porto inclui uma série de inovações no vocabulário, entre outras na tipologia dessas cidades: “Para fins de homogeneizar os espaços e estruturas de aglomerações urbanas, adotar-se-á [uma] tipologia composta por localidades lindeiras e não-lindeiras”. A escolha de palavras é interessante, e não deixar de evocar a palavra “confins”, à qual o signatário desta apresentação está particularmente ligado.

Outro fato notável deste trabalho é que nele Jadson Porto utiliza 40 vezes (inclusive no título) a palavra “acionalidade” que ele já tinha usada no artigo “Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais”¹.

Como a palavra não é comum na língua portuguesa e não possui um significado amplamente reconhecido achei útil rastrear suas origens e mostrar que Jadson Porto faz aqui uso original dela. O termo é uma tradução da palavra alemã *Aktionsart*, em francês ela é traduzida como *mode d'action*, em inglês como *manner of action*, mas também é frequentemente usado como tal. Ela é frequentemente usada no estudo da aspectualidade verbal, que analisa como os verbos descrevem o fluxo temporal de uma ação.

A *Aktionsart* pode ser categorizada de várias maneiras, dependendo da natureza da ação descrita pelo verbo. No Brasil foi estudada por Maurício Resende², que examinou a acionalidade das construções com verbos leves, analisando as propriedades que fazem que uma mesma situação verbal pertença a classes acionais distintas quando expressa por um verbo pleno ou por uma construção com verbo leve.

Jadson Porto transpõe a palavra para o campo da geografia, de uma forma original. Por exemplo, ele diz “Quanto à acionalidade, esta expõe como os espaços foram acionados pelo capital e/ou pelas políticas

¹ *Confins* n°55, 2022, <http://journals.openedition.org/confins/45717>, DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.45717>

² “Uma análise composicional da acionalidade das construções com verbos leves, Universidade Estadual de Campinas, <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1403856>

territoriais para estimular os usos e configurar as funções do território em seus contextos históricos, econômicos e políticos” (pág. 21). Ele ainda indica, mais adiante: “Ou seja, acionalidades foram se efetivando nesta Região” e “Assim, a acionalidade é parte dos usos e funções do território” (pág. 67). A transposição da palavra merecerá ser esclarecida e aprofundada, mas já se percebe que ela chama a atenção.

Como se vê, o texto traz, portanto, a marca da forte personalidade de Jadson Porto, que, como se diz em francês, tem “mais de uma corda no seu arco” (o que, no seu caso, é particularmente adequado, pois ele pratica com sucesso o tiro com arco). De fato, ele não é apenas geógrafo, mas também viajante (as duas coisas combinam bem) e poeta (o que é mais raro).

Esta obra será, naturalmente, complementada e aprofundada pelas publicações dos membros da equipe multinacional do projeto CNPq *Projeto Front-Guianas* (cujos outros membros não tiveram, como ele, a oportunidade de um período de mobilidade acadêmica para redigir), mas ele já é um bom presságio para o futuro, sem dúvida todos esses trabalhos ajudarão a divulgar melhor esta fascinante região das Guianas.

Dr. Hervé Théry

Directeur de recherche émérite au CNRS-Creda
Professor na Universidade de São Paulo (USP-PPGH).
Fundador e co-coordenador editorial da revista *Confins* (<http://journals.openedition.org/confins/>).

Prólogo

O público brasileiro pode contar, a partir deste livro, com um material relevante sobre uma região que, aparentemente, foi colocada numa condição de esquecimento. As Guianas, um conjunto territorial que em breve, certamente, ouvir-se-á falar com mais intensidade, constituem a matéria por excelência trabalhada por Jadson Porto ao longo de sua trajetória acadêmica. Ele revela uma região que desde o final do século XVI tem despertado a curiosidade de expedições que bordejaram a costa norte atlântica da América do Sul. Walter Raleigh, em 1595, havia denominado o Império de la Guyana e procurava localizar o lendário El Dorado.

Nesta obra, Jadson Porto, com um intenso trabalho de campo e vivência regional, apresenta as diversas regionalizações da Região das Guianas, afinal ela está compartilhada entre Estados-Nacionais com trajetórias históricas e culturais bem diferentes assim como atuam sobre ela de modo distinto. Se a natureza amazônica das Guianas aponta para uma unidade fisiográfica, a história e, logo, a geografia, conduziram à formas desiguais de ocupação.

Moldada entre o Oceano Atlântico, o rio Amazonas, o rio Negro e o rio Orenoco, cercada de lendas e mistérios construídos pelos inúmeros exploradores que por esta “ilha” navegaram, desde Colombo, Walter Raleigh, Charles La Condamine e mesmo Humboldt, Jadson Porto descreve, esclarece e analisa esse conjunto territorial que na atualidade está envolvido por tensões territoriais fronteiriças de origem remota, colonial; exploração ilegal e legal de minérios, cujo próximo expoente será o petróleo; mas também esta região tem buscado formas de inte(g)ração, seja a partir de investimentos infraestruturais dos Estados, seja a partir das populações situadas nas bordas fronteiriças que cooperam para resolução de necessidades imediatas.

Esqueça o sofrimento de Papillon, no filme homônimo, condenado a cumprir pena no presídio da Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, para onde a França enviava os criminosos; esqueça, também, o Suriname como antigo depósito de escravos traficados por holandeses; deixe de lado a metáfora de Cristóvão Colombo sobre a foz do rio Orenoco ser a boca de uma serpente e a foz do rio Amazonas ser a boca de um dragão; enterre o mito do El Dorado e da cidade de ouro de Manoa existentes nos sonhos de Raleigh. O trabalho de Jadson Porto nos apresenta uma outra “Região das Guianas”, que se altera, se transforma e busca uma articulação interna depois de séculos à margem dos respectivos Estados-Nacionais aos quais pertencem. Boa leitura!

Manaus, 09 de setembro de 2025

Dr. Ricardo Nogueira

Professor Titular de Geografia.
Universidade Federal do Amazonas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ESPACIALIDADES, INSTITUCIONALIDADES E ACIONALIDADES DA REGIÃO DAS GUIANAS	21
A INTE(G)RAÇÃO REGIONAL DA REGIÃO DAS GUIANAS: ACIONALIDADES VELHAS E NOVAS.	21
REGIÃO DAS GUIANAS: ENTRE USOS E ACIONALIDADES TERRITORIAIS	25
CIDADES-GÊMEAS: LÓCUS DE INTERAÇÕES E ESPACIALIDADES INSTITUCIONALIZADAS	33
ESPACIALIDADES DA REGIÃO DAS GUIANAS	40
QUANTO À LOCALIZAÇÃO	41
QUANTO ÀS ESPACIALIDADES INSTITUCIONALIZADAS	45
CONFIGURAÇÕES URBANAS NA REGIÃO DAS GUIANAS	56
TIPOLOGIAS URBANAS NA REGIÃO DAS GUIANAS	56
REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA: ESPACIALIDADES E USO DO TERRITÓRIO	68
REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA	68
REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA - FAIXA DE FRONTEIRA	70
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES	73
RORAIMA E AS SUAS INTERAÇÕES (TRANS)FRONTEIRIÇAS	78
INTERAÇÕES E ENSAIOS DE COOPERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS AMAPAENSES	80
OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA - EXPEDIÇÕES NA REGIÃO DAS GUIANAS	85
OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA BRASIL/FRANÇA	86
OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA SURINAME/FRANÇA	97
OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA SURINAME/REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA	100
OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA BRASIL/REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA	102
OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
SOBRE O AUTOR	131

INTRODUÇÃO

Este livro é fruto de investimentos investidos dos Grupos de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (Potedes) e do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Nesur) da Universidade Federal do Amapá, inseridos nos cursos de graduação de Relações Internacionais e de Arquitetura e Urbanismo, bem como dos Programas de Pós-Graduação Estudos Fronteiriços e Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. Sua construção inicia como parte de um programa de atos acadêmicos executados pelo Projeto *Front-Guianas: Fronteiras da Amazônia Caribenha: Resiliência, Oportunidades e Natureza Transfronteiriça nas cidades gêmeas da Região das Guianas* (chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 10/2023 – Universal) e do Projeto *Frontguy: Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas: Ações, usos e funções territoriais* (Edital Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação, PRAPG - Edital n° 14/2023 - DRI), no Programa de Pós-graduação Planificación e Xestión Territorial, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, com uma bolsa de pesquisador-visitante.

Para a elaboração deste livro, percorreu-se as seguintes etapas metodológicas: é uma pesquisa descritiva e interpretativa, embasada em levantamentos e análises bibliográficas de material elaborado sobre esta região; análises documentais a partir dos relatórios socioeconômicos institucionalizados; análise quantitativa com análise descritiva de dados secundários disponíveis. Definiu-se que a temporalidade, aqui abordada, refere-se a partir da segunda metade do século XX encerrando em meados do terceiro decênio do século XXI. Neste período ocorreram as principais transformações espaciais na região da Amazônia brasileira e internacional; considerando a instalação de eixos viários, ampliando as densidades e intensidades de fluxos e fluidez ao território amazônico, bem como nos usos e novos usos da potencialidade amazônica (Agronegócio; explorações mineral e madeireira; industrialização; produção de energia); estímulo à transfronteirização, inicialmente pela integração física e infraestrutural; elaboração de acordos e cooperações entre os países integrantes da Amazônia Internacional, destacando-se, aqui, a Região das Guianas (RG).

Foram executadas quatro pesquisas de campo em diferentes temporalidades e espaços da Região das Guianas em 2024. No mês de maio ocorreu a *Expedição Oiapoque*; em junho, a *Expedição Suriname*; e em setembro e outubro *Expedição Roraima*, nas fronteiras com a Venezuela e com a Guiana. Todas elas foram financiadas Projeto *Front-Guianas: Fronteiras da Amazônia Caribenha: Resiliência, Oportunidades e Natureza Transfronteiriça nas cidades gêmeas da Região das Guianas* (chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 10/2023 – Universal), visando observar uma série de manifestações, materializações e execuções de comportamentos territoriais sobre a gestão ambiental, a geografia da saúde, a inte(g)ração espacial e a análise regional no contexto das cidades fronteiriças de Oiapoque, Pacaraima e Bonfim (Brasil); Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa); Albina e Nieuw Nickerie (Suriname); Lethem (Guiana) e Santa Elena de Uairén (Venezuela).

O objetivo das reflexões aqui estabelecidas é analisar as dinâmicas espaciais e econômicas ocorridas na Região das Guianas no período entre 1950-2025. A relevância deste estudo é decorrente dos seguintes fatores geográficos, territoriais e econômicos que vem ocorrendo nas Região das Guianas. Por um lado, houve a ações do grande capital internacional atuando em intensidade nesta região, como também ocorreu o processo de independência da Guiana e do Suriname de seus colonizadores nas décadas de 1960 e 1970, gerando outros usos de seus territórios.

Quanto à Região das Guianas Brasileira (RGB), esta teve uma construção histórica, econômica e territorial distinta da espacialidade existente à margem direita do rio Amazonas em seus usos, configurações e funções de seus territórios, após a década de 1960. Na RGB, a implantação de sua rede rodoviária não foi tão intensa como ocorrido na margem direita do rio Amazonas; houve um outro processo de ocupação de sua espacialidade e; há uma diversa e heterogênea *espacialidades institucionalizadas*, com grande *magnitude do Estado* materializadas em suas políticas e investimentos públicos ali estabelecidos, em sua *vitalizações e vivificações* territoriais.

Para atender as expectativas do objetivo acima traçado, as questões orientadoras deste livro são: Como se configuram inte(g)rações espaciais da Região das Guianas? Como os usos, funções e as acionalidades territoriais da Região das Guianas se comportaram à medida em que a inte(g)ração espacial da Região das Guianas foram se consolidando ?

Resultado de sete anos de intensas e profundas reflexões e investigações, publicou-se o *Atlas da Região das Guianas* (Silva.; Di Miceli, 2024). Esta é a primeira obra que ousa pensar a RG em sua totalidade, em suas materializações de suas particularidades e abordagens em sua originalidade. Muitas das discussões básicas para as configurações históricas, espaciais, culturais e políticas foram intensamente expostas pelos autores, como também apresenta uma vasta e variadas cartografias da RG. Assim sendo, para não ser repetitivo ao que os autores expuseram e, a partir das bases por eles elaboradas, as reflexões aqui expostas, visam avançar no entendimento deste território, em seus usos, suas funções, suas configurações e suas materializações espaciais.

A Região das Guianas é uma vasta área de 2.008.078,96 km² do norte da América do Sul, entre os rios Orinoco, Negro e Amazonas, margeada pelo oceano Atlântico (Figura 1). É composta por 1.085.572,49 km² do território brasileiro (composta pelos Estados do Amapá; Roraima; parcialmente pelo Estado do Pará, integrando todos os municípios à margem esquerda do rio Amazonas e; parcialmente o Estado do Amazonas, envolvendo as margens esquerdas dos rios Amazonas e Negro); 456.007 km² da Venezuela (pelos Estados de Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas, à margem direita do rio Orinoco); 214.970 km² da República Cooperativa da Guiana; 163. 820 km² de Suriname e 83.534 km² da Guiana Francesa.

Figura 1 - Região das Guianas.



Fonte: Silva; Di Miceli (2024, p. 32).

Quanto ao seu aspecto territorial político-administrativos subnacional, deve-se ressaltar que há diferenças de identidades administrativas das territorialidades entre os países envolvidos, a exemplo do Suriname que não possui espacialidades municipais, mas distritos. Para fins de uma tentativa de homogeneizar essas espacialidades, tais unidades territoriais administrativas serão aqui tratadas como municipais; outro aspecto fundamental sobre a análise aqui estabelecida, se refere à *espacialidade institucionalizada* Faixa de Fronteira³, em suas configurações, diversidades e heterogeneidades.

Apresenta-se, aqui, três sub-regionalizações da RG, ei-las: *A Região das Guianas Brasileira* (RGB); a *Região das Guianas Brasileira - Faixa de Fronteira* (RGB/FF), somente com os municípios da RGB localizados dentro da Faixa de Fronteira brasileira e; a *Região das Guianas Internacional* (RGI), a Guiana Francesa, Suriname, República Cooperativa da Guiana e a parte oriental da Venezuela, à margem direita do rio Orinoco.

O interesse de se analisar as dinâmicas territoriais da Região das Guianas vem desde 2011, quando um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Amapá se reuniram e criaram o Observatório do Platô das Guianas (Obfron) (Silva, 2016). Inicialmente a regionalização adotada foi pelo componente físico-natural. O que pareceu ser *um fator limitador para a compreensão de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais que interferem e sofrem interferência nas Guianas* (Op. cit., p. 9). A partir desta obra, ampliaram-se os entendimentos desta regionalização para se perceber suas condições históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. A territorialidade apresentada nesta obra, por exemplo, não insere alguns municípios amazonenses da margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, como é o caso de Manaus. Postura esta revista, ampliada e atualizada em Silva, Di Miceli; Silva (2019).

Pois, o maior dinamismo de tais fatores é mais perceptível na planície, seja ela litorânea ou fluvial, onde se encontram, sejam elas decorrentes da localização das capitais dos países Guiana

³ Dos vários estudos sobre a faixa de fronteira brasileira, vide: Brasil (2005); Pêgo *et al.* (2018); Moura; Ferreira (2022); Agência IBGE (2021).

(Georgetown) e Suriname (Paramaribo); da Guiana Francesa (Caïena), da Venezuela (Puerto Ayacucho, Ciudad Bolívar, Ciudad Guiana e Tucupita) e dos Estados Brasileiros Amapá (Macapá) e Amazonas (Manaus), bem como as *cidades-gêmeas* entre os países integrantes (Figura 2).

Figura 2 - Topografia da América do Sul, capitais e cidades-gêmeas na Região das Guianas.



Fonte: https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/rqkp11/topographic_map_of_south_america/?rdt=56955

Durante os levantamentos executados houve uma série de dificuldades de acesso a dados oficiais estatísticos disponíveis e atualizados, no que dizem respeito aos dados demográficos e econômicos. Algumas dessas informações não estão atualizadas a pelo menos 10 anos.

À medida que foram percorridos os locais visitados em pesquisa de campo, foi percebido um aspecto espacial muito presente na organização e configuração territorial da Região das Guianas, aqui identificada como *espacialidades institucionalizadas*. Estas podem ser expressas em suas identidades, reconhecimento e/ou regulamentações territoriais por um diploma legal; sua territorialidade de atuação é estabelecida por órgãos gestores, a fim de organizar, monitorar ou administrar o uso do território; como também há uma definição espacializada de ações por políticas territoriais. São as espacialidades de atuação instituições públicas em unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas, espaços de

defesa nacional, de políticas territoriais (Faixa de fronteira, regiões metropolitanas; *cidades-gêmeas*) ou de interações e cooperações internacionais (Blocos econômicos, Tratado de Cooperação da Amazônia).

Este livro é composto por cinco seções. A primeira apresenta uma breve discussão sobre o uso, funções e acionalidades do território, enfatizando o caso da Região das Guianas.

A segunda expõe as espacialidades da Região das Guianas, mediante às novas articulações, usos e funções do território em sua construção regional. São apresentadas duas espacialidades para reflexões: Uma quanto à sua *localização*; a outra, quanto às *espacialidades institucionalizadas*.

A terceira traz em breves reflexões, algumas argumentações sobre as configurações urbanas na Região das Guianas entre 1970-2025, quando ocorreram as principais transformações espaciais na Região das Guianas, seja em suas dinâmicas econômicas, transformações de políticas territoriais, ampliações de sua *urbanodiversidade*; bem como nos usos e novos usos das suas potencialidades, gerando novos usos deste território.

A quarta explana que as espacialidades da Região das Guianas, em suas heterogeneidades, foram acionadas em suas diversas temporalidades, com suas múltiplas e diversas institucionalidades, garantindo suas inte(g)rabilidades (inter)nacionais, regionais e locais, as quais foram se materializando em seu território e em diversas formas. Assim, a acionalidade é parte dos usos e funções do território.

A quinta expõe algumas observações de campo quando foram percorridos mais de 1.500 km na Região das Guianas nos períodos de 09 a 12 de maio (*Expedição Oiapoque*), na fronteira Brasil/Guiana Francesa; 01 a 06 de junho (*Expedição Suriname*) entre as fronteiras Guiana/Suriname/Guiana Francesa; e 27 de setembro a 05 de outubro (*Expedição Roraima*) de 2024, nas fronteiras Venezuela/Brasil/Guiana, identificando uma série de manifestações, materializações e execuções de comportamentos territoriais sobre a gestão ambiental, a geografia da saúde, a inte(g)ração espacial e a análise regional no contexto das cidades fronteiriças de Oiapoque, Bonfim e Pacaraima (Brasil), Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa), Albina e Nieuw Nickerie (Suriname).

ESPACIALIDADES, INSTITUCIONALIDADES E ACIONALIDADES DA REGIÃO DAS GUIANAS

Muitos e variados usos do território tem ocorrido na espacialidade da Região das Guianas (RG). Em suas particularidades, por mais que tiveram comportamentos de colônias de exploração portuguesa, espanhola, francesa, inglesa e holandesa desde o século XVI, percebe-se que a efetividade da espacialidade de *trabalhos velhos* (Becker, 2013) são decorrentes desta construção histórica.

A partir da década de 1960, ocorreram transformações e permanências pelos novos usos de território, porém mantendo a sua função de fornecedor de *commodities*; usando novas técnicas e tecnologias na exploração das potencialidades ali identificadas, sejam elas minerais, vegetais, usos do solo ou, mais recentemente, pelos seus serviços ambientais.

Para Santos (1994), *é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social*. A partir deste uso, em suas diferentes adoções técnicas e tecnológicas para aprimorar e/ou ampliar a exploração daquilo que o território oferece (*Op. cit.*), a produção do espaço em seus desenvolvimentos desiguais geográficos (Harvey, 2013), as aprendizagens territoriais em suas diversas práticas (Rocha, 2016; Porto 2024a), fazem com que os territórios sejam acionados (Porto, 2021). Assim, novas funções do território são construídos (Santos, 1996).

A INTE(G)RAÇÃO REGIONAL DA REGIÃO DAS GUIANAS: ACIONALIDADES VELHAS E NOVAS.

O processo de ocupação da RG remonta ao século XVI, como resultado da expansão marítima europeia, por portugueses, franceses, holandeses e ingleses (Silva; Di Miceli, 2024). Uma série de inserções desses povos foram registrados (Lézy, 2000). No século XX, uma série de transformações políticas, socioeconômicas, territoriais e da inserção dessa Região na economia-mundo desde a década de 1970, sendo que a mais recente, no terceiro decênio do século XXI, diz respeito às expectativas da exploração do petróleo neste território.

A RG possui três sub-regionalizações, ei-las: A *Região das Guianas Brasileira* (RGB); a *Região das Guianas Brasileira - Faixa de Fronteira* (RGB/FF) e; a *Região das Guianas Internacional* (RGI). Deve-se ressaltar, contudo, as diferenças de territorialidades político administrativas existentes entre os países envolvidos. Por exemplo: à exceção do caso brasileiro, os demais países guianenses não possuem uma Faixa de Fronteira. O Suriname, não possui espacialidades municipais, mas Distritos. Para fins de uma tentativa de homogeneizar essas espacialidades, tais unidades territoriais administrativas serão aqui tratadas como municipais.

Quanto à sua territorialidade político-administrativa, o caso brasileiro, a RGB, é composta por 4 Estados (Parcialmente dos Estados do Pará e do Amazonas; a totalidade do Amapá e Roraima), com 52 municípios. A Venezuela, é composta por 3 Estados, com 21 municípios; a Guiana, há 10 Municípios; a Guiana Francesa, 20 Municípios e; o Suriname, 10 Distritos, que a partir de suas sedes, serão tratados aqui, como municípios.

Mediante às configurações acima expostas, as dinâmicas geo e socioeconômicas da RG podem ser explicadas em seus contextos quanto à sua *espacialidade*, *territorialidade*, *institucionalidade*, *temporalidade*, *inte(g)rabilidade* e *acionalidade*.

Sobre a *espacialidade*, esta diz respeito à sua existência espacial per si, onde todas as dinâmicas (políticas, econômicas, culturais e sociais) ocorrem e ali se materializam. A *territorialidade* expõe as relações e articulações de poder ali existentes e/ou criadas. A *institucionalidade*, quando os processos sócio-culturais-jurídicos-econômicos-políticos são regulamentados por uma instituição para o uso e função do território. A *temporalidade*, expõe em que momento da história o fenômeno analisado se manifesta. A *inte(g)rabilidade*, permite refletir se efetivamente há interações ou integrações espaciais no local analisado. Quanto à *acionalidade*, esta expõe como os espaços foram acionados pelo capital e/ou pelas políticas territoriais para estimular os usos e configurar as funções do território em seus contextos históricos, econômicos e políticos.

Há uma série de fatores que explicam o processo de inte(g)ração da RG. Porto, Carmo e Gonzalez (2024) identificaram os seguintes: A importância da criação dos Territórios Federais de Amapá e Rio Branco (Atual Estado de Roraima) em (1943) e suas estadualizações (Porto, 2023); a fragmentações dos territórios pelas criações de municípios, de terras indígenas e unidades de conservação (áreas com restrições de usos do território) (Porto, 2003; 2020); a importância do Polo Industrial de Manaus, da Suframa, das Áreas de Livre Comércio e das intenções das Zonas Francas Verdes; a importância dos polos industriais de Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana (Venezuela), à margem do rio Orinoco; a importância do Tratado de Cooperação Amazônica e da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia; as independências da República Cooperativa da Guiana (1966) e do Suriname (1975); a instalação de rodovias conectando a fronteira com Manaus (BR-174), Macapá (BR-156) e Boa Vista (BR-174 ; BR-401 e BR-433), as capitais dos países envolvidos à sua hinterlândia e a expansão rodoviária em território venezuelano; As rodovias estaduais PA-254 e AM-363, acompanhando a margem esquerda do rio Amazonas, acessando suas terras firmes; a importância do Pelotões Especiais de Fronteira no Brasil (Clevelândia, Amapá; Pacaraima e Bonfim, Roraima) e nos países limítrofes; a importância do Programa Calha Norte (1985); a importância da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (2000), desde 2009, é conhecido como Consejo Suramericano de Infraestructura y

Planeamiento (Cosiplan); IV Interreg - PO Amazonie (2007) e PAC; A criação de Blocos Econômicos: Caricom; Mercosul / Unasul; Commonwealth; União Europeia.

Cada um desses possui impactos inerentes aos seus objetivos e gerando outros, mostrando o quão complexo, dinâmico e fluido foram as configurações espaciais da totalidade regional e as suas materializações em suas particularidades territoriais. Assim, não se pode analisar a Região das Guianas somente como ações e atos políticos, mas que se deve incluir discussões variadas que afetam o uso e geram funções em seu território, tais como: o uso de suas potencialidades naturais; geográficas e econômicas em um mundo articulado em rede; as suas interdependências econômicas em suas respectivas temporalidades; as inte(g)rações dos circuitos superior e inferior da economia em um mundo em constante conflito entre o global e o local; suas organizações e ordenamentos espaciais; as gestões de seu espaço mediante os aspectos de ordenamento, configuração e o planejamento territorial; e as suas relações e conflitos internos.

Por mais dinamismo econômico e geográfico que tenha ocorrido na Região das Guianas decorrente de investimentos em infraestrutura (logística, energética) ou pela sua acionalidade espacial para se ter acesso às potencialidades e aos produtos oriundos dos polos industriais em Manaus (BR), Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana (VE); do processo técnico-científico-espacial em Kouru (Guiana Francesa); das diversidades econômicas existentes nas capitais Georgetown (Guiana), Paramaribo (Suriname) e Caiena (Guiana Francesa), como também em Macapá (Amapá, Brasil) e Boa Vista (Roraima); as demais espacialidades municipais e das cidades dessa Região adotam o *trabalho velho* em suas configurações econômicas (Becker, 2013).

Quanto às questões demográficas, algumas considerações prévias devem ser expostas, tais como: Dos dados estatísticos disponíveis acessados até a conclusão deste texto, os censos do Suriname, Guiana e Venezuela, ou estão desatualizados ou são de estimativas de suas contagens. Os casos venezuelano e brasileiro, não foram adotados a totalidade de sua contagem nacional. Pois somente 3 Estados venezuelanos integram a RG, ao passo que quatro Estados brasileiros participam desta regionalização. Contudo, dois desses casos brasileiros (Estados do Pará e Amazonas) são parcialmente inseridos.

A Região das Guianas Brasileira (RGB) possui quatro momentos para se avaliar sobre a sua inte(g)ração regional e as contribuições na sua ocupação demográfica:

- Por se localizar à margem esquerda do rio Amazonas, seu processo de ocupação foi distinto da espacialidade regional à margem direita do rio-mar. As rodovias de integração física da Amazônia com o centro-sul brasileiro e a constante ampliação do arco do desmatamento amazônico desde a década de 1960, tem gerado um complexo processo de uso e função do território amazônico muito debatido por vários pesquisadores brasileiros (regionais ou nacionais) e internacionais. Quanto à margem esquerda, as

articulações ocorreram a partir de políticas territoriais da criação dos Territórios Federais de Rio Branco (Atual Estado de Roraima) e do Amapá, em 1943.

- Na década de 1940, na Venezuela foi dada prioridade ao desenvolvimento das indústrias como a empresa de eletricidade Edelca e a Siderúrgica del Orinoco, que formaram a base do Complexo Industrial Guayana. Posteriormente, foram criadas empresas subsidiárias encarregadas da gestão de vários processos industriais com recursos básicos como Fesilven, CVG-Bauxilum, Alcasa, Venalum, CVG-Minerven, CVG Interalumina, CVG- Carbones del Orinoco, entre outros (INE, 2014a, b e c). No Brasil, a instalação dos Territórios Federais do Amapá e Rio Branco garantiram novas ocupações, configurações e organizações espaciais na linde brasileira ao norte de América do Sul (Porto, 2003; 2023; Freitas, 2017).

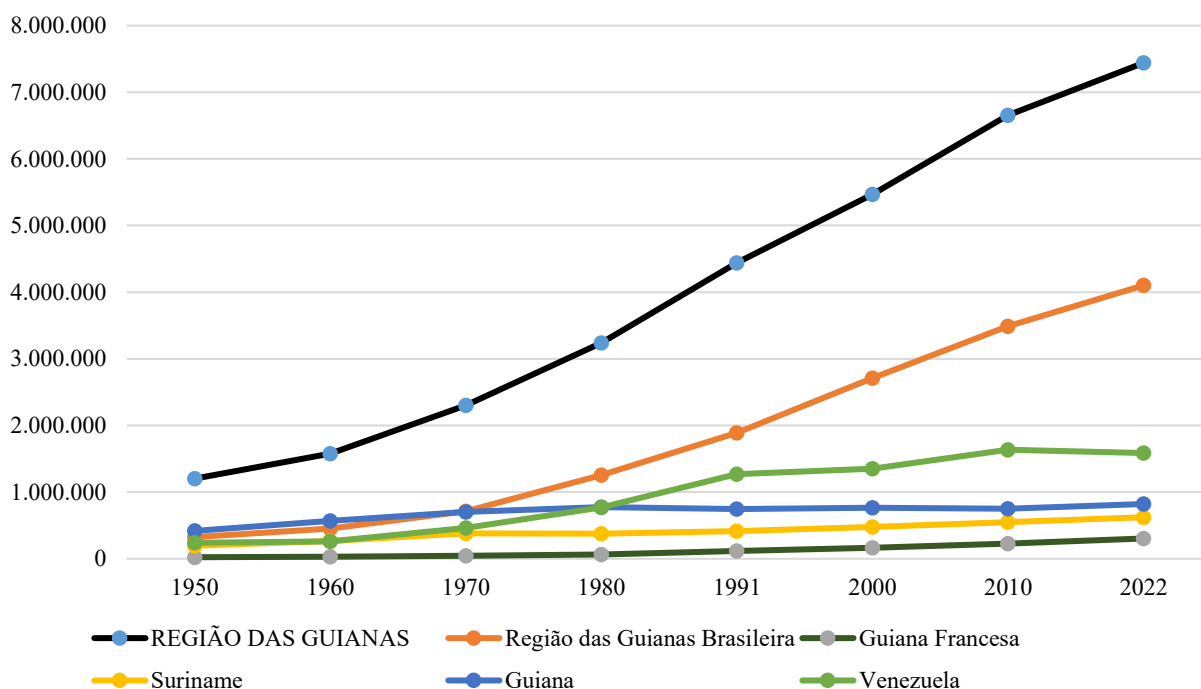
- Na década de 1950, as articulações espaciais com as capitais dos Territórios Federais do Amapá e Rio Branco ensaiam em suas intenções e interações espaciais, sendo que no caso amapaense, a exploração do manganês em Serra do Navio interiorizou o acesso deste Território Federal. Na Venezuela, destacou-se a atividade econômica pelo Setor Mineiro do estado de Bolívar. A exploração do ferro começou em 1950, com Cerro Bolívar e El Pao, destinado à indústria siderúrgica processada pela Siderúrgica del Orinoco "Alfredo Maneiro" SIDOR C.A. (INE, 2014b).

- Entre as décadas de 1960-1990, rodovias chegam à margem direita do rio Amazonas. Na margem esquerda, ampliam-se as atividades mineradoras, a exemplo dos casos de Oriximiná (PA) e em Serra do Navio (AP), como também a industrialização em Manaus (AM), pela Zona Franca; as atividades do Complexo Industrial do Jari em Almeirim (PA) e garimpagem em Amapá e Roraima; a atuação do Programa Calha Norte (1985-2025); A construção de rodovias conectando inicialmente o rio Amazonas com a linha de fronteira brasileira (BR-174 e BR- 156) e em seguida articulando os espaços internos amapaense e roraimense (Rodovias estaduais; BR-401), inexistem no Estado do Pará rodovias conectando a sua linha de fronteira com as suas sedes municipais, e nem núcleos urbanos; a implantação da Usina Hidrelétrica de Balbina em Presidente Figueiredo (AM); a estadualização dos ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima e; a criação de novos municípios, a implantação de Áreas de Livre Comércio, com destaque ao caso amapaense, dão ritmos ao crescimento populacional da RGB.

- Após 2000, tem-se a consolidação do Polo Industrial de Manaus; a implantação das Rodovias BR-433 (Normandia-Pacaraima, Roraima), da PA-254 (Oriximiná-Prainha, Estado do Pará) e da AM-363 (Manaus-Itapiranga); a inserção da economia da rizicultura em Roraima, sojeira em Itacoatiara (AM).

Quanto ao comportamento de crescimento populacional da RGB (Gráfico 1), este foi influenciado, principalmente, pelo crescimento de Manaus que passou de 173.703 em 1960, para 2.063.689 habitantes, em 2022. A RGI, por sua vez, a dinâmica maior ocorreu em Venezuela, na Ciudad Guayana, que passou de 31.313 (1975) para uma estimativa de 978.200 habitantes (2024).

Gráfico 1 - População estimada da Região das Guianas (1950-2022).



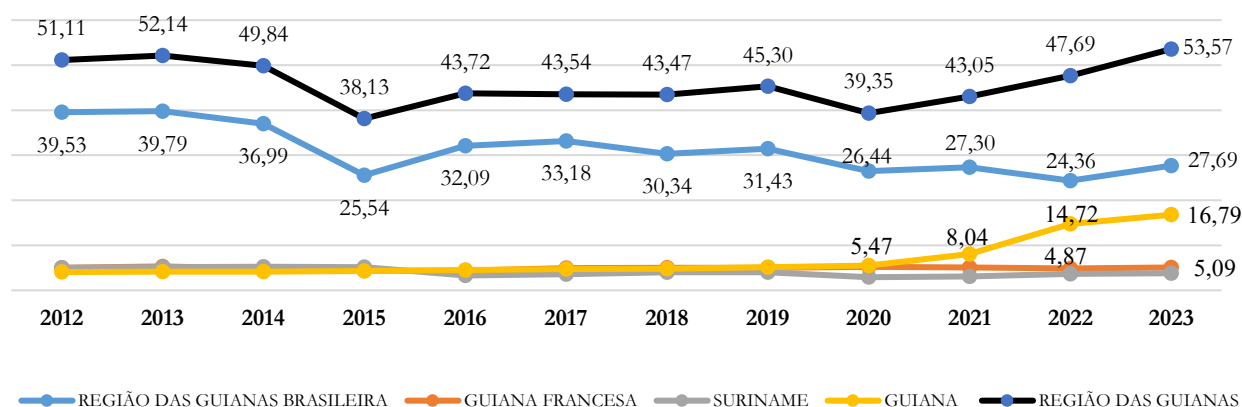
Fonte: Elaboração de Jadson Porto (2024)

REGIÃO DAS GUIANAS: ENTRE USOS E ACIONALIDADES TERRITORIAIS

Com a recém exploração petrolífera em Guiana e Suriname, no terceiro decênio do século XXI, bem como a possível atividade de extração petrolífera no Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, serão necessárias investigações mais acuradas sobre o impacto desta atividade na RG, o crescimento demográfico e a ampliação da urbanização nos locais imediatamente próximos ao processo de extração petrolífera, na importância regional junto às relações econômicas e geopolíticas que a exploração petrolífera exercerá no cenário internacional, o acompanhamento das questões ambientais (Monitoramento, proteção, regulamentação para o uso e exploração), dentre outros.

Considerando que possivelmente o espaço de extração petrolífera do litoral entre Venezuela até a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa possivelmente será uma nova área extratora de petróleo, sendo o caso venezuelano o mais antigo e com maior produção e o da Guiana, o mais recente, que vem impactando no comportamento de seu PIB (Gráfico 2) após 2020.

Gráfico 2 – PIB da Região das Guianas (2012-2022) (U\$ 1 bilhão).



Fonte: IBGE; Trading Economics; INSEE
Elaboração de Jadson Porto (2024).

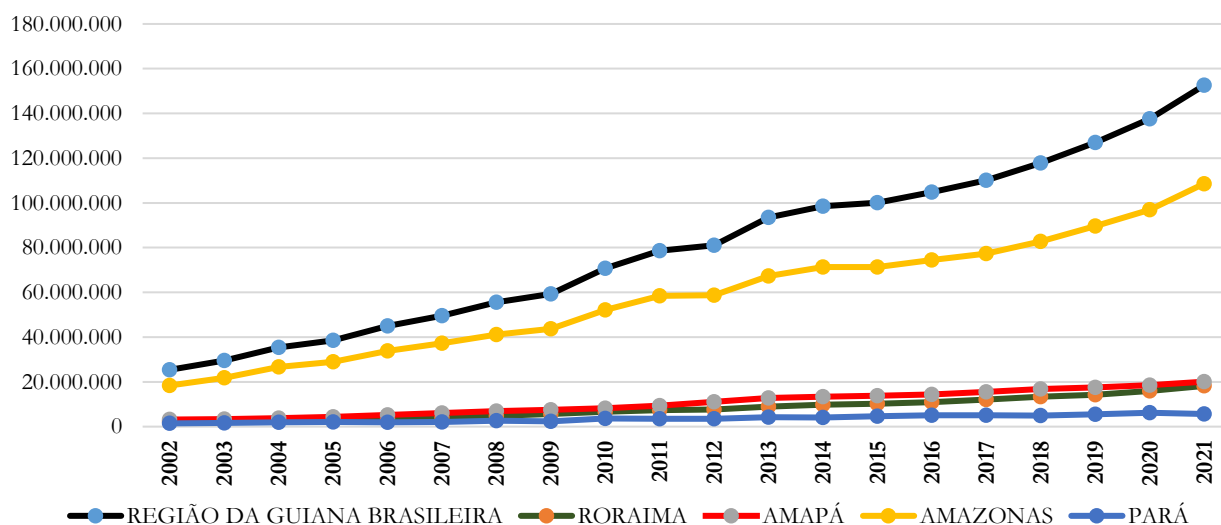
OBS:

- 1) Para poder tecer comparações dos dados em suas temporalidades semelhantes, até a elaboração deste texto não havia sido difundido os valores do PIB brasileiro referente aos anos de 2022 e 2023. Assim, para se ter uma aproximação possível dos valores nesses anos foram, adotou-se a correção inflacionária pelo IPCA, para o dia 30 de junho, a partir dos dados de 2021.
- 2) As informações econômicas para os Estados venezuelanos inseridos na Região das Guianas, não estão disponíveis para o período.

Para caso da RGB, o comportamento econômico tem se mostrado predominantemente em *trabalhos velhos*, com municípios inseridos no sistema-mundo pelo processo extrativo mecanizado (Oriximiná [PA]; Pedra Branca do Amapari, [AP]), ou agrícola mecanizado e logístico (Itacoatiara, AM). Quanto aos *trabalhos novos*, destacam-se: produção de energia elétrica (Pres. Figueiredo [AM]; Almeirim [PA]; Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Porto Grande [AP]; beneficiamento mineral (Almeirim, PA); industrialização de celulose (Almeirim); a industrialização de eletroeletrônicos e automobilísticos (Manaus [AM]) e; aos serviços complexos existentes nas capitais dos seus Estados.

Pode-se perceber comportamentos de dinâmicas econômicas de seu PIB sob dois cenários: o primeiro diz respeito à *RGB com a participação de Manaus* e o segundo se refere à *RGB sem a participação de Manaus*. Para o primeiro caso, percebe-se que somente os dados demográficos e econômicos (Gráfico 3) manauara, em muito afetam nas configurações e comportamentos da RGB. Em 2016, a RGB havia alcançado em seu PIB, R\$ 100 bilhões. O polo industrial de Manaus e a sua região metropolitana são responsáveis pela elevação dos indicadores avaliados.

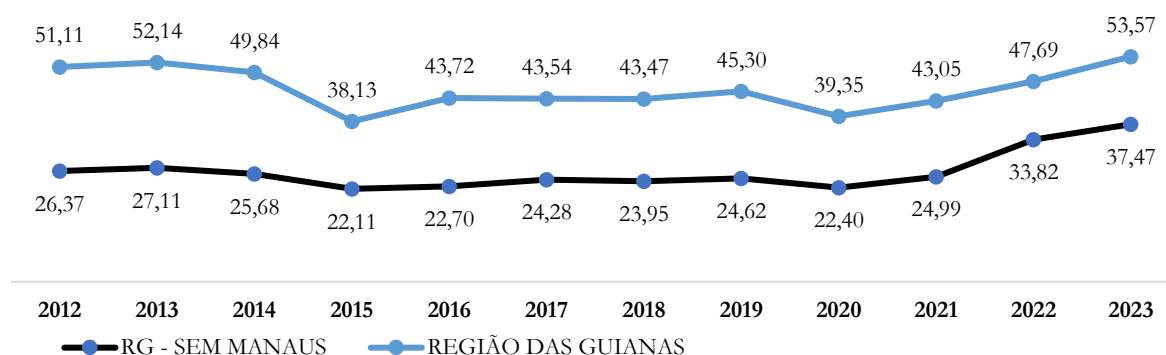
Gráfico 3 - PIB da Região das Guianas Brasileira (2002-2021) (Preços Correntes R\$ 1.000,00).



Fonte: IBGE
Elaboração de Jadson Porto (2024).

Quanto à participação de Manaus ao contexto regional aqui estabelecido (Gráfico 4), sua atuação é a que mais impacta devido ao seu polo industrial, cujos produtos foram encontrados sendo negociados em Suriname, Guiana e Guiana Francesa, durante trabalho de campo em maio, setembro e outubro de 2024.

Gráfico 4 - PIB da Região das Guianas, com e sem a participação de Manaus (2002-2023) (US\$ 1 bilhão).



Fonte: IBGE; trading Economics; INSEE
Elaboração de Jadson Porto (2024).

OBS:

- 1) Para poder tecer comparações dos dados em suas temporalidades semelhantes, até a elaboração deste texto não havia sido difundido os valores do PIB brasileiro referente aos anos de 2022 e 2023. Assim, para se ter uma aproximação possível dos valores nesses anos foram, adotou-se a correção inflacionária pelo IPCA, para o dia 30 de junho, a partir dos dados de 2021.
- 2) As informações econômicas para os Estados venezuelanos inseridos na Região das Guianas, não estão disponíveis para o período.

Quanto aos comportamentos das dinâmicas econômicas no cenário da RGB com a participação de Manaus, o quadro 3 identifica que 88,23 % das atividades com maior valor adicionado bruto não visa a agregação de valor. Sendo que o caso Manaus é o único na categoria de indústria de transformação neste rol.

Quadro 3 - Atividade com maior valor adicionado bruto na Região das Guianas Brasileira (2021)

Atividade	2021
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	45
Indústrias extrativas	2
Indústrias de transformação	1
Demais serviços	1
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	1

Fonte: IBGE.
Elaboração de Jadson Porto (2024).

Ao se observar a relação das atividades sobre os segundo e terceiro maior valor adicionado bruto (Quadros 4 e 5), a categoria *Demais serviços* é a predominante. Reforçando a percepção de Becker (2013) ao considerar a predominância de *trabalhos velhos* na Amazônia. O que não é muito diferente em nosso estudo de caso.

Quadro 4 - Atividade com segundo maior valor adicionado bruto na Região das Guianas Brasileira (2021).

Atividade	2021
Demais serviços	29
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	6
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	6
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	5
Produção florestal, pesca e aquicultura	3
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1
Construção	1

Fonte: IBGE.
Elaboração de Jadson Porto (2024).

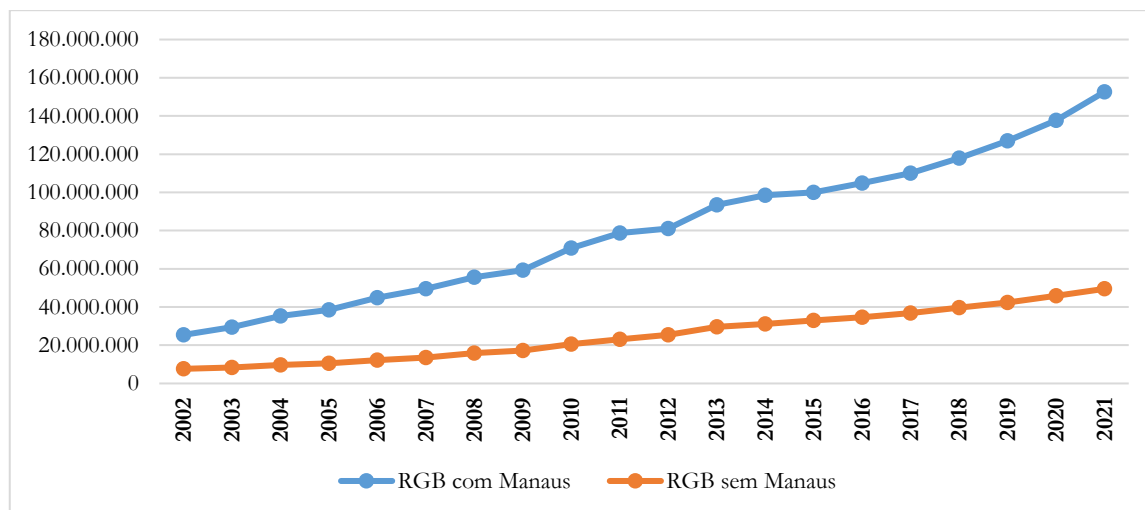
Quadro 5 - Atividade com terceiro maior valor adicionado bruto na Região das Guianas Brasileira.

Atividade	2021
Demais serviços	19
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	10
Produção florestal, pesca e aquicultura	6
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	5
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	4
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2
Indústrias de transformação	2
Indústrias extrativas	1

Fonte: IBGE.
Elaboração de Jadson Porto (2024).

Ao considerar tais atividades **sem** a participação de Manaus, a acionalidade espacial é outra, pois os *trabalhos velhos* são predominantes, afetando consideravelmente os indicadores do PIB da RGB (Gráfico 5). Comparando os gráficos 3 e 4, por exemplo, percebe-se que no primeiro caso, com a participação de Manaus em 2007 foi alcançado o PIB de R\$ 49 bilhões.

Gráfico 5 - PIB da Região das Guianas Brasileira, com e sem Manaus (2002-2021) (Preços Correntes R\$ 1.000,00).

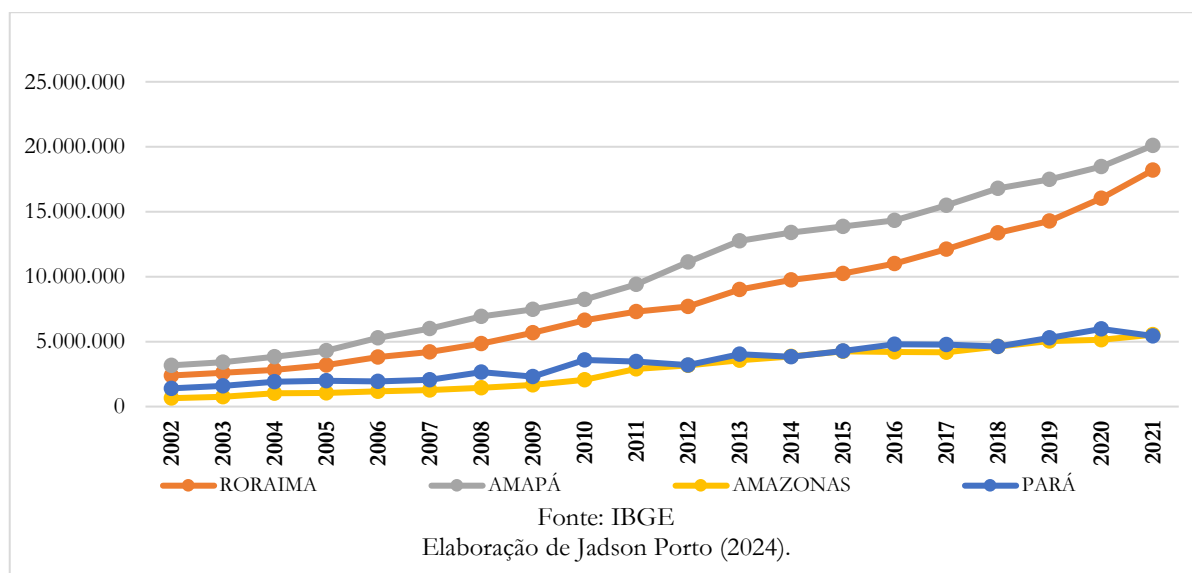


Fonte: IBGE

Elaboração de Jadson Porto (2024).

Sem a participação da capital manauara, até 2021 a RGB ainda não havia alcançado os R\$ 100 bilhões e o Estado do Amapá foi o que registrou o maior índice (Gráfico 6).

Gráfico 6 - PIB da Região das Guianas Brasileira, sem Manaus (2002-2021), por Estados (Preços Correntes R\$ 1.000,00).



Fonte: IBGE

Elaboração de Jadson Porto (2024).

O primeiro município, depois de Manaus a ultrapassar R\$ 1 bilhão de seu PIB municipal foi Oriximiná (PA), em 2008, através da exploração mineral da bauxita. Manaus registrou neste ano R\$ 39,91 bilhão. O outro município a alcançar o valor de R\$ 1 bilhão foi Itacoatiara (AM), por conta da economia sojeira, em 2011 (Manaus alcançara R\$ 55.53 bilhão e Oriximiná, R\$ 1.63 bilhão).

Um outro aspecto fundamental a ser percebido nas dinâmicas das políticas territoriais da RGB, diz respeito à sua gestão fiscal, ou seja, sobre à sua capacidade de organizar sua estrutura administrativa dos municípios ali inseridos. Tal compreensão é justificada pela grande atuação da *magnitude do Estado* (Chelala, 2008) para a configuração, a organização da função do uso do território, nos ajustes espaciais e nos investimentos públicos infraestruturais naqueles municípios.

Adota-se neste texto o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)⁴, para se analisar o comportamento da RGB. Indicador este inexistente na RGI. Segundo os levantamentos elaborados pela Firjan (2023), para período 2013 - 2022, as tabelas 1 a 4 apontam que os municípios da RGB se configuram com indicadores entre *gestão em dificuldade* e *gestão crítica*. Isso explica, em parte a grande *magnitude do Estado* nesta região. Os Estados de Amazonas e Roraima foram os que mais apresentaram indicadores Firjan entre *gestão em dificuldade* e *boa gestão*. Ao passo os casos Pará e Amapá figuram como *gestão crítica*.

Quanto às *cidades-gêmeas* ali localizadas, período 2013 - 2022, Bonfim (RR) apresenta melhores indicadores, ao passo que Oiapoque (AP) os piores, principalmente porque boa parte do período os dados *não foram disponibilizados* para o levantamento do índice Firjan.

Tabela 1 - IFGF dos municípios do Amazonas na Região das Guianas Brasileira (2013-2022).

MUNICÍPIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Barcelos	0,6086	0,3831	0,2174	0,3416	0,1568	0,1910	0,4158	0,3426	0,5533	0,6261
Itacoatiara	0,4670	0,5944	0,4208	0,3727	0,1925	0,3791	0,3680	0,4299	0,3392	0,5366
Itapiranga	0,8232	0,7898	0,7543	0,5386	0,3369	0,4071	0,4304	0,4354	0,4208	0,5233
Manaus	0,8635	0,7867	0,8170	0,8273	0,7480	0,8022	0,9205	0,9140	0,9515	0,9145
Nhamundá	0,4317	0,6362	0,5248	0,4774	0,3842	0,4364	0,3824	0,6533	nd	nd
Novo Airão	0,4001	0,4402	0,2719	0,2402	0,3377	0,3725	0,2388	0,3642	0,4653	0,5035
Presidente Figueiredo	0,6693	0,6927	0,5341	0,5151	0,5729	0,5471	0,6617	0,6182	0,6274	0,7130
Rio Preto da Eva	0,5558	0,5700	0,3585	0,2985	0,5122	0,5296	0,5185	0,5165	0,5318	0,4084
Santa Isabel do Rio Negro	nd	0,5826	nd	nd	0,2314	0,3588	0,2267	0,5259	0,4929	0,5192
São Gabriel da Cachoeira	0,2158	0,3340	0,2578	0,2929	0,2738	0,1548	0,2951	0,3112	0,2248	0,2736
São Sebastião do Uatumã	0,4478	0,5755	0,3978	0,3972	0,4460	0,5329	0,5852	0,4820	0,5140	0,5830
Urucará (AM)	0,4794	0,4357	0,4439	0,4836	0,3027	0,5017	0,5897	0,5893	0,4813	nd

Fonte: Firjan (2023).

	Gestão de excelência	0,8 a 1,0		Gestão em dificuldade	0,4 a 0,5999
	Boa Gestão	0,6 a 0,7999		Gestão crítica	Até 3,999

⁴ O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) utiliza-se exclusivamente de estatísticas oficiais e é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Sobre seus resultados, sua interpretação é simples: a pontuação varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação. Este índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos. O IFGF é composto por quatro indicadores, que assumem o mesmo peso para o cálculo do índice geral, 25%: Autonomia, que é a capacidade de financiar a estrutura administrativa; Gastos com Pessoal, que significa o grau de rigidez do orçamento; Liquidez, que trata do cumprimento das obrigações financeiras das prefeituras; e Investimentos, que é a capacidade de gerar bem-estar e competitividade. Vide: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>.

Tabela 2 - IFGF dos municípios do Pará na Região das Guianas Brasileira (2013-2022).

MUNICÍPIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alenquer	0,2223	0,2276	0,1695	0,0258	0,0387	0,0488	0,1668	0,1699	0,2126	0,1860
Almeirim	0,2963	0,3585	0,0369	0,0614	0,3447	0,2959	0,2977	0,3021	0,2802	0,2703
Curuá	0,1721	0,2079	0,0789	0,1541	0,0405	0,1526	0,1198	0,0507	0,1727	0,2056
Faro	0,0662	0,2210	0,2774	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Monte Alegre	0,4567	0,0410	0,1834	0,2293	0,2712	0,3312	0,3336	0,4440	0,3270	0,3770
Óbidos	0,2452	0,1560	0,1082	0,0586	0,0260	0,0221	nd	nd	0,2162	0,2706
Oriximiná	0,4911	0,3180	0,3062	nd	0,3719	0,5233	0,6679	0,5116	0,4890	0,2926
Prainha	0,1215	0,3041	nd	nd	nd	0,1668	0,1600	nd	nd	nd
Terra Santa	0,4023	0,5000	0,4981	0,4129	0,2268	0,5162	0,4047	0,5370	0,3320	0,6378

Fonte: Firjan (2023).

	Gestão de excelência	0,8 a 1,0		Gestão em dificuldade	0,4 a 0,5999
	Boa Gestão	0,6 a 0,7999		Gestão crítica	Até 3,999

Tabela 3 - IFGF dos municípios do Amapá na Região das Guianas Brasileira (2013-2022).

MUNICÍPIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Amapá	nd	0,2200	0,0816	0,3934	0,2199	0,4147	0,4625	0,4798	0,9069	nd
Calçoene	nd	0,2308	0,1102	0,3688	0,1425	0,4742	nd	nd	nd	nd
Cutias	nd	0,5000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Ferreira Gomes	0,8016	0,5469	0,3313	0,3406	0,2621	0,4470	0,5933	0,5696	0,8620	nd
Itaubal	0,1385	nd	nd	nd	nd	0,2322	nd	nd	nd	nd
Laranjal do Jari	0,4332	0,3181	0,4219	nd	0,2789	0,2069	0,2976	0,4190	0,9212	nd
Macapá	0,5020	0,5528	0,3073	0,4735	0,5279	0,6275	0,5339	0,3935	0,8419	0,7567
Mazagão	0,3497	0,4396	0,2500	nd	nd	0,3977	0,4280	0,7070	0,7500	nd
Oiapoque	nd	nd	nd	nd	0,2344	nd	nd	nd	0,3590	0,5000
Pedra Branca do Amapari	0,6169	0,5000	0,3586	0,6031	0,3515	0,5825	0,6045	0,6215	0,8527	0,6174
Porto Grande	0,1727	0,2707	0,1376	0,2928	0,1985	0,4281	0,4146	nd	0,5000	0,5000
Pracuúba	nd	0,8018	nd	0,3985	0,1762	0,0051	0,2824	nd	0,5889	0,7144
Santana	0,2760	nd	nd	nd	0,2151	0,2919	0,0606	nd	0,3196	0,8671
Serra do Navio	0,3677	0,4097	0,0145	0,5068	0,2225	0,3139	nd	0,0643	0,4346	nd
Tartarugalzinho	0,1537	0,5783	nd	nd	0,3128	0,3816	0,2500	nd	nd	nd
Vitória do Jari	0,2658	0,1777	0,1446	0,3120	0,2222	0,3034	0,4249	0,4971	0,9518	nd

Fonte: Firjan (2023).

	Gestão de excelência	0,8 a 1,0		Gestão em dificuldade	0,4 a 0,5999
	Boa Gestão	0,6 a 0,7999		Gestão crítica	Até 3,999

Tabela 4 - IFGF dos municípios de Roraima na Região das Guianas Brasileira (2013-2022).

MUNICÍPIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alto Alegre	nd	0,1052	nd	nd	0,4047	0,3866	0,3831	0,1566	0,7857	0,5767
Amajari	0,5733	nd	0,5383	nd	0,3763	0,4662	0,5704	nd	nd	0,5830
Boa Vista	0,6894	0,7329	0,6775	0,6750	0,7327	0,7544	0,8140	0,8650	0,7749	0,7211
Bonfim	0,5612	0,5639	0,5018	0,4139	0,4596	0,6101	0,6010	0,5479	0,6641	0,5000
Cantá	0,1429	0,3740	nd	nd	0,4185	0,2500	0,5002	0,2751	0,6416	0,5510
Caracaraí	0,3966	0,1733	0,3231	nd	0,4285	0,3744	0,4121	0,4820	0,5373	0,6898
Caroebe	0,3321	nd	0,5222	0,5117	0,4648	0,5195	0,4962	0,4397	0,7497	0,4336
Iracema	0,4886	0,2294	nd	nd	0,1160	0,3675	nd	nd	0,6299	nd
Mucajá	0,1753	nd	0,2441	0,4039	0,1094	0,4287	0,5642	0,5146	0,6564	0,3938
Normandia	nd	0,3050	0,1132	0,6278	0,2400	0,5448	0,4890	0,4848	0,6659	0,6215
Pacaraima	0,1845	0,2144	0,2500	0,1322	0,2247	0,4961	0,5000	0,3319	nd	nd
Rorainópolis	0,1684	0,4080	0,4184	0,4064	0,2689	0,2500	0,2500	nd	0,2500	0,2500
São João da Baliza	0,1539	0,0912	0,2698	0,3208	0,1177	nd	nd	0,4674	0,7003	0,5940
São Luiz	0,4850	nd	nd	0,6790	0,4774	0,6733	0,6369	0,8696	0,8169	nd
Uiramutã	nd	nd	0,3237	0,4759	0,5206	0,4929	0,6695	0,6356	0,6768	0,6091

Fonte: Firjan (2023).

	Gestão de excelência	0,8 a 1,0		Gestão em dificuldade	0,4 a 0,5999
	Boa Gestão	0,6 a 0,7999		Gestão crítica	Até 3,999

Outro indicador acessado durante a execução da pesquisa aqui exposta, diz respeito ao Índice de Progresso Social (IPS). Então, Porto (2025d), ao analisar a espacialidade do comportamento deste indicador referente aos municípios inseridos na RGB, por Estado, identifica seguintes manifestações:

- O Estado do Amazonas participa com 12 municípios na RGB, uma região metropolitana industrializada (Manaus) e cinco na RGB-FF; apresenta os melhores indicadores, destacando o Município de Manaus. O município de maior perda de qualidade de vida foi São Sebastião de Uatumã e o localizado dentro da faixa de fronteira foi Urucará;

- O Estado do Pará, participa com 9 municípios, sendo 7 com indicadores *fracos* e, destes, Óbidos foi o único que apresentou melhoria de qualidade de vida. O município de maior perda de qualidade de vida foi Curuá e; o localizado dentro da faixa de fronteira foi Faro;

- O Estado do Amapá, participa com 16 no Estado inseridas na RGB, uma região metropolitana não industrializada (Macapá) e; 8 municípios integrantes da RGB-FF. Para 2024, não são apresentados municípios *fortes*; 11 com indicadores *fracos* e; sua *cidade-gêmea*, Oiapoque, é a que possui o menor índice. Os Municípios de Macapá, Vitória do Jari e Ferreira Gomes apresentaram melhoria de qualidade de vida, mas com reduzidos avanços. O município de maior perda de qualidade de vida foi Oiapoque, seja na escala da RGB, da RGB-FF amapaense, seja como *cidade-gêmea* da RGB;

- O Estado de Roraima, todos os seus municípios estão inseridos na RGB e na RGB-FF; possui três regiões metropolitanas não industrializadas; em 2024, apresenta um município *forte*, 13 com indicadores *fracos*, dentre eles, suas *ciudades-gêmeas*, Pacaraima e Bonfim. Os Municípios de Alto alegre e Uiramutã registram os menores indicadores nacionais. Nenhum dos Municípios roraimenses apresentaram melhorias de qualidade de vida no período de 2014-2024, por mais que Boa Vista mostre indicadores na categoria *forte*. O município de maior perda de qualidade de vida foi Mucajaí (-11,86), com mudança de categoria *forte* para *fraco*. Por mais que haja o caso de Uiramutã (-12,12), que não saiu de sua condição de *fraco* em um decênio..

CIDADES-GÊMEAS: LÓCUS DE INTERAÇÕES E ESPACIALIDADES INSTITUCIONALIZADAS

As áreas urbanas abordadas nesta pesquisa, as cidades fronteiriças, serão identificadas como *ciudades-gêmeas*. Segundo Anischenko e Sergunin (2012) a noção de *ciudades-gêmeas*⁵ foi aplicada pela primeira vez nos EUA em relação a duas cidades - Minneapolis e Saint-Paul - situadas nas margens opostas do Rio Mississippi como eles foram se desenvolvendo como complexos econômicos complementares, também denotando como um dos tipos de aglomeração urbana.

Na intenção de se identificar critérios para se distinguir as *ciudades-gêmeas* de outros municípios, os autores indicam os seguintes aspectos para se perceber no contexto da cooperação internacional (*Op. cit.*, p. 20-21): Eles devem ter uma história comum no passado, quando eram uma única entidade ou eram opostos uns aos outros; as cidades devem buscar cooperação; estão localizados às margens de um rio que historicamente serviu de fronteira entre eles; a população das cidades fronteiriças tem composição étnica mista e é muitas vezes bilíngue; a cooperação das cidades gêmeas deve ter uma certa base jurídica e institucional, havendo a possibilidade da permissão da eliminação das fronteiras, dependendo da natureza das relações internacionais entre os países envolvidos.

Buursink (2001), por sua vez, ao focar em particular as cidades fronteiriças pareadas, a partir dos contatos fronteiriços em suas temporalidades em um possível encontro de equilíbrio de (re)integração ou mesmo (re)unificação, assim aborda a questão e classifica as cidades fronteiriças: cidade binacional; Cidades fronteiriças duplicadas e particionadas; Cidades conectadas; Cidade adjacente.

Para o autor (*Op. cit.*), as cidades fronteiriças eram principalmente saídas e entradas para o tráfego internacional. Assim, não tinham motivos para cultivar o sentimento de competição com a cidade vizinha, pois a fronteira impedia o surgimento de competição e rivalidade entre as cidades fronteiriças;

⁵ Ainda segundo esses autores (p. 20), *There are many related terms in western studies - double cities, fraternal cities, sister cities, related towns, connected cities, trans-border cities, binational cities, neighboured cities, coupled towns, partner cities, friendship towns, bridge-towns and others.* (Há muitos termos relacionados nos estudos ocidentais - cidades duplas, cidades fraternas, cidades irmãs, cidades relacionadas, cidades conectadas, cidades transfronteiriças, cidades binacionais, cidades vizinhas, cidades acopladas, cidades parceiras, amizade cidades, cidades-ponte e outros (Tradução livre).

no máximo, tinham um sentimento de indiferença e complementaridade, como portas de entrada e saída de seus respectivos países.

Um outro aspecto a ser ressaltado por Buursink (*Op. cit.*), diz respeito ao tamanho das cidades fronteiriças, seja no seu aspecto territorial, seja no demográfico. Para o caso da Região das Guianas é perceptível as diferenças do desenvolvimento geográfico desigual harveyniano (Harvey, 2013) entre as cidades fronteiriças. Com isso, adota-se aqui o uso de *cidades-gêmeas* para esta pesquisa.

No Brasil, todas as *cidades-gêmeas* se localizam na sua Faixa de Fronteira e são reconhecidas por lei, institucionalizadas 30 como tal. Ao se perceber os usos e funções do território dessas cidades, identificam-se dois enfoques para se ensaiar explicações sobre tais espacialidades, ei-las: Enquanto *lôcus de interações espaciais* e; enquanto *espacialidades institucionalizadas*.

Enquanto *lôcus de interações espaciais*, esta assenta-se nas articulações e interações espaciais⁶ (tran)fronteiriços, independente de acordos diplomáticos. As fronteiras, por serem um espaço de encontros, as suas interações sociais, econômicas, culturais e políticas são muito frequentes, muitas vezes como um *circuito inferior da economia* (Santos, 2004). Assim, por ser uma interação internacional, o que se percebe é um sistema conjunto e indissociável de um *circuito inferior/ superior da economia* (Porto, 2020).

Adiala (2006), por sua vez, entende que através de interações, as cidades localizadas em faixas de fronteira podem criar fortes vínculos culturais, econômicos e políticos em escala local. Em alguns casos, é possível haver uma relação de interdependência entre as cidades gerada pelos fluxos de pessoas, bens, capitais e informações que ultrapassam diariamente o limite internacional.

Com isso, diferentes tipos de interações transfronteiriças se consolidam, em suas multimodalidades de articulações, sistemas de engenharia e equipamentos (Silva, 2023b), ao passo em que políticas determinadas à distância (nos centros de poder nacionais) proporcionam ora restrições, ora oportunidades de interações mais efetivas.

Outras duas categorias abordadas por Santos (1996, p. 50) importantes para se analisar as interações espaciais, as dinâmicas e os fenômenos geográficos sobre as *cidades-gêmeas*, dizem respeito aos elementos “fixos” e “fluxos”. Para o autor,

os elementos fixos permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”.

⁶ Ligado à organização do espaço, logo à produção de territórios, as interações espaciais são apresentadas nas formas de criar, manter, desfazer e refazer territórios por Corrêa (1995, p. 35). Corrêa (1997), ao resgatar o debate teórico, expõe que *as interações espaciais se referem a um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico*.

Assim, as interações dessas espacialidades expressam a realidade geográfica, principalmente quando o autor considera que atualmente os fixos são cada vez mais artificiais e os fluxos mais diversos, amplos, numerosos e rápidos.

Enquanto *espacialidades institucionalizadas*, esta é fundamental para se trabalhar as políticas territoriais na Faixa de Fronteira, seja pelo seu reconhecimento como tal (Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976), como parte integrante de um política territorial (Brasil, 2005), em uma regulamentação de uma proposta econômica (Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012), ou em sua definição jurídica (Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014; Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016 e; Portaria no 1.080, de 24 de abril de 2019; Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021).

Tais espacialidades estão relacionadas às *vivificações* e *vitalizações*⁷ da fronteira. Para Porto e Superti (2018), as políticas estatais estimularam não somente as organizações dos espaços lindeiros, mas também, novos significados, usos e funções desses territórios foram estabelecidos em suas diversas temporalidades, seja nas questões geopolíticas, infraestruturais, econômicas e ambientais.

Foram a partir das execuções de política públicas em instalações e construções de infraestruturas na fronteira outrora distantes, periféricos, desorganizados, desarticulados; novas riquezas foram exploradas; outras modalidades espaciais foram criadas; novas relações político-administrativas foram instaladas; surgiram municípios; novos usos do território foram construídos, articulando onde outrora não havia articulação; romperam-se barreiras para acessar potencialidades espaciais até então inacessíveis. Ou seja, a fronteira deixa de ser ocupada, para ser vivificada. Neste rumo, a *vivificação* se materializava com a *vitalização*, também conjunta e indissociavelmente, porém com tempos de execuções e regulamentações distintos. As dinâmicas sociais e econômicas são mais céleres que as institucionais (Porto; Superti, 2022).

Assim, as *vivificações* e *vitalizações* expõem a institucionalidade e a espacialidade quanto ao uso do território, seja pelo estímulo das políticas públicas na conformação do território, seja no uso do território em si, seja em ações formais ou informais (Porto; Superti, 2018).

À medida que a ocupação da fronteira foram se consolidando, sistemas de engenharia sendo instaladas (Rodovias, pontes binacionais), municípios lindeiros sendo criados e acessados, criaram-se novas interações espaciais e conexões de novos espaços mediante novos usos e acessos do território em interações (trans)fronteiriça e em suas articulações espaciais internas. A fronteirização, então, se tornou mais dinâmica, embora ainda permanecesse os tempos lento e longo miltoniano decorrente da não pavimentação completa de várias rodovias na Região das Guianas.

⁷ Segundo Porto e Superti (2018), ao discutirem sobre a condição fronteiriça, expõem que tal condição é resultado da *vivificação* e *vitalização* dos espaços lindeiros, onde o *vivificar* se relaciona às políticas públicas que vão moldando o território, diz respeito à institucionalização de estruturas políticas, econômicas e sociais regidas por mecanismos formais de organização e controle, ampliando a presença do Estado. O *vitalizar* expressa seu uso econômico, político cultural; são contínuos, inter-relacionados e com tempos distintos de execução.

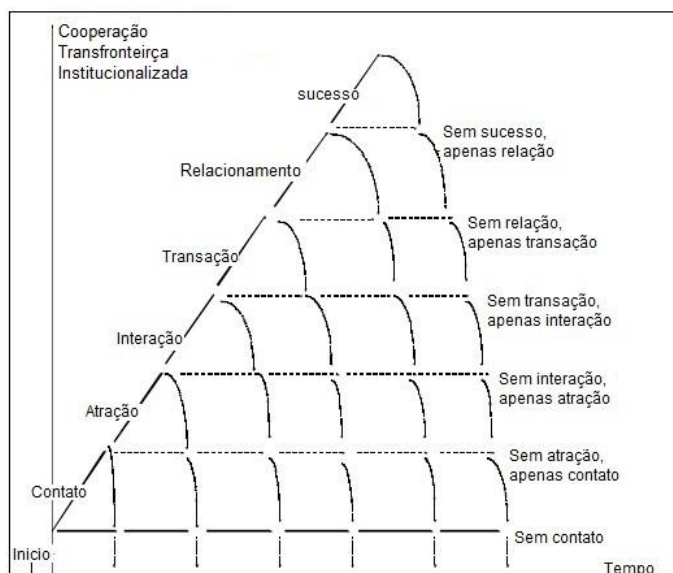
Com isso, à medida que a Região das Guianas foi ocupada e usada, gradativamente vem ocorrendo um processo de transição de *efeito-barreira* para *efeito-cooperação* (trans)fronteiriço.

Como reflexos desta transição de efeitos percebem-se: a transição das relações fronteiriças para interação transfronteiriça é decorrente do uso tardio do seu território; redesenhos de ações destinadas à RG e as suas relações com a fronteira; consolidação de uma fronteira-rede da/na RG; a ampliação do entendimento do uso do território desta Região como um grande negócio, sendo a mais recente atividade de exploração é a exploração petrolífera na Guiana e a intenção desta atividade no litoral amapaense (Brasil) .

Sobre as relações transfronteiriças, até se atingir o estágio de integração, seis etapas devem ser alcançadas (Houtum, 1998) (Gráfico esquemático 1): Contato, atração, interação, transação, relacionamento e, o efetivo sucesso. Segundo Silva (2013, p 39), Houtum (1998) refletiu sobre uma situação de *fronteira permeável* para as atividades humanas, enfatizando um cenário em que as fronteiras deixam de limitar o espaço para a ação.

Para Houtum (*Op. cit.*), a União Europeia à época de sua publicação, possuía uma situação de *fronteira permeável*, onde os governos nacionais decidiram relaxar algumas funções das suas fronteiras nacionais (sobretudo a função fiscal). Passadas três décadas da criação da União Europeia, a transfronteirizações ali estabelecidas geraram políticas territoriais complexas, pois atuam em além das territorialidades de seus países, com fomentos e planejamentos que ultrapassam os *efeitos barreiras* de outrora; bem como corroboram em *ajustes espaciais*⁸.

Gráfico esquemático 1 - Etapas no processo de cooperação transfronteiriça.



Fonte: Adaptado de Houtun (1998, p. 96) *apud* Silva (2013, p. 51).

⁸ Segundo Harvey, (2005, p. 9), “a tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de super-acumulação”. Na versão brasileira dos “Limites do capital” (2013), na introdução à edição inglesa de 2006, Harvey indica que “ajustes espaciais” são entendidos como expansões reestruturações geográficas (p. 22). Porto *et. al.* (2007), por sua vez, interpretaram que “ajustes espaciais”, são as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital.

Segundo Porto (2020), *ajustes espaciais* também geram contradições que surgem dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais, seja na ampliação da concorrência externa aos seus lócus de investimento do capital, na invenção de novas dinâmicas socioeconômicas, seja no uso de novos produtos em espaços também novos. Assim, à medida que se implantam *sistemas de engenharia*, os *ajustes espaciais* se ampliaram as conexões de sua fronteira ao circuito global e em rede; ampliam-se as interações espaciais, extrapolando o *efeito-barreira*, formador de uma *condição fronteira*, para se criar/construir o *efeito-cooperação*, formador de uma *condição transfronteira*.

Retomando as etapas apresentadas por Houtum (1998), Silva (2013, p. 51-56) assim expõe as suas manifestações:

- A etapa de **contato** é de grande importância no *modelo de interface transfronteira*. Sem contato, uma relação obviamente não se desenvolve. Os atores que estão fisicamente próximos possuem elementos essenciais para estabelecer um contato que vai do espaço de afeição (identidade espacial, distância mental e o sentir-se “em casa”), passando pelo espaço cognitivo (conhecimento) até o espaço de ação (redes pessoais e profissionais dos atores, contato direto-indireto e as preferências de relação).
- A da **atração**, é possível organizar as seguintes formas que motivam um ator ser atraído por outro para efetivar a Cooperação Transfronteira, em suas especificidades e mecanismos atrativos: pela *similaridade* (quando um ator se compara a outro em densidade econômica, padrão de vida entre outras formas, sentindo-se atraído pelas semelhanças ou resultados positivos da comparação); pela *complementaridade* (onde certo grau de diferenças em habilidades e interesses são os atrativos, assim adiciona-se pelas diferenças. Contudo, quando as diferenças são grandes, aumenta-se a insegurança, a (des)confiança e/ou a salvaguarda, necessárias para o acordo entre as partes.) e; pela *proximidade* espacial (Dois atores que vivem e/ou trabalham em uma distância física próxima é, em muitos casos, decisivo para o surgimento da atração, muito embora a proximidade física por si só não explique a atração).
- A da **interação**, é uma fase quando são realizadas deliberações sobre os benefícios que cada ator pretende alcançar com a Cooperação Transfronteira institucionalizada. Para Houtum (1998), é a fase normativa, ou seja, do momento da assinatura de contratos e acordos formais entre as partes envolvidas. Segundo Silva (2013), por se tratar de acordos internacionais, e mesmo que as unidades territoriais de cada lado tenham relativa autonomia na promoção de acordos transfronteiriços, dependendo do caso, os poderes centrais sempre manifestam a decisão final de validar ou não o que está sendo proposto.
- A da **transação**, ocorre a interação prossegue pautada nas expectativas de ambas as partes e as condições são estabelecidas e a implementação do que está sendo proposto pode ser efetivado; quando

atores entram ‘de fato’ numa relação institucionalizada (comercial, por exemplo). Quando uma transação se concretiza, emerge o primeiro passo para um **relacionamento** (Uma operação repetida entre as partes envolvidas), dependendo das disposições dos atores envolvidos.

- A última etapa, o **sucesso**, é verificado quando o grau em que a passagem de um limite internacional é bem sucedida para além de trânsito, mas que envolvem outros aspectos (social, comercial, turístico, entre outros). Muitas vezes, a base do sucesso do relacionamento já está posta durante as fases anteriores do processo de evolução da Cooperação Transfronteiriça. Segundo Silva (2013), fatores como o grau de atração, de confiança na interação e a compulsão do contrato a ser formalizado desempenham um papel importante no grau em que a relação estabelecida será bem-sucedida.

A cooperação se manifesta de diversas maneiras, seja no contexto político, econômico, acadêmico, saúde ou no técnico-científico. Seja qual for seu objetivo, elas se materializam nas cidades. Essas dinâmicas materializações que ocorrem nas (trans)fronteirizações, tem corroborado para a construção de um modelo de inte(g)ração espacial urbano na Europa desde 2000, conhecido como *Eurocidades*⁹.

A *Eurocidade* é um tipo de *espacialidade institucionalizada*. Contudo, esta institucionalização, extrapola os limites entre países e dentro do país inserido. E os investimentos para ali direcionados são oriundos de recursos da União Europeia, pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. É uma espacialidade regional, de um bloco econômico que vem aprimorando as relações (trans)fronteiriças desde a década de 1950, com a criação do Mercado Comum Europeu; a criação das *Eurocidades* (década de 1980); a implantação da União Europeia e a criação do Espaço Schengen (década de 1990).

Com quase quatro décadas de existência, as *Eurocidades* chegaram à fronteira. Composta por mais de 200 cidades na Europa, 38 são identificadas são transfronteiriças, envolvendo 76 cidades.

Os cinco países que mais possuem *Eurocidades* são: França (11); Alemanha (10); Espanha (7); Portugal (6) e Polônia (5). A França é a única que possui casos de cidades com tríplice fronteira, e-las: Riviera franco-italo-monegasca (França/Itália/Mônaco); Eurodistrito Trinacional de Basilea (França/Alemanha/Suíça) e; Polo Europeu de Desenvolvimento de Longwy (França/Bélgica/Luxemburgo).

Martins (2021) ao estudar o caso das *Eurocidades* Elvas (Portugal)/Badajoz (Espanha), inicia sua reflexão ao afirmar que *as Eurocidades surgem no fundo de uma mescla entre a evolução das fronteiras e a evolução das cidades* (p. 14). A autora identifica uma série de institucionalidades de cooperações transfronteiriças, que afetam o ordenamento territorial e o seu desafio por conta das suas diversidades territoriais, econômicas, culturais e políticas. Para a autora, *a ideia de Euroregião e de Eurocidade vai sendo cada vez mais fundamentada e vem trazer novas óticas sobre o âmbito local, embora ainda pouco suficientes para a consagração de novo*

⁹ Sobre o assunto, vide: <https://eurocities.eu/>; Martins (2021.)

modelo de cooperação transfronteiriça (p. 44). Sendo que a *Eurocidade* vem se apresentando como uma nova ideia de cidade (p. 62).

Ainda acompanhando as reflexões de Martins (*Op. Cit.* p. 64) sobre a integração de territórios na Europa,

(...)surge o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), ao qual também se pode chamar Eurocidade, este termo aparece com base nas novas dinâmicas territoriais e urbanas das cidades europeias. Num período muito inicial, este conceito utilizava-se apenas para cidades com protagonismo e grandes núcleos urbanos e algum poder económico (...).

Para Garrinhas (2018, p. 248) *apud* Martins (2021) Eurocidades *são agrupamentos de pequenas e médias cidades transfronteiriças com uma população entre os 20.000 e os 250.000 habitantes, mas na sua classificação definitiva, interferem aspetos geográficos, históricos, económicos, culturais, sociais ou de governança*”. Porém, a autora avança em suas análises ao resgatar Lima (2012, p. 75), que afirma que *não só as grandes cidades da Europa são consideradas Eurocidades, podem ser também o conjunto de cidades médias ou pequenas cidades de nacionalidades diferentes que se localizem junto da linha de fronteira e se agrupam em uma “entidade”, originando assim uma Eurocidade “... pequena conurbação dual e binacional”*.

O conceito de *Eurocidade*, então, surge da cooperação entre aglomerados urbanos fronteiriços, a maioria deles cidades que ao longo do tempo foram estabelecendo relações territoriais, econômicas e sociais (Martins, 2021, p. 278). Se o comportamento e a construção das *Eurocidades* conduzirão as cidades do futuro, mediante as cooperações, sejam elas transfronteiriças ou não, as particularidades territoriais das cidades envolvidas deverão ser superadas. Este é o grande desafio.

A *cooperação* é fundamental para as consolidações das *interações* e *integrações* espaciais, sejam elas em seus contextos locais, regionais, nacionais ou internacionais; em blocos econômicos ou em acordos políticos. Não basta estar inserido em blocos econômicos se o(s) bloco(s) não dialoga(m) entre si. Até a efetivação concreta das cooperações, há necessidade de homogeneizar as heterogeneidades sociais, culturais políticas e econômicas.

Para o caso da Região das Guianas, em que as cooperações (trans)fronteiriças se comportam como ensaios e com reduzidas efetividades, os desenvolvimentos geográficos desiguais harveyniano (Harvey, 2013) são percebidos, evidenciados e ainda difíceis de superar. A integração não é somente física (por uma rodovia ou ponte), de fluxo (por embarcações, *ferry boats*, catraias ou *pirogue*), mas é relacional, tanto no circuito inferior quanto no superior miltoniano (Santos, 2004).

ESPACIALIDADES DA REGIÃO DAS GUIANAS

O objetivo das reflexões estabelecidas a esta seção é analisar as espacialidades da RG. Tal processo tem corroborado para as novas articulações, usos e funções do território aqui identificado, bem como em sua construção regional. Muito das abordagens tratadas neste texto diz respeito às *espacialidades institucionalizadas*, que podem ser expressas em suas identidades, reconhecimento e/ou regulamentações territoriais por um diploma legal; à territorialidade de atuação estabelecida por órgãos gestores, a fim de organizar, monitorar ou administrar o uso do território; como também à definição espacializada de ações de políticas territoriais.

Diversas são as espacialidades e regionalizações identificadas na RG (Silva; Di Miceli, 2024), que perpassam desde às suas condições ambientais; por regionalizações de acordos econômicos (Mercosul, Caricom, União Europeia); por relações políticas territoriais internacionais, a exemplo do Tratado de Cooperação Amazônica (1978) e o Interreg europeu, ao envolver a Guiana Francesa em 2007 e em seu Programa de Operação da Amazônia; por investimentos em logística, a exemplo da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul Americana (IIRSA), em 2000, incorporada como secretaria técnica ao Conselho Sul Americano de Infra Estrutura e Planejamento (Cosiplan), em 2009; como também pelas suas contextualizações locais e inerente a cada país envolvido.

O caso da RGB é eminentemente amazônico, esta possui uma grande influência das dinâmicas de fluxos e fluidez pelos seus rios, notadamente o rio Amazonas, onde o *rio comanda a vida* (Tocantins, 2021). Trindade Jr (2022, p. 40), por sua vez, expõe que o passado ribeirinho é sufocado hoje pela circulação rodoviária e que não são mais os rios os elementos que marcam em definitivo a dinâmica urbana local. Assim, *a rodovia intensifica a vida* (Porto; Porto, 2021).

Quanto à RGI, sua dinâmica territorial é mais litorânea e rodoviária. Nela se encontram as capitais da Guiana (Georgetown), Suriname (Paramaribo) e Guiana Francesa (Caiena), exceto no caso venezuelano (Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana); possui três Regiões Metropolitanas (Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana, na Venezuela e Caiena-Kouru, Guiana Francesa). Ou seja, há uma concentração de atração de investimentos à territorialidade dessas capitais, que centralizam as dinâmicas e construções políticas inerentes a cada país e concentram as dinâmicas econômicas ali estabelecidas. O caso venezuelano, por sua vez, houve uma grande influência do uso do rio Orinoco na ocupação de sua hinterlândia (destacando a Ciudad Bolívar; Ciudad Guayana e Puerto Ayacucho), mediante aos investimentos industriais siderúrgicos desde a década de 1940

Ressalte-se, também, dois contextos na RGI: o primeiro é o caso de Kouru, onde se encontra o Centro Espacial da União Europeia, por onde são lançados foguetes desde a década de 1970. Assim, os usos e as funções do território desta cidade são completamente distintos de toda região, pois é o único espaço em toda RG inserido no contexto da corrida aeroespacial. O segundo, diz respeito às

novas dinâmicas econômicas que a exploração do petróleo vem exercendo desde 2020 na Guiana, com possíveis expansões exploratórias para o Suriname e Brasil (Amapá).

São apresentadas, brevemente nesta seção, duas espacialidades para reflexões. Uma quanto à sua localização; a outra, quanto às *espacialidades institucionalizadas*.

QUANTO À LOCALIZAÇÃO

Replica-se aqui a tipologia dos municípios adotada pelo PDFF (Brasil, 2005). A RGB, quanto à sua localização, apresenta uma tipologia composta por municípios limieiros e não-limieiros, mas dentro da Faixa de Fronteira. Neste Programa, (*Op. cit.*, p. 11),

Os 588 municípios da Faixa de Fronteira do Brasil apresentam situação geográfica distinta em relação à linha de fronteira. Grosso modo podem ser classificados em dois grandes grupos, os limieiros e os não-limieiros.

No grupo dos municípios limieiros existem três casos:

- a) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas);
- b) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e
- c) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da Faixa de Fronteira.

O grupo dos municípios não-limieiros, ou seja, na retaguarda da faixa pode ser dividido em dois subgrupos:

- a) aqueles com sede na Faixa de Fronteira; e
- b) aqueles com sede fora da Faixa de Fronteira.

A Faixa de Fronteira é aqui trabalhada como uma *espacialidade institucionalizada*. Pois, políticas territoriais foram ali definidas para atender às especificidades dos municípios inseridos em uma área de segurança nacional e com grande *magnitude do Estado* em sua socioeconomia e gestão territorial. Ao se perceber tais configurações na RGB, 17 municípios limieiros que são assim identificados (Quadro 6).

Quadro 6 - Tipologia dos municípios limieiros da Região das Guianas Brasileira.

TIPOLOGIA	AMAPÁ	AMAZONAS	PARÁ	RORAIMA
Municípios limítrofes com o país vizinho e com sede no limite internacional.	Oiapoque	-	-	Bonfim; Pacaraima e; Uiramutã.
Municípios divisa com o país vizinho, dentro da Faixa de Fronteira e com sede fora do limite internacional.	-	São Gabriel da Cachoeira; Santa Isabel do Rio Negro	-	Amajari; Caracaraí; Caroebe e; Normandia.
Municípios divisa com o país vizinho e com sede fora da Faixa de Fronteira	Laranjal do Jari	Barcelos	Almeirim; Alenquer; Faro; Óbidos e; Oriximiná	-

Fonte: PDFF (2005).
Elaboração: Jadson Porto (2024).

É nesta sub-região onde se encontram as três *cidades-gêmeas* (Oiapoque, Bonfim e Pacaraima), e cinco regiões metropolitanas que, ambas, também são *especialidades institucionalizadas* e; há a existência dos maiores municípios brasileiros em extensão (Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas e; Oriximiná, no Estado do Pará), com mais de 100 mil km², em cujas áreas territoriais há extensas áreas protegidas, também envolvendo múltiplos municípios.

Quanto aos municípios não-lindeiros, mas com territórios que se encontram dentro da Faixa de Fronteira, 15 são inseridos na RGB (Quadro 7). Nesta sub-região, encontra-se a única capital estadual (Boa Vista, Roraima):

Quadro 7 - Tipologia dos municípios não-lindeiros da Região das Guianas Brasileira.

TIPOLOGIA	AMAPÁ	AMAZONAS	PARÁ	RORAIMA
Municípios com sede dentro da faixa de fronteira	-	-	-	Alto Alegre; Boa Vista; Cantá; Iracema; Mucajaí; Rorainópolis; São Luiz e; São João da Baliza
Municípios com sede fora da faixa de fronteira	Amapá; Calçoene; Ferreira Gomes; Pedra Branca do Amapari; Pracuúba e; Serra do Navio	-	-	-

Fonte: PDFF (2005).

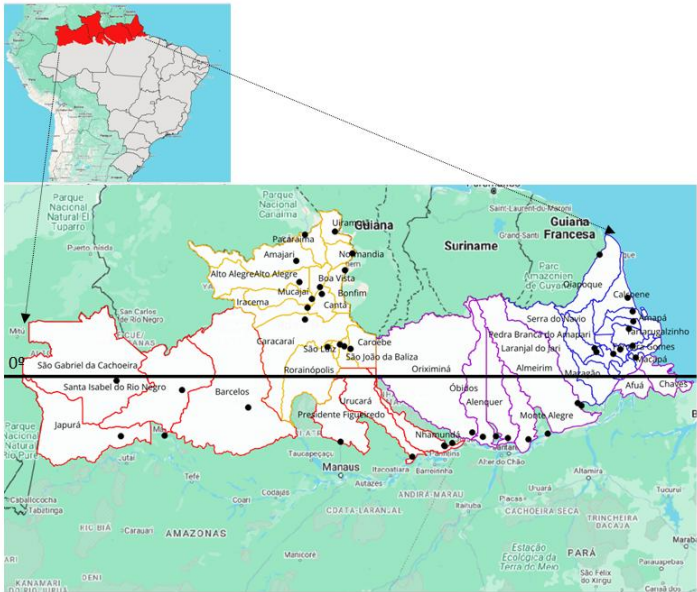
Elaboração: Jadson Porto (2024)

Segundo o IBAM (2025b, p. 16), aqueles Municípios que possuem limites diretos com países vizinhos, lidam mais diretamente com questões específicas de controle e circulação transfronteiriça; os não lindeiros, cuja localização é mais afastada, embora ainda inserida na Faixa de Fronteira, enfrentam desafios distintos, como o isolamento territorial, a baixa densidade populacional e a dificuldade de acesso às políticas públicas.

Em 2024, o IBGE apresentou a lista de municípios brasileiros situados no Hemisfério Norte¹⁰, composto por 44 municípios. Ocupando uma área de 606.544.575 km² que se localiza ao norte da Linha do Equador, o equivalente a 7,13% do território nacional, esses municípios estão distribuídos pelos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (Figura 3).

¹⁰ Vide: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/43205-municipios-do-hemisferio-norte.html>.

Figura 3 – Municípios do Hemisfério Norte.



Fonte: Elaborado por Josiane Aguiar, a partir de dados do IBGE, (2025)

Desses municípios, há quatro tipologias: a) aqueles cujos territórios e sedes se encontram totalmente no hemisfério setentrional; b) aqueles com territórios parcialmente e com sede no Hemisfério Norte; c) aqueles parcialmente no Hemisfério Norte, mas com sede no Hemisfério Sul e; aqueles com territórios e sedes parcialmente nos Hemisférios Norte e Sul (Quadro 8).

Quadro 8 - Tipologia dos municípios brasileiros no Hemisfério Norte.

TIPOLOGIA	AMAPÁ	AMAZONAS	PARÁ	RORAIMA
Municípios totalmente no Hemisfério Norte.	Amapá; Calçoene; Cutias; Ferreira Gomes; Itauba; Oiapoque; Pedra Branca do Amapari; Porto Grande; Pracuúba; Serra do Navio e; Tartarugalzinho.	-	-	Alto Alegre; Amajari; Boa Vista; Bonfim; Cantá; Caracaraí; Caroebe; Iracema; Mucajaí; Normandia; Pacaraima; São Luiz; São João da Baliza e; Uiramutã
Municípios com território parcialmente no Hemisfério Norte, mas com sede no Hemisfério Sul.	Mazagão e Laranjal do Jari	Barcelos; Japurá, Nhamundá; Presidente Figueiredo; Santa Isabel do Rio Negro; São Gabriel da Cachoeira; Uruará	Afuá; Alenquer; Almeirim; Chaves; Monte Alegre; Óbidos e; Oriximiná.	-
Municípios com território parcial e com sede no Hemisfério Norte.	-	-	-	Rorainópolis
Municípios com território parcial e com sede parcial nos Hemisférios Norte e Sul	Macapá e Santana	-	-	-

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Para o caso da RGI, considerando que os países ali integrantes não possuem uma Faixa de Fronteira semelhante ao caso brasileiro, sua tipologia também será aqui trabalhada como composta por municípios lindeiros e não-lindeiros. A RGI é composta pela totalidade territorial da Guiana Francesa, Suriname e da República Cooperativa da Guiana; e a parcialidade da Venezuela.

Observando o conjunto territorial envolvendo a totalidade da RGI, esta regionalidade ocupa uma área de 920.605,90 km² e uma população estimada em 3.458.738 habitantes¹¹ (2022), é delimitada pelo Oceano Atlântico, Mar do Caribe, a margem direita do Rio Orinoco e a linha de fronteira com o Brasil, sua ocupação foi efetivada pelos colonização dos espanhóis, ingleses, holandeses e franceses; bem como com imigrantes hindus, árabes, brasileiros e chineses; além dos seus povos nativos.

Outro aspecto digno de reflexões aprofundadas futuras diz respeito às articulações internacionais dos países inseridos na RGI, em *espacialidades institucionalizadas* com relações internacionais, com agências próprias de articulações na economia-mundo, que são os *blocos econômicos*. Os blocos econômicos em que há participação dos países da RG são: Mercosul (Venezuela e Brasil); Caricom (Venezuela, Guiana e Suriname); Comunidade Andina (Venezuela); Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP (Venezuela); União Europeia (Guiana Francesa) e o Interreg VI.

Tais questões tem suas materializações e manifestações não somente nas capitais dos países envolvidos; mas, também, há quatro abordagens que merecem análises mais aprofundadas: *o primeiro* diz respeito ao envolvimento de um mesmo país em dois blocos econômicos vizinhos, a exemplo da Venezuela (envolvido em dois blocos, Mercosul e Caricom) e que possui *cidade-gêmea* (Santa Elena de Uairén) com outro membro do Mercosul (Pacaraima); *o segundo*, diz respeito ao caso da Guiana, que é associada ao Mercosul, mas não é integrante; *o terceiro*, se refere à inserção da Guiana e Suriname no Programa Interreg europeu; ; *o quarto*, aborda a importância das *ciudades-gêmeas*, por serem a zona de contato entre dois países. Como destaques para debates tem-se: As *ciudades-gêmeas* de contato entre a União Europeia e Mercosul (Saint George, Guiana Francesa, e Oiapoque, Brasil); entre a União Europeia e Caricom (Saint Laurent du Maroni, Guiana Francesa, e Albina, Suriname); entre Mercosul e Caricom (Bonfim, Brasil e Lethem, Guiana). O Brasil, por exemplo, regulamentou a implantação de *duty free* nas suas *ciudades-gêmeas* em 2012, consolidando, pelo menos, na *espacialidade institucionalizada*, uma função de uso de seus territórios.

Considerando, também, que a divisão administrativa dos países da RGI é distinta do caso brasileiro, que não possuem uma faixa de fronteira e que inexistem municípios no Suriname, por exemplo, mas há outras identificações espaciais; para fins de homogeneizar os espaços e estruturas de

¹¹ As informações demográficas disponíveis da Guiana, Suriname e Venezuela não são atualizadas, sendo que a mais recente acessada é de 2012 e as mais recentes são estimativas indicadas pelas fontes estatísticas consultadas.

aglomerações urbanas, adotar-se-á em sua tipologia como composta por municípios limdeiros e não-limdeiros (Quadro 9). No caso venezuelano, são envolvidos na Região das Guianas os Estados do Amazonas, Bolívar e Delta Macuro, cujas sedes (Puerto Ayacucho, Ciudad Bolívar e Tucupita, respectivamente) encontram-se distantes da linha de fronteira venezuelana.

Quadro 9 - Tipologia das localidades da Região das Guianas Internacional.

TIPOLOGIA	GUIANA FRANCESA	SURINAME	GUIANA	VENEZUELA
Localidades limdeiras com o país vizinho e com sede no limite internacional.	Apatou; Awala-Yalimapo; Camopi; Cottica; Grand Santi; Saint Georges de l'Oyaopck; Saint Laurent du Maroni; Maripasoula; Ounary; Papaichton.	Albina; Amotopo; Anapaike; Apoera; Benzdorp; Cottica; Kuruni; Niew Nickerie.	Corriverton; Good Hope; Lethem; Orinduk; Mabaruna.	Apoteri; Bartica; Butakari; Puerto Ayacucha; San Fernando de Atabapo; Santa Helena de Uairen; Wineperu.
Localidades limdeiras com o país vizinho, mas sua sede distante da linha de fronteira	Mana	Brokopondo; Onverwach	Bartica; Madia; New Amsterdam;	Ciudad Bolívar; Tucupita
Localidade limdeira, mas sem sede	-	Sipaliwini	-	-
Localidades não-limdeira.	Caiena; Iracoubo; Guisanbourg; Kouru, Macouria; Matoury; Saint Elie; Kaw; Sinnamary; Régina; Remire; Roura; Saul.	Groningen; Lelydorp; Niew Amsterdam; Paramaribo; Totness.	Anna Regina; Fort Wellington; Georgetown; Linden; Vreed em Hoop.	Ciudad Guayana.

Elaboração: Jadson Porto (2024)

Obs: As cidades em negrito são trabalhadas no texto como *ciudades-gêmeas*. O caso de Puerto Ayacucho (Venezuela), com a Casuarito (Colômbia), supõe-se que se portam como *ciudades-gêmeas*.

Com a recém exploração petrolífera em Guiana e Suriname, bem como a possível atividade de extração petrolífera no Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, serão necessárias investigações mais acuradas sobre o impacto desta atividade na RG, a importância regional junto às relações econômicas e sobre as possíveis novas geopolíticas que a exploração petrolífera exercerá no cenário internacional. Pois o extenso eixo de extração petrolífera desde o litoral venezuelano até a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa tem gerado uma expectativa de uma nova área extratora de petróleo, sendo o caso venezuelano o mais antigo e com maior produção. Até a elaboração deste texto, não se previa na produção petrolífera em Suriname, na Guiana e no Estado brasileiro Amapá, agregação de valor ao produto. Objetivava-se somente a extração.

QUANTO ÀS ESPACIALIDADES INSTITUCIONALIZADAS

As *espacialidades institucionalizadas* são resultantes de políticas territoriais, cujas configurações e organizações são normatizadas por um sistema de normas. Diversas são as espacialidades institucionalizadas. Para atender aos objetivos no texto aqui apresentado, evidenciam-se:

- **Blocos Econômicos:** Estes são associações de países, visando a formação de um mercado regional comum através de facilidades tarifárias entre os membros e que podem ser de diversos tipos (união aduaneira, zonas de livre-comércio, dentre outros). Os blocos econômicos em que há participação dos países da Região das Guianas são: Mercosul (Venezuela e Brasil; Suriname e Guiana são países associados a este bloco); Caricom (Venezuela, Guiana e Suriname); Comunidade Andina (Venezuela); OPEP (Venezuela); União Europeia (Guiana Francesa).

- **Espaço de cooperação:** Ocorrência de uma série de ações de cooperações entre os países amazônicos por relações políticas territoriais, a exemplo do Tratado de Cooperação Amazônica (1978). O Tratado de Cooperação da Amazônia (TCA), assinado em 1978, envolve oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela)¹² (Figura 4), é o instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia. A Guiana Francesa não é signatária deste Acordo.

Figura 4 - Região do Tratado de Cooperação da Amazônia.



Fonte: <https://en.sinchi.org.co/region-de-la-organizacion-del-tratado-de-cooperacion-amazonica>

Originalmente o TCA visou promover o desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia amazônica; permitir a elevação do nível de vida dos povos dos países signatários; integrar a região amazônica às suas respectivas economias nacionais; efetuar a troca de experiências quanto ao desenvolvimento regional e o crescimento econômico com preservação do meio-ambiente¹³. Em 1980, foi sancionado o Decreto nº 85.050, promulgando aquele Tratado no território brasileiro.

¹² Embora a França, pela Guiana Francesa, não seja signatária do TCA, não significa dizer que este espaço ultramarino francês não faça parte da Amazônia, mas que a sua condição amazônica não foi considerada para a sua inserção, mas sim uma condição política-administrativa.

¹³ Embora o TCA reconheça a natureza *transfronteiriça da Amazônia*, a abordagem econômica era entendida como uma “condição *fronteiriça*”.

Segundo Brasil (1980), em suas considerações iniciais para a sanção daquele diploma legal, os países signatários eram conscientes da importância da Região Amazônica como parte integrante de seus territórios; apresentou a necessidade de conjugar os esforços e empreendimentos para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia; efetuar a distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais; efetuar o compartilhamento das experiências nacionais em matéria de promoção do desenvolvimento regional; lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia; manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente; os países membros são conscientes de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidade inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as partes contratantes facilitará o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia; a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina e; o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que visa beneficiar seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto.

Este Tratado é composto por 28 artigos, este foi o primeiro diploma legal com foco a uma Amazônia Internacional. Ou seja, uma *espacialidade institucionalizada* foi estabelecida. Para atender aos objetivos de reflexões sobre a transfronteirização da Região das Guianas, os Artigo X e XI assim se manifesta sobre a infraestrutura em seus países:

Artigo X

As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infra-estrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Conseqüentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de **integrar plenamente** seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais (Destaque nosso).

Artigo XI

Com o propósito de incrementar o emprego racional dos recursos humanos e naturais de seus respectivos territórios amazônicos, **as Partes Contratantes concordam em estimular a realização de estudos e a adoção de medidas conjuntas tendentes a promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios e a gerar formas de complementação que reforcem as ações previstas nos planos nacionais para os referidos territórios** (Destaque nosso).

A partir de então, foram criados outros acordos, muitos deles bilaterais; foi criada a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA) (1995), para fortalecer e implementar os objetivos

do Tratado de Cooperação Amazônica. No âmbito desses esforços e desafios. Em 2023, as orientações políticas e desenvolvimento de ações conjuntas foram ampliadas para 113 parágrafos (OTCA, 2024).

Para Porto (2020), ao considerar que a Guiana Francesa não seja signatária do TCA, não integra a OTCA e não é envolvida pela IIRSA; que não se insere nessas iniciativas de políticas públicas de integração na América do Sul; avalia que passados 30 anos da assinatura do TCA, a articulação da Guiana Francesa em políticas públicas que visassem a integração no norte da América do Sul somente foi efetivado com a proposta de integração regional da União Europeia conhecida como Interreg IV e VI¹⁴, através do Programa de Operação da Amazônia - PO Amazonie (POA), para o período 2007-2012; para o período, 2014-2020, a República Cooperativa da Guiana foi inserida em suas programações (Figura 5).

Figura 5 - PO Amazonie/Interreg VI



Fonte: <https://interreg.eu/programmes/amazonia/>

Por este Programa, intenciona-se integrar fisicamente Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil (pelos estados do Amapá, Pará e Amazonas), mesmo objetivo preconizado pelo IIRSA. Com isso, o

¹⁴ O Programa Interreg VI Caribe 2021-2027 foi lançado em março de 2023. Implementa e contribui para os objetivos da estratégia europeia de coesão e cooperação territorial apoiada pelo FEDER, bem como para os objetivos da estratégia de parceria da Comissão Europeia com as regiões ultraperiféricas. Isto inclui responder melhor às necessidades específicas dos territórios e reforçar a sua cooperação com o seu vizinho e organização internacional com vocação regional nas Caraíbas.

O programa Interreg Caraíbas abrange um vasto território que inclui territórios ultramarinos franceses, territórios e países ultramarinos e vários países não europeus da região das Caraíbas:

- **Territórios e regiões ultramarinas francesas:** Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica e Saint-Martin

- **Outros territórios e países ultramarinos:** Aruba, Bonaire, Curaçao, Saba, Saint-Barthélemy, Saint-Eustache, e Sint-Marteen

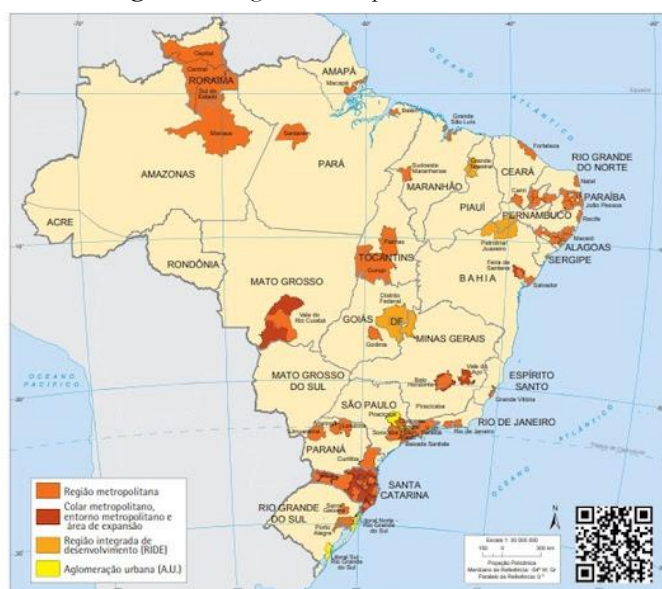
- **País não europeu:** Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Para maiores detalhes, Vide: <https://enviropea.com/programme/interreg/caraibes/>; <https://www.ctguyane.fr/po-amazonie/>; <https://interreg-caraibes.eu/programme-interreg-caraibes-2021-2027>.

POA corrige o vazio que o TCA e o IIRSA não atendiam: a integração da Guiana Francesa no norte da América do Sul. Sendo que no Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de integração se localiza no município de Oiapoque, no Estado do Amapá. Em 2023, a França mostrou interesse em assinar o referido Tratado (Jornal da USP, 2023) e outros acordos de cooperação foram assinados entre os países da RG (Silva, 2023a).

- **Região metropolitana:** Há oito Regiões Metropolitanas na RG: a) Uma na Guiana Francesa, *Região Metropolitana Caiena-Kourou* (Granger, 2024); b) Duas na Venezuela, *A Área Metropolitana da Ciudad Bolívar* e *Área Metropolitana de Ciudad Guayana* (Marte, 2020); c) no Brasil, em 2019 já haviam sido reconhecidas 74 dessas unidades (Ribeiro; Silva; Rodrigues, 2011; Firskowski, 2012; 2013; Soares, 2013) (Figura 6) e já atingiram a faixa de fronteira (Pego *et al.*, 2017; 2018; Silva; Porto, 2022); Moura *et al.*, 2022).

Figura 6 - Regiões metropolitanas no Brasil.



Fonte: https://atlas escolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_regioes_metropolitanas.pdf.

Para o caso da RGB, esta é composta por cinco Regiões Metropolitanas. Ei-las:

* *Região Metropolitana de Manaus:* Institucionalizada pela Lei Complementar do Amazonas nº 52, de 30 de maio de 2007 (IPEA, 2021; Areb; Lima; Conceição, 2024; Observatório da Região Metropolitana de Manaus); é a mais populosa RM da RGB, com 2.063.689 habitantes, segundo o censo do IBGE (2022b); em 2024 era composto por 13 municípios (Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manaus, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves). Quatro municípios desta RM, integram a RGB (Itacoatiara; Itapiranga; Novo Airão e; Presidente Figueiredo), mas nenhum deles estão dentro da Faixa de Fronteira.

* *Região Metropolitana Amapaense*: Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 21, de 26 de fevereiro de 2003, é a mais antiga RM estabelecida na RGB. É constituída por três municípios (Macapá, Santana e Mazagão) (Porto, 2018; Silva; Porto, 2022), mas nenhum deles estão dentro da Faixa de Fronteira.

O caso do Estado de Roraima é bastante curioso. Pois foram reconhecidas, em suas institucionalidades, três RM's. Todas elas dentro da Faixa de Fronteira brasileira e instituídas pela Lei Complementar Estadual nº 130, de 21 de dezembro de 2007, no mesmo ano da instituição do caso amazonense, e seu conjunto ocupa 80% do território roraimense. Ei-las:

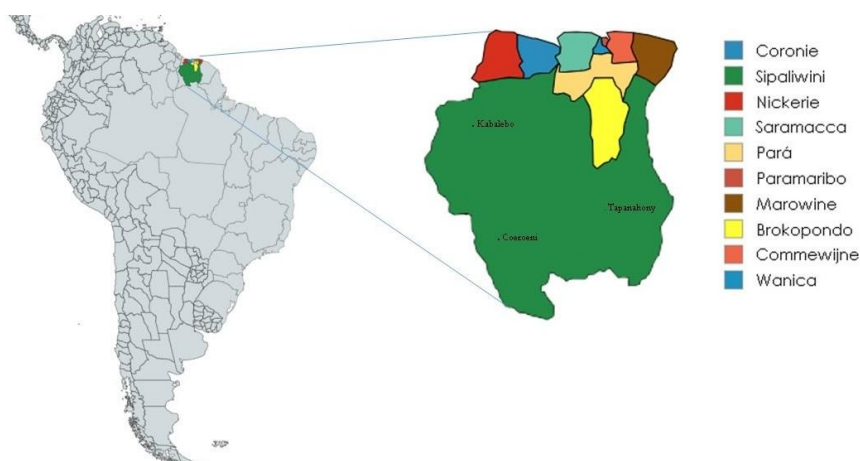
* *Região Metropolitana de Boa Vista*, compreende os municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá e Mucajaí. É a única que possui uma capital estadual na Faixa de fronteira e uma *cidade-gêmea* (Bonfim).

* *Região Metropolitana do Sul de Roraima*, compreende os municípios de Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

* *Região Metropolitana Central*, é composta pelos municípios de Iracema e Caracarái

- **Distrito Federal**: Categoria territorial adotada em Suriname para o caso de *Sipaliwini* (Figura 7).

Figura 7 - Divisão político-administrativa de Suriname.



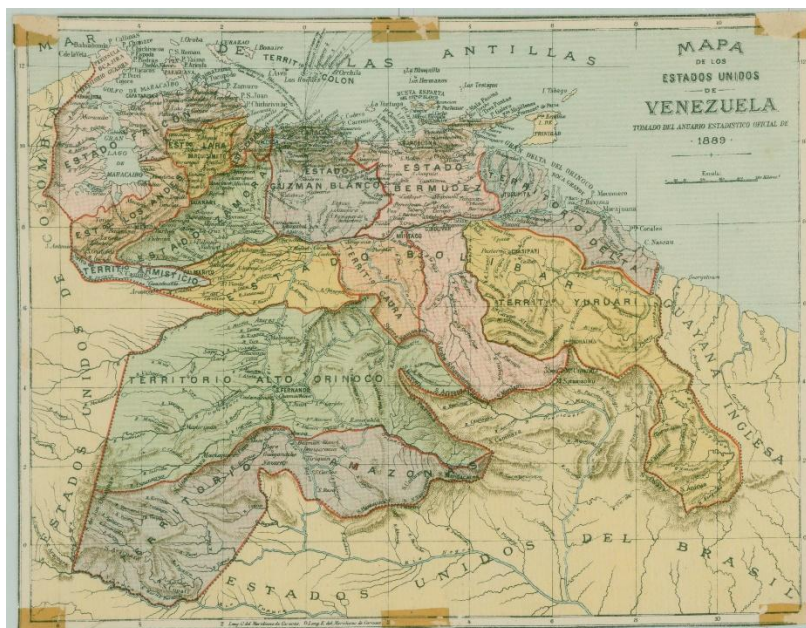
Elaboração: Jadson Porto (2025).

- **Capital**: sede principal de um Estado, Província, Departamento, ou de um país. Na região das Guianas, há as capitais de Estados brasileiros (Macapá [AP]; Manaus [AM] e Boa Vista [RR]); Caiena, na Guiana Francesa, e as sedes de seus departamentos; Puerto Ayacucho (Amazonas), Ciudad Bolívar (Bolívar) e Tucupita (Delta Amacuro), na Venezuela; além de todas as sedes dos Distritos do Suriname e nas regiões administrativas e conselhos da República Cooperativa da Guiana. Quanto à sede de um país, há: Paramaribo (Suriname) e Georgetown (Guiana).

- **Territórios Federais**: Entes federativos inseridos na América do Sul a partir de meados do século XIX. Dois países adotaram este tipo de *espacialidade institucionalizada* na Região das Guianas: Venezuela com os Territórios Federais do Amazonas (1873), Alto Orinoco (1880), El Caura (1882), Yuruari

(1881) e El Delta (1884) (Figura 8) e; Brasil (1943), com os Territórios Federais do Amapá e Rio Branco (Atual Estado de Roraima)¹⁵.

Figura 8 - Territórios Federais da Venezuela em 1889.



Fonte: <https://www.cinco8.com/perspectivas/cuando-venezuela-perdio-tierra-y-espana-gano-un-tesoro/#image>.

- **Municípios na Faixa de Fronteira brasileira:** O Brasil é o único país da Região das Guianas que possui uma Faixa de Fronteira reconhecida institucionalmente (Lei 6.634, de 2/5/1979), com políticas territoriais e econômicas a destinada (Brasil, 2005; 2012). Esta *espacialidade institucionalizada*, merece ser revista e reanalisada por que duas décadas se passaram desde a elaboração do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira no Brasil (Brasil, 2005). A Faixa de Fronteira é uma outra regionalização do território brasileiro.

- **Cidades-gêmeas:** Tais *espacialidades institucionalizadas* são encontradas no caso brasileiro, em 30 dos 588 municípios localizados na sua Faixa de Fronteira. O Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, em seu artigo 15 A, § 1º, é a norma que reconhece a existência desta categoria de cidade no Brasil. O tema é retomado em Brasil cinquenta anos depois, quando foi elaborado a Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005)¹⁶, ampliando as reflexões sobre as *cidades-gêmeas*, como parte integrante de uma política territorial brasileira, na sua Faixa de Fronteira, área de segurança nacional e; somente em 2012 efetivamente se manifesta uma regulamentação para a sua materialização em uma proposta econômica, pela Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012 (Brasil, 2012). O Brasil é o único país que possui uma definição jurídica às *cidades-gêmeas*, que

¹⁵ Sobre os Territórios Federais no Brasil e Venezuela, vide: Martinez (2018); Porto (1999; 2003; 2023).

¹⁶ Em 2025, o PDFDF completa 20 anos de existência como política territorial brasileira. Até a elaboração deste livro, não foram identificados materiais bibliográficos reflexivos sobre o assunto.

foi apresentada pela Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014; retomada na Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016 e; atualizada com a inserção de Cárceres (MT) pela Portaria no 1.080, de 24 de abril de 2019.

Segundo o IBAM (2025, p. 28) a última atualização da Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, são considerados cidades gêmeas:

os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação comum a localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Vale ressaltar, também, que para o IBAM (*op. cit.*, p. 28 e 29), no contexto de integrações transfronteiriças, os chamados arranjos populacionais internacionais ou fronteiriços (API). De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades – REGIC-do IBGE (2018), arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. Na Faixa de Fronteira amazônica, há 6 APIs identificados: Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/Bolívia; Assis Brasil/Brasil; Cobija/Bolívia - Brasília/; Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia; **Bonfim**/Brasil - Irenge/Guiana; **Oiapoque**/Brasil (Destaque nosso).

Acrescente-se, ainda, que

Algumas das cidades-gêmeas da Amazônia desempenham papel de Centros Sub-Regionais, possuindo atividades de gestão mais complexas que os Centros Locais (último nível hierárquico do Regic), porém com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais¹⁷. Das capitais integrantes da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, apenas Porto Velho (RO) é classificada como Capital Regional B, enquanto Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) são consideradas Capitais Regionais C (IBAM (*op. cit.*, p. 29).

Suas configurações territoriais e político-administrativa são estímulos para análises futuras, pois seu território é assim configurado: a) é o que possui maior território da RG, com 130.567 km², superando os casos brasileiros de Barcelos (AM); São Gabriel da Cachoeira (AM) e; Oriximiná (PA); b) somente a sua área corresponde a 79,70% do território surinamês; c) o Distrito não possui uma capital; d) é administrado diretamente pelo Governo Nacional de Paramaribo; e) sua área corresponde a duas vezes a área da Guiana Francesa; f) diferente dos demais Distritos, não possui *localidades*, mas *jurisdições* (*ressorten*), num total de seis. Dessas, três delas são fronteiriças, e elas: Kabalebo (com a Guiana); Coeroeni (com a Guiana e Brasil) e; Tapanahony (com a Guiana Francesa e Brasil).

¹⁷ As Capitais regionais são “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles” o maior nível hierárquico das cidades. (IBGE, 2018).

- Unidades de Conservação

Por mais que Chelala (2008) enfatize as dinâmicas econômicas para as suas reflexões sobre a *magnitude do Estado* na sócio-economia; Porto (2020), por sua vez, sugere que esta *magnitude* pode ser espacializado, como também percebe em sua dinâmica no território o *grande negócio*, materializado pelas transferências voluntárias e os investimentos públicos em diversas rubricas expostas no portal da transparência. Tais interpretações dialogam entre si e se complementam nas suas relações econômicas e de poder, a exemplo da materialidade das ações do Estado em obras públicas, em políticas territoriais e na implantação de *espaços de restrições de uso do território*. São diversas e heterogêneas as magnitudes expressadas no território.

Porto et. al. (2007), defendem que no quesito de uso do território, há *espaços de expansão*, que dizem respeito àqueles espaços que o capital poderia usá-los sem as restrições no quesito ambiental que as Unidades de Conservação e Terras Indígenas impõem, mas mediante a outros tipos de legislações. Quanto aos *espaços de restrição*, estes seguem as diretrizes legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em suas diversas categorias de gestão das Unidades de Conservação existentes, e por Terras Indígenas, gerenciadas pela Funai.

O caso venezuelano, é regulamentado pelo Decreto 276/1989 (Gaceta Oficial,1989), que estabelece normas gerais para reger a administração e a gestão dos parques nacionais e monumentos naturais, incluindo a atribuição dos usos permitidos, a regulamentação das atividades e as modalidades de administração propriamente ditas, cujas especialidades possuem as seguintes classificações: os parques nacionais e monumentos naturais, pelas multas de sua ordenação e manejo, podem ser de acordo com a seguinte classificação: Zona de Proteção Integral; Zona Primitiva ou Selvagem; Zona de Ambiente Natural Gerenciado; Zona de Recuperação Natural: Composta por setores que sofreram; Zona de Recreação; Área de Serviços; Área de Interesse Histórico Cultural ou Paleontológico; Zona de Amortecimento.

O caso brasileiro, é regido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regido pela Lei 9.985/2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação; identificando dois grupos: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e; Refúgio de Vida Silvestre) e; Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e; Reserva Particular do Patrimônio Natural).

O caso guianense possui cinco Áreas Protegidas estabelecidas, com uma área total de 17.870 km², ei-las: A Área Protegida de Shell Beach; o Parque Nacional Kaieteur; O Centro Internacional Iwokrama para Conservação e Desenvolvimento de Florestas Tropicais; a Área Protegida das Montanhas Kanuku e; a Área de Conservação Comunitária de Kanashen.

Quanto ao caso surinamês, com 11 Reservas Naturais em Suriname, até 1975, essas Reservas foram estabelecidas na ocorrência de flora, fauna, objetos culturais e geológicos únicos e pela sua

natureza e paisagens típicas. Após 1975, foram baseadas após inventários e ecossistemas completamente mapeados. As Reservas Naturais são: localizadas na zona costeira¹⁸ (Galibi; Wia Wia; Coppename; Peruvia e; Hertenrits); as situadas entre a faixa de savana e a antiga planície costeira (Wanekreek; Copi e; Boven Coesewijne) e; as situadas no interior (Brinckheuvel; Central Surinam [Patrimônio Mundial da Unesco] e; Sipaliwini).

Na Guiana Francesa, existem seis Reservas Naturais Nacionais (RNN) estabelecidas entre 1992 e 2006. Estas reservas são os pântanos de Kaw/Roura, Mont Grand Matoury, Trinité, Amana, Grand Connétable, e Nouragues. Em 2007, foi criado o Parque Nacional da Guiana, com 20.300 km², fronteira com o Brasil¹⁹.

- Terras indígenas:

Entende-se, também, aqui que as Terras indígenas se configuram como *espaços de restrição* quanto ao seu uso do território (Porto *et. al.*, 2007).

Para o caso da Venezuela, a promulgação de leis e decretos sobre demarcação não apenas reconhece o uso e o gozo das terras em zonas tradicionais de fronteira indígena, mas também de espaços indígenas em áreas semiurbanas onde, em conformidade com um processo de reindigenização, a população se autoreconhece como tal (Vide: Arias, 2007; Arias, Guerrero, 2022; Becerra; Pineda, 2022).

Para o caso da República Cooperativa da Guiana, existem 169 comunidades ameríndias, incluindo satélites, assentamentos e aldeias. Dessas, noventa e seis (96) têm reconhecimento legal das terras que usam e ocupam. Há, também, existem vários assentamentos "mistos" (um assentamento que compreende pessoas de várias etnias). Em 2002, o Governo alterou a Política para avançar para a Fase 2. Dessa forma, as regiões que haviam concluído a demarcação não precisaram esperar até que outras regiões terminassem para iniciar a fase 2. A Guiana possui nove nações indígenas que se estabeleceram em todo o território. Há um total de aproximadamente 35.170 km² de terras ocupadas pelos povos indígenas²⁰.

Para o caso do Suriname, segundo o professor da Universidade Anton de Kom, Suriname, Dr. Jack Mencke, em entrevista, *não existe um diretório oficial de terras demarcadas. A VIDS - Associação de Líderes de Aldeias Indígenas do Suriname (Vereniging van Inheemse Dorpschoufden in Suriname) demarcou provisoriamente várias terras indígenas. A VIDS está comprometida com os direitos e interesses dos povos indígenas e seus habitats tradicionais. A demarcação final dos limites é um processo complexo com outras agências, inclusive o governo (Vide: <https://vids.sr/>)*. O Suriname é o único país da América do Sul que ainda não reconheceu os direitos de

¹⁸ Vide: https://web.archive.org/web/20131004225728/http://www.stinasu.com/nature_reserves.html.

¹⁹Vide: www.globalnationalparks.com/french-guiana/

²⁰ Para maiores detalhes, vide: <https://moaa.gov.gy/land-tenure/>; <https://factpage.glsc.gov.gy/home/amerindian-lands/>

povos tradicionais à terra em sua Constituição. Apesar disso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou, em 2007, que o país demarcasse o território do povo Samaraka (Pinas, 2024).

Para o caso da Guiana Francesa, segundo o geógrafo Stéphane Granger, em entrevista, as terras indígenas não são assim denominadas. Mas são conhecidas como *Zones de Droit d'Usage Collectif* (Zonas de Direito de Uso Coletivo) para "os povos tirando tradicionalmente seus subsídios da floresta", isto é, na Guiana Francesa índios e quilombolas. Assim, é uma propriedade coletiva da terra escapando do direito francês para uma administração coletiva indígena em comunidades reconhecidas (Vide Damien; Filoche, 2014).

No Brasil, as Terras indígenas são regulamentadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (<https://www.gov.br/funai/pt-br>), que atua na demarcação, proteção de território e outras demandas direcionadas às questões dos povos indígenas.

CONFIGURAÇÕES URBANAS NA REGIÃO DAS GUIANAS

Definiu-se aqui, nesta seção, a temporalidade de 55 anos , entre 1970-2025, quando: ocorreram as principais transformações espaciais na Região das Guianas em suas dinâmicas econômicas; em suas transformações de políticas territoriais; duas independências coloniais (Guiana e Suriname); ampliaram-se as complexidades de sua *urbanodiversidade*²¹; instalação de eixos viários, ampliando suas densidades e intensidades de fluxos e fluidez ao seu território, bem como nos usos e novos usos das suas potencialidades (Agronegócio; explorações mineral e madeireira; industrialização; produção de energia; exploração petrolífera); instalaram-se unidades de conservação e terras indígenas; estimulou-se a transfronteirização, inicialmente pela integração física e infraestrutural e; elaboraram-se acordos e cooperações entre os seus países integrantes.

Assim, os novos usos do território da RG repercutiram em novas funções territoriais em seus contextos na economia-mundo e ecologia-mundo. Acrescente-se, também, que por conta da grande *magnitude do Estado* nesta Região, há a presença de variadas *espacialidades institucionalizadas*, sejam elas urbanas ou não. Esta região possui 115 localidades, identificadas no Brasil como municípios, sendo 52 no Brasil, 10 no Suriname, 10 na Guiana, 20 na Guiana Francesa e 23 na Venezuela.

TIPOLOGIAS URBANAS NA REGIÃO DAS GUIANAS

A RG não apresenta uma homogeneidade espacial, como também apresenta uma *urbanodiversidade* múltipla, em um complexo regional urbano diverso, de articulações urbanizadas e interações (trans)fronteiriças. Com dinâmicas econômicas e político-administrativos inerentes às suas construções históricas de ocupação, suas configurações espaciais também são urbanodiversas, onde podem-se identificar os seguintes vieses de possíveis tipologias: Quanto à dimensão territorial; Dimensão demográfica; Espacialidades institucionalizadas; Localidades de *trabalhos novos* e *trabalhos velhos*; Cidades *na* floresta e cidades *da* floresta; Localidades lindeiras.

Dimensões territorial e demográfica

Pode-se identificar duas maneiras para se perceber a dimensão da localidade: Quanto à sua área e quanto à sua demografia. Na RG cada país possui uma identidade territorial administrativa, tais como: Municípios e Estados (Brasil), Distritos (Suriname), Regiões (Guiana).

²¹ Sobre Urbanodiversidade, vide Trindade Jr. (2022; 2023).

Sobre as áreas dessas localidades, uma característica de algumas delas diz respeito às suas extensas áreas territoriais²² (Tabela 1).

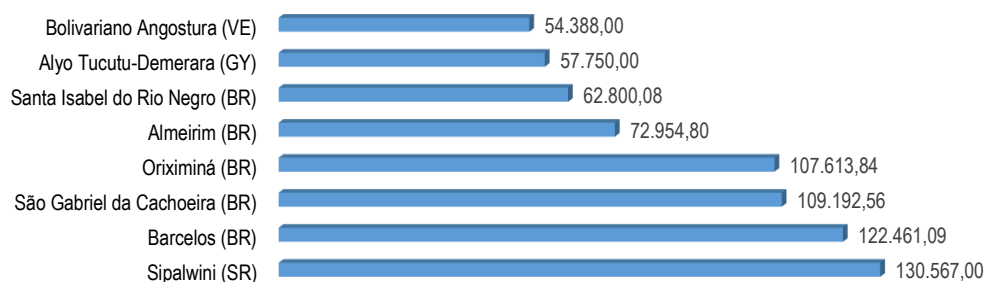
Tabela 1 - Áreas das localidades na Região das Guianas, por país.

País	Acima de 100 mil km ²	Entre 100 mil e 50 mil km ²	Entre 50 mil e 20 mil km ²	Entre 20 mil e 5 mil km ²	Até 5 mil km ²	TOTAL
Brasil	3	2	11	25	11	52
Guiana	0	1	4	2	3	10
Guiana Francesa	0	0	1	5	14	20
Suriname	1	0	0	3	6	10
Venezuela	0	1	9	7	6	23
TOTAL	4	4	25	42	40	115

Fonte: Elaboração de Jadson Porto (2025)

Por mais que oito municípios estejam acima de 50 mil km², esses, em seu conjunto, correspondem a 717.727,36 km², ou seja 35,78% da Região das Guianas (Gráfico 7), superior à somatória das áreas da Guiana, Suriname e Guiana Francesa (462.320 km²) e a maior parte desta espacializada é composta por municípios brasileiros, ocupando 77, 63% da Região das Guianas.

Gráfico 7 - Localidades na Região das Guianas acima de 50 mil km².



Fonte: Elaboração de Jadson Porto (2024).

Ao se observar os municípios com áreas de até 20 mil km², 77 localidades, ou seja 69,36% da Região das Guianas, percebe-se que esses são os de maior quantitativo.

Quanto ao critério demográfico (Tabela 2), a RG possui 24 localidades com população acima de 50 mil habitantes, totalizando em uma população estimada 6.165.608 habitantes (2022), concentrando 81,45% da população desta região.

²² No Brasil, por exemplo, os municípios que possuem mais de 100 mil km² são: no Estado do Amazonas, Barcelos, com 122.461,09 km² e São Gabriel da Cachoeira com 109.192,56 km²; no Estado do Pará, Oriximiná, com 107.614, 84 km². Em Suriname, há o Distrito de Suriname *Sipalwini*, com 130.567 km².

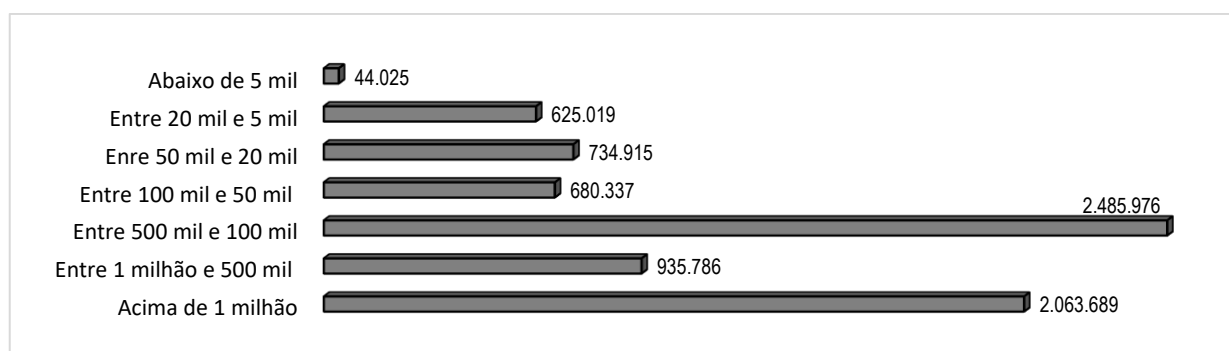
Tabela 2 - População das localidades, por país da Região das Guianas (2022).

País	Acima de 1 milhão	Entre 1 milhão e 500 mil	Entre 500 mil e 100 mil	Entre 100 mil e 50 mil	Entre 50 mil e 20 mil	Entre 20 mil e 5 mil	Abaixo de 5 mil	TOTAL
Brasil	1	0	3	8	9	29	2	52
Guiana	0	0	1	1	2	4	2	10
Guiana Francesa	0	0	0	2	3	6	9	20
Suriname	0	0	1	1	3	4	1	10
Venezuela	0	1	5	2	6	7	2	23
TOTAL	1	1	10	14	25	50	16	115

Fonte: Elaboração de Jadson Porto (2025).

Quanto àquelas abaixo de 50 mil habitantes, a RG possui 91 localidades, das 115, ou seja, 79,13% são consideradas pequenas, com um total demográfico de 1.403.959 habitantes (Gráfico 8).

Gráfico 8 - População estimada dos municípios por faixa de habitantes na Região das Guianas (2022).

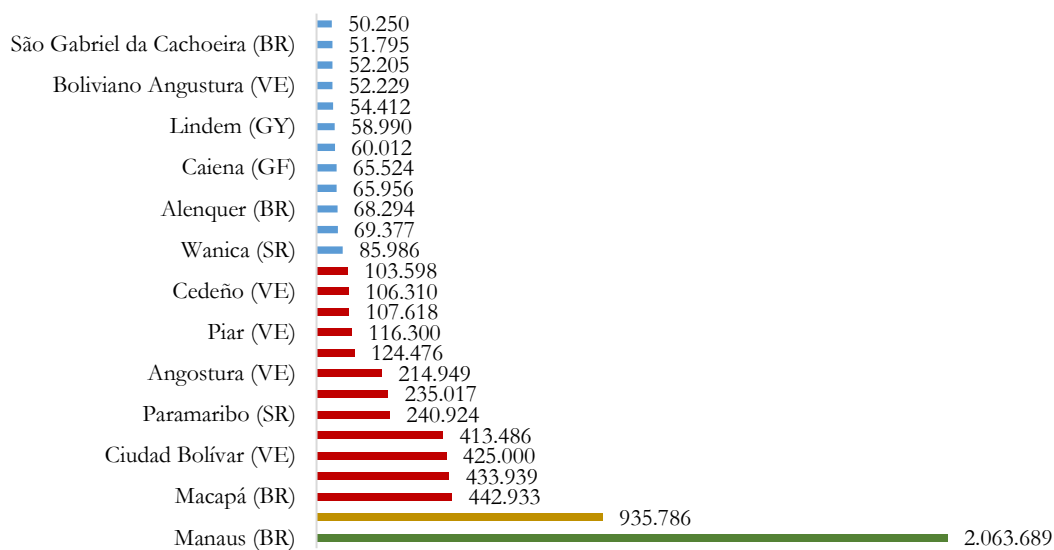


Fonte: Elaboração de Jadson Porto (2024).

No Brasil, há a presença de dez localidades acima de 50 mil habitantes, sendo: duas acima de 400 mil, duas entre 100 mil e 400 mil, cinco entre 50 mil e 100 mil, três das mais populosas e a única acima de 2 milhões de habitantes. Na Venezuela oito localidades acima de 50 mil, sendo: duas acima de 400 mil, sendo uma delas a segunda mais populosa; quatro entre 100 mil e 200 mil, duas entre 50 mil e 100 mil. Na Guiana, duas, sendo: uma entre 100 mil e 250 mil e; uma entre 50 mil e 100 mil. Na Guiana Francesa, há duas entre 50 mil e 100 mil e; em Suriname, há duas, sendo: uma entre 50 mil e 100 mil e outra entre 200 mil e 400 mil (Gráfico 9).

Essas duas abordagens (territorial e demográfica) podem iniciar as reflexões sobre tipologias das localidades na RG. Se for adotado o critério de sua dimensão territorial, podem ser localidades pequenas (até 5 mil km²), médias (entre 5 mil e 50 mil km²), grandes (entre 50 mil e 100 mil km²) e gigantescas (acima de 100 mil km²). Por outro lado, se for adotado o critério de sua dimensão demográfica, podem ser localidades pequenas (até 50 mil habitantes), Intermediárias (entre 50 mil e 100 mil), médias (entre 100 mil e 400 mil), grandes (entre 400 mil e 900 mil km²) e metrópoles (acima de 900 mil km²).

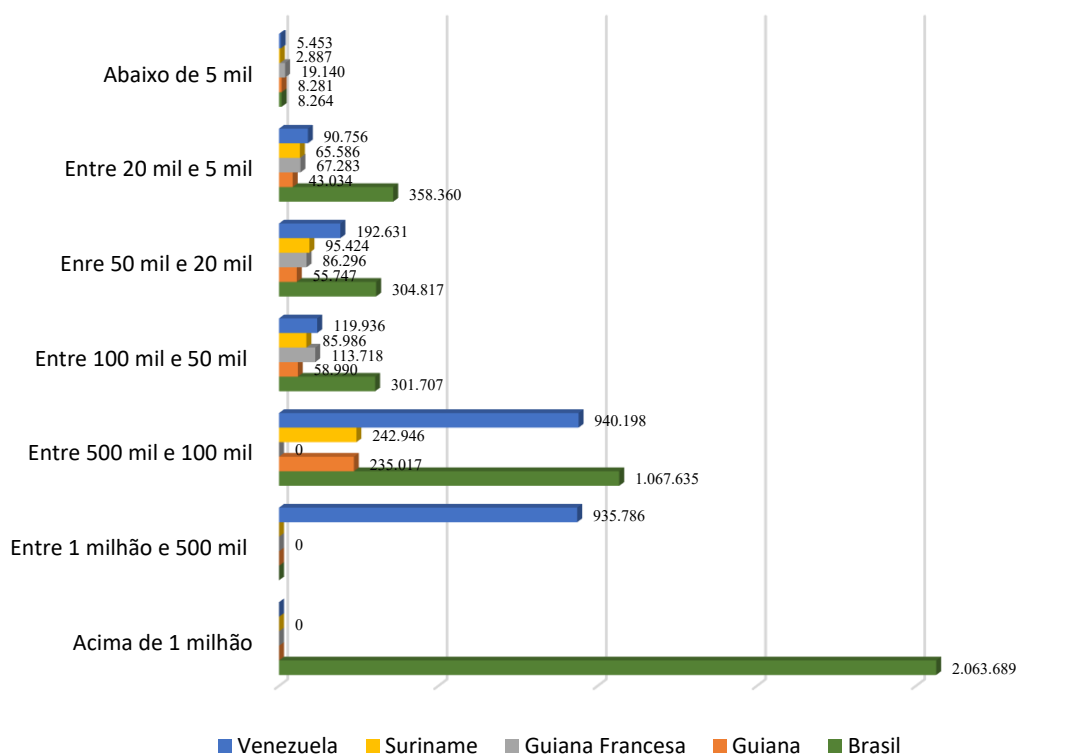
Gráfico 9 - Localidades acima de 50 mil habitantes na Região das Guianas.



Elaboração: Jadson Porto (2024).

Quanto ao critério das localidades com *até 20 mil* habitantes, o Brasil é o país que mais se apresenta predomínio em seu quantitativo demográfico (Gráfico 10), com 31 municípios, sendo dois deles com menos de 5 mil.

Gráfico 10 - População dos municípios na Região das Guianas por países (2022).



Elaboração: Jadson Porto (2024).

A Guiana Francesa, por sua vez, apresenta 15 localidades com aquela configuração, sendo nove delas com *até cinco mil* habitantes, e dessas, duas possuem uma população abaixo de 260 habitantes (Saint Elie e Ounary).

Contudo, tais abordagens não são suficientes para se ter a real percepção da influência dessas localidades nas dinâmicas econômicas, geográficas, políticas e culturais quanto ao uso e função de seus territórios; suas percepções na economia-nacional e economia-mundo; ecologia-nacional e ecologia-mundo (Critério este muito forte e presente nas suas configurações territoriais, por conta das extensas áreas protegidas nesta região envolvendo múltiplas localidades ou municípios, principalmente no território brasileiro).

Cidades-Gêmeas

Segundo Anischenko e Sergunin (2012), *as cidades gêmeas* devem buscar cooperação. E por se localizarem na linde entre países; cuja composição étnica de seus moradores é mista e muitas vezes bilíngue; com dinâmicas territoriais distintas, mas complementares, e inte(g)rações espaciais próprias, essa cooperação uma base jurídica e institucional, com a possibilidade da permissão da eliminação das fronteiras, integrando territórios. Dos diversos casos existentes pelo mundo dessas cidades-gêmeas, o caso *Eurocidades* é o que possui de mais avançado nas articulações transfronteiriças.

No Brasil, as *cidades-gêmeas* são identificadas de duas maneiras: a primeira decorre das relações econômicas, culturais, históricas, políticas e geográficas locais. A segunda é uma identidade institucionalizada, reconhecida por um sistema normativo, ou seja, é uma *espacialidade institucionalizada*.

As *cidades-gêmeas* identificadas na Região das Guianas são: Oiapoque (Brasil) e Saint George (Guiana Francesa); Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa) e Albina (Suriname); Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela); Bonfim (Brasil) e Lethem (República Cooperativa da Guiana). Algumas literaturas indicam que Niew Nickerie (Suriname) e Corriverton (República Cooperativa da Guiana) também se apresentavam como *cidades-gêmeas*. Contudo, em trabalho de campo executado em 2024 por Jadson Porto, Bruno Cavalcante, Yurgel Caldas e Alexandre Bergamin, percebeu-se que essas cidades não apresentam um grau de interação espacial e nem de complementaridade.

- **Região metropolitana:** Das oito Regiões Metropolitanas (RM) existentes na RG, três se destacam: A *Área Metropolitana da Ciudad Guayana* (Venezuela) e a *Região Metropolitana de Manaus*. Suas importâncias se deve às dinâmicas industriais ali estabelecidas, fortemente influenciadoras na economia Regional. O outro caso, que merece uma investigação futura, é o *conjunto de Regiões Metropolitanas* do Estado de Roraima, Brasil. Neste ente federativo brasileiro, reconhecidas, em suas *espacialidades institucionalizadas*, três RM. Todas elas dentro da Faixa de Fronteira brasileira. Cerca de 80% do território roraimense é reconhecido como RM, embora não possua dinâmicas, comportamentos e configurações metropolitanas.

Localidades de *trabalhos novos* e *trabalhos velhos*

Becker (2013, p. 18), ao refletir sobre as estratégias de reprodução social expostas por Jane Jacobs (1969), resgata duas abordagens: o *trabalho velho* e o *trabalho novo*. Para o primeiro caso, este consiste em produzir mais e mais do que é produzido - ou seja, mais do mesmo. Que não leva a uma forma de crescimento econômico. Embora a economia aumente, mantém-se essencialmente no mesmo conteúdo, estrutura e complexidade. Quanto ao segundo, é o trabalho do desenvolvimento, pois cria novas divisões de trabalho capazes de mudar essas últimas características.

Por mais dinamismo econômico e geográfico tenha ocorrido na RG decorrente de investimentos em infraestrutura (logística, energética) ou pela sua acionalidade espacial para se ter acesso às potencialidades e aos produtos ali localizados, à exceção de Manaus e sua industrialização pelo seu Polo Industrial; da industrialização e siderurgia no espaço venezuelano (Ciudad Guyana) (Angotti, 2001); do processo técnico-científico-espacial em Kouru (Guiana Francesa); nas capitais Georgetown (Guiana), Paramaribo (Suriname) e Caiena (Guiana Francesa); como também em Macapá (Amapá, Brasil) e Boa Vista (Roraima), os demais municípios e cidades dessa Região adotam o *trabalho velho* em suas configurações econômicas.

Cidades *da* floresta e cidades *na* floresta

Considerando a grande influência das dinâmicas amazônicas na Região das Guianas, apresenta-se, também pertinente uma reflexão sobre *cidades na floresta* e *cidades da floresta*. Trindade Jr. (2013, p. 19) apresenta uma discussão muito bem apropriada sobre os seus tipos ideais, cujos atributos elencados se entrecruzam, definindo não apenas dois “tipos ideais”, mas uma pluralidade de formas e de conteúdo socioespaciais que caracterizam muito mais espaços híbridos, que propriamente formas homogêneas de cidades (Quadro 10).

Quadro 10 – “Tipos ideais” e atributos da forma urbana na Amazônia.

ATRIBUTOS	CIDADES NA FLORESTA	CIDADES DA FLORESTA
Circulação	Rodoviária, ferroviária, aeroviária	Fluvial, ferroviária
Tempo	Técnico-científico e informacional	Lento
Relações	Organizacionais	Orgânicas
Práticas Econômicas	Mercantis, corporativas	Tradicionais, de subsistência e solidárias
Inserção	Nacional, global	Local, regional
Valores	Estandarizados	Enraizados
Modo de Vida	Sociedade urbana	Sociedade rural
Natureza	Recurso, simulacro	Recurso, lazer, circulação, simbolismo
Entorno	Distanciamento	Proximidade
Ecossistema	Impactado	Potencializador

Elaboração: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. (2013).

Figura 10 – Região das Guianas Brasileira.



Elaboração: Jadson Porto (2024).

Sobre às temporalidades de ocupação da RGB, identificam-se as seguintes:

- a) **Vivificação e vitalização da fronteira (1940-1980):** criação de dois Territórios Federais no lado brasileiro (Amapá e Roraima), em 1943; na década de 1960, quando se instalou o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira, mantendo, até os dias atuais, um processo e defesa e guarda da fronteira com a Guiana (SILVA, 2012); a construção das rodovias BR-174, no trecho Manaus-Boa Vista e BR-156, entre Macapá e Oiapoque; a influência do movimento migratório para Roraima e Amapá e os reflexos das criações de novos municípios em seus território; as rodovias começam a conectar as espacialidades da Região das Guianas (pós-1970); ampliam-se aa aproximações internacionais para a transfronteirização (a exemplo do Tratado de Cooperação da Amazônia - TCA); instalação de grandes projetos na Amazônia Brasileira (Jari; Trombetas) (1970-1980);
- b) **Novas vivificações e vitalizações da fronteira (1980-2000):** por conta das articulações efetuadas pelas BR-174, BR-156, BR-2010 e BR-401 após a década de 1970 e 1990; a influência dos investimentos do Programa Calha Norte nos Estados, garantiu novas acionalidades espaciais de Roraima e Amapá; os reflexos das criações de novos municípios e; iniciaram-se aprofundamentos bilaterais com a Guiana; a estadualização dos ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima; instalação de políticas territoriais ambientais (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), econômicas e infraestruturais; assinatura do Acordo-Quadro Brasil/França (1996);

c) **Contemporaneidades das vivificações e vitalizações da fronteira (2000-2025):** Na espacialidade roraimense, esta se apresentava inte(g)rada com Manaus por rodovia pavimentada, e a transfronteirização institucionalizada ensaia seus primeiros passos, por mais que a interação espacial local fosse intensa, por conta do garimpo nesta linde; com a construção da BR-410 e da ponte internacional sobre o rio Takutu (2009), fronteira entre Brasil e Guiana, novos usos da fronteira foram colocados em execução, enfatizando a expansão agrícola; Na espacialidade amapaense, a liberação da ponte sobre o rio Oiapoque (2017) e a liberação do visto para Guiana Francesa (2025), são marcos para a transfronteirização desta espacialidade. No segundo decênio do século XXI, destacam-se as questões políticas e econômicas com a Guiana, quando, em 2012, ingressou no Mercosul na condição de Estado Associado, no mesmo ano de ingresso da Venezuela a este Bloco econômico. A partir de 2013, por conta da crise econômica venezuelana, ampliou-se o movimento migratório de saída de sua população ao Brasil, como também, o fechamento de lojas comerciais em Santa Elena de Uairén, encerrando o intenso comércio entre as *ciudades-gêmeas* Pacaraima e Santa Elena; expansão comercial de importados por *duty free* em Lethem, Guiana; instalação de Regiões Metropolitanas (Macapá; Manaus e os casos de Roraima); ampliação das políticas territoriais ambientais.

Na espacialidade amapaense, sua dinâmica geográfica teve outra temporalidade e permanências. As rodovias federais não foram pavimentadas em sua totalidade; houve a retomada da exploração mineral, notadamente aurífera e ferífera (Esta atividade, após 2019); crescimento demográfico e urbana do Município de Oiapoque; e nas expectativas da exploração petrolífera.

Na espacialidade paraense, inexistem núcleos urbanos em sua linha de fronteira, embora haja municípios com territórios dentro da sua Faixa de Fronteira, mas com suas sedes fora da Faixa.

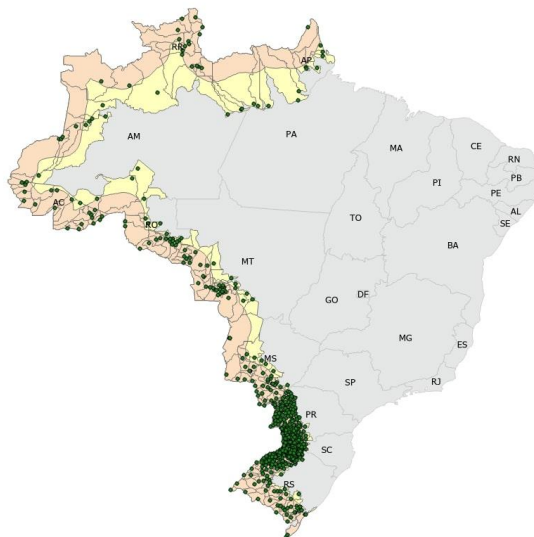
Na espacialidade amazonense, há Município na divisa com o país vizinho, dentro da Faixa de Fronteira e com sede fora do limite internacional e; Municípios na divisa com o país vizinho e com sede fora da Faixa de Fronteira; inexistem *ciudades-gêmeas* na RGB que envolve o Estado do Amazonas.

Em todas essas espacialidades estaduais, há uma grande *magnitude do Estado* em sua sócio-economia. Em território brasileiro é possível identificar duas espacialidades: uma RGB no sentido lato²³, com 52 municípios, ocupando 1.087.473,06 km², representando 54,15% do espaço da RG, com uma

²³ Os Estados brasileiros integrantes da RGB são: **Amapá**, com 16 municípios, possui 142.470,76 km², registrou em 2022 apresentou uma população de 733.759 habitantes; **Roraima**, com 15 municípios, possui 223.644, 53 km², registrou 636.707 habitantes; **Pará**: com nove municípios, Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Terra Santa, ocupando uma área de 280.568,44 km² e uma população de 361.531 habitantes e; parcialmente o Estado do **Amazonas**, com doze municípios: Nhamundá, Urucará, São Sebastião do Uatumã, Itacoatiara, Itapiranga, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manaus, Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e, São Gabriel da Cachoeira, ocupando uma área de 440.789,76 km², registrou uma população de 2.369.880 habitantes. Somente o Município de Manaus possui uma população de 2.063.689 habitantes.

população de 4.101.877 habitantes em 2022, segundo o IBGE, 55,25% da população da RG; e outra envolvendo os municípios que estão inseridos somente na sua *Faixa de Fronteira* (Figura 11).

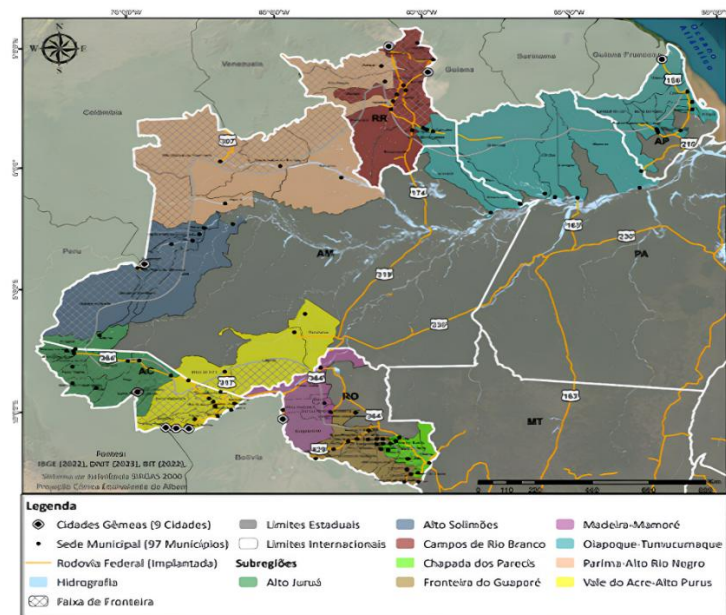
Figura 11 - Municípios na Faixa de Fronteira brasileira.



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>

Segundo Brasil (2005) *apud* IBAM (2025, p. 22-23), a fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 destas sub-regiões (Figura 12).

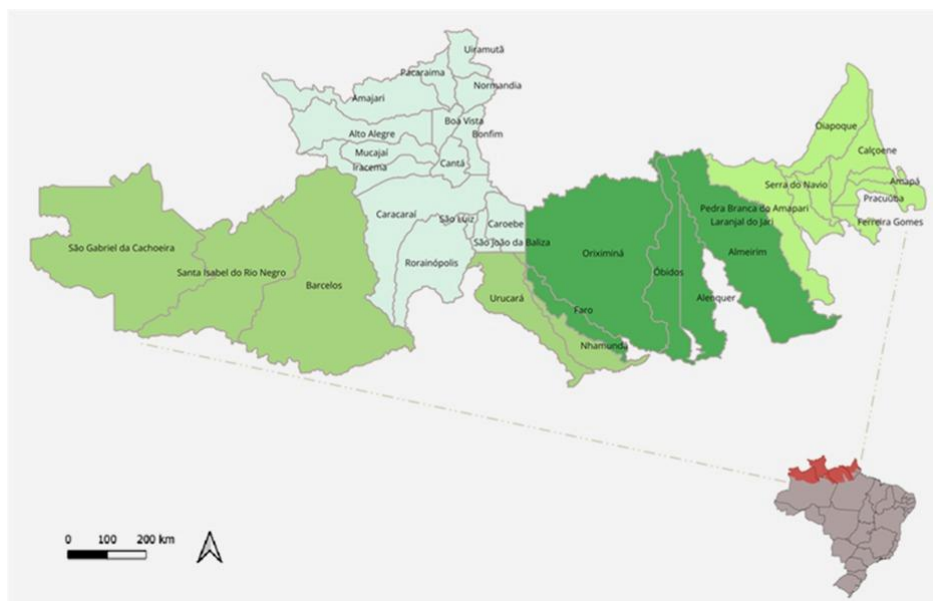
Figura 12 - Divisão sub-regional dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.



Fonte: IBAM (2025a).

A *Região das Guianas Brasileira Faixa de Fronteira* (RGB-FF) (Figura 13), com 908.051,28 km², é composta por municípios da faixa de fronteira amapaense, paraense, amazonense e roraimense, correspondendo a 34,72% da área da Faixa de Fronteira brasileira; 83,50% da área e 26,87% da população da RGB; 45,22% da área e 14,84% da população da RG; o quantitativo municipal é menor: 33.

Figura 13 - Municípios da Região das Guianas Brasileira Faixa de Fronteira.



Elaboração: Josiane Aguiar (2025).

Ao se identificar tais configurações no estudo de caso aqui estabelecido, 17 municípios limítrofes estão inseridos na RGB (vide Quadros 6 e 7, expostos na seção intitulada “Espacialidades da Região Das Guianas”). É nesta sub-região onde se encontram as três *ciudades-gêmeas* (Oiapoque, Bonfim e Pacaraima), que também são *espacialidades institucionalizadas* e; há a existência dos maiores municípios brasileiros em extensão (Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas e; Oriximiná, no Estado do Pará), com mais de 100 mil km², em cujas áreas municipais há extensas áreas protegidas, também envolvendo múltiplos municípios.

Quanto aos municípios não-limítrofes, mas que seus territórios se encontram dentro da Faixa de Fronteira, 15 são inseridos na RGB (vide Quadro 6 e 7, exposto na seção intitulada “Espacialidades da Região Das Guianas”). Nesta sub-região, encontra-se uma capital estadual (Boa Vista, Roraima).

Enfim, a RG tem sido ocupada, descoberta, estudada, acionada mediante aos interesses identificados em suas temporalidades e materializada. Evidenciando, então, diversas *Regiões das Guianas* em suas espacialidades e temporalidades. E o que se tem percebido da linha de conexão entre o aprendizado

territorial regional, é a não instalação de empreendimentos para a agregação de valor dos produtos aqui explorados, sendo a mais recente com este comportamento diz respeito à exploração do petróleo nos litorais amapaense, guianense e surinamês, sem previsões para instalação de uma refinaria. Possui comportamentos distintos em suas diversas fases (políticas e econômicas); em seus usos territoriais recompostos em suas temporalidades; seus territórios inseridos na economia-mundo e nas políticas territoriais nacional e regional; nas expectativas de alcançar o seu desenvolvimento.

REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA: ESPACIALIDADES E USO DO TERRITÓRIO

As espacialidades da Região das Guianas, em suas heterogeneidades, foram acionadas²⁴ em suas diversas temporalidades, com suas múltiplas e diversas institucionalidades, garantiram as suas inte(g)rabilidades (inter)nacionais, regionais e locais, as quais foram se materializando em seu território e em diversas formas. Ou seja, acionalidades foram se efetivando nesta Região. Consolidando o pensamento de Cano (1998, p. 313) quando afirma que *a periferia mais bem dotada de recursos foi mais acionada*. Assim, a acionalidade é parte dos usos e funções do território.

Dentre as diversas espacialidades inseridas nesta Região, apresenta-se aqui as seguintes: A Região das Guianas Brasileira (RGB) e Região das Guianas Internacional (RGI).

REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA

Na RGB há a presença de *espacialidades institucionalizadas*, a Faixa de Fronteira brasileira, Regiões Metropolitanas, *cidades-gêmeas* e várias outras de cunho ambiental, classificadas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira como *Zona-Tampão*, com ocorrência de variados modelos e dimensões de unidades de conservação e terras indígenas.

Conforme exposto na seção anterior, em território brasileiro é possível identificar duas espacialidades da RGB: a) uma RGB no sentido lato e b) outra envolvendo os municípios que estão inseridos somente na sua Faixa de Fronteira, a *Região das Guianas Brasileira Faixa de Fronteira* (RGB-FF).

Uma característica de alguns municípios amazônicos brasileiros diz respeito às suas extensas áreas territoriais²⁵. Na RGB, por exemplo, os municípios que possuem mais de 100 mil km² estão nos Estados do Amazonas (Barcelos e São Gabriel da Cachoeira) e do Pará (Oriximiná). Se forem consideradas as áreas municipais amazonenses inseridos na RGB (440.790,755 km²), acrescentado à do município paraense limítrofe ao Estado do Amazonas, Oriximiná (107.613,838 km²), esta somatória totaliza 569.936, 743 km², representando uma espacialidade superior à área conjunta da Guiana Francesa; Suriname e Guiana Francesa, com 462.323, 90 km².

²⁴ Porto (2021) expõe, a partir do pensamento de Wilson Cano (1998; 2008), a acionalidade espacial da Amazônia e suas buscas para a promoção do desenvolvimento regional.

²⁵ Segundo Castilho (2024, p. 8), *existem 5.568 municípios. Entre eles, desponta um time seletor, cujas proporções são comparáveis a países inteiros. O maior deles, Altamira (PA), é maior que a Grécia. Bem maior que Portugal. Os cem maiores municípios brasileiros em extensão somam 37% do território nacional. O tamanho da Índia. (...) 94 dos cem municípios estão na Amazônia Legal*. O autor, identificou que: Em São Gabriel da Cachoeira (AM), encontra-se a maior população indígena do Brasil ((Op. cit., p. 44); Em Oriximiná (PA), a 4ª maior área de mineração da Amazônia, com 113,78km² (Op. cit., p. 44); Em Almeirim, a maior área de silvicultura, com 571, 51 km² (p. 46). Desses, quatro deles estão na Região das Guianas, são eles: Barcelos (AM); São Gabriel da Cachoeira (AM); Oriximiná (PA); Almeirim (PA) e; Santa Isabel do Rio Negro (AM).

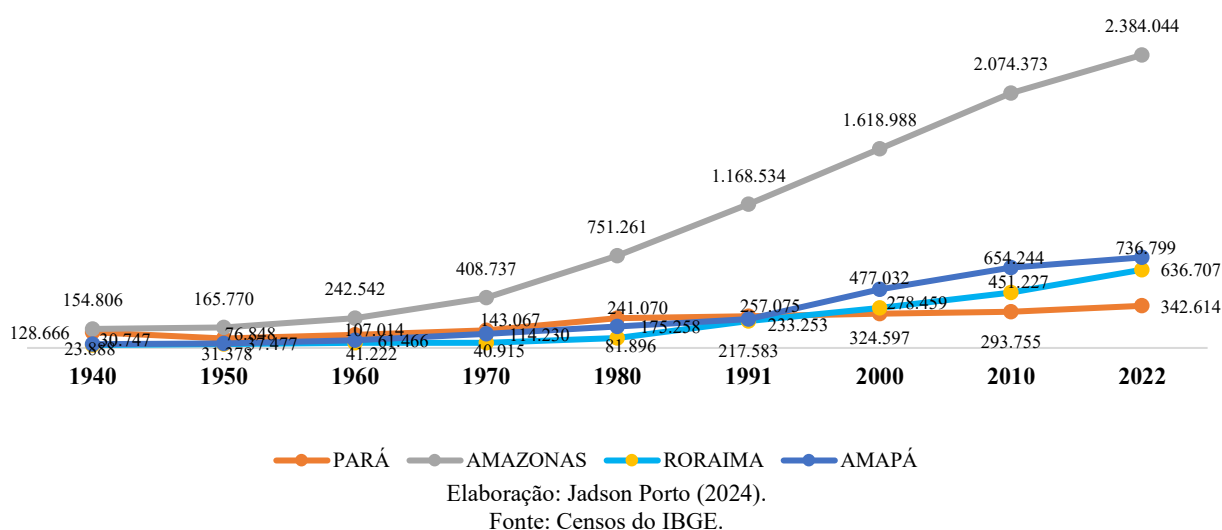
Quanto à sua ocupação e acionalidades, os municípios ali estabelecidos são de diversas origens, em seus usos e funções territoriais e em suas temporalidades (Silva; Di Miceli, 2024). Alguns remetem ao século XVII, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira (AM); uns no século XVIII, Alenquer (PA); outros ao século XIX, a exemplo de Monte Alegre (PA); e há, também, aqueles estabelecidos no século XX decorrentes das diversas dinâmicas do capital internacional ou de políticas públicas ali implantadas, a exemplo das suas configurações como capitais de entes federativos (Macapá e Boa Vista, como capitais dos então Territórios Federais do Amapá e Roraima, respectivamente); das explorações minerais com uso de tecnologias industriais (Oriximiná, no Estado do Pará; Serra do Navio, no Amapá); da produção sojeira em Boa Vista, Roraima); Influência de atividades industriais, a exemplo do Complexo Industrial do Jari (Almeirim, Pará; Vitória do Jari, Amapá); dos investimentos na industrialização (Manaus); bem como de núcleos urbanos à beira das rodovias instaladas na margem esquerda do rio Amazonas após a década de 1970, além de outras que foram criadas à beira de sua bacia hidrográfica e em direção à fronteira.

A RGB é eminentemente amazônica, seja por conta das suas configurações territoriais, ambientais, geoeconômica e cultural. É fortemente influenciada pelas dinâmicas de fluxos e fluidez que ocorrem pelos seus rios, notadamente o rio Amazonas. Porém, a partir da década de 1970, com a implantação de rodovias ligando Manaus às fronteiras com a Venezuela e a Guiana, como também de Macapá à fronteira com a Guiana Francesa, novos espaços foram acionados, a dinâmica urbana ali ocorrida toma novos rumos e configurações. Assim, *o passado ribeirinho é sufocado hoje pela circulação rodoviária e que não são mais os rios os elementos que marcam em definitivo a dinâmica urbana local* (Trindade Jr (2022, p. 40). Esta região possui 9 municípios com população acima de 50 mil habitantes, segundo o censo de 2022. São os seguintes:

- No Amazonas: Manaus (2.063.689); Itacoatiara (103.598) e; São Gabriel da Cachoeira (51.795). O caso amazonense, com 3 municípios, dentro do contexto da RGB, detém 54,35% da sua população. Porém, ao se perceber os municípios da RGB-FF, São Gabriel da Cachoeira é o único acima de 50 mil habitantes, representando somente 0,35% da RGB.
- No Pará: Alenquer (69.377); Oriximiná (68.294) e; Monte Alegre (60.012), totalizando 249.912 habitantes. Ou seja, 6,12% da RGB.
- No Estado do Amapá: Macapá (442.933) e Santana (107.618), ou seja, 13,48% da população da RGB.
- Em Roraima: Boa Vista (413.486), detendo 10,13% da RGB.
- Os três municípios mais populosos na RGB, são as capitais dos Estados do Amazonas (Manaus), Amapá (Macapá) e Roraima (Boa Vista), respectivamente.
- Os três municípios menos populosos na RGB são todos localizados no Estado do Amapá, ei-los: Pracuúba (3.803); Cutias (4.461) e; Itaubal (5.599).

No gráfico 11, percebe-se o comportamento da população residente da RGB a partir de 1940, como reflexos das políticas de *vivificação* e *vitalização* do uso do território (Porto; Superti, 2022). Os casos de Amapá e Roraima, são decorrentes das suas criações como Territórios Federais (1943) e os investimentos públicos e privados ali executados para a ocupação e povoamento da fronteira. O caso do Estado do Amazonas é decorrente da instalação da Zona Franca de Manaus, no final da década de 1960, e se consolidada com o seu reconhecimento como Metrópole, em 2007, e a gradual consolidação de seu Polo Industrial. No Pará, a ocupação desta região decorreu das atrações e investimentos do capital internacional, a exemplo de Oriximiná e Almeirim.

Gráfico 11 - População da Região das Guianas Brasileira, por Estado (1940-2022).



REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA - FAIXA DE FRONTEIRA

Enquanto a RGB possui 52 municípios, o quantitativo municipal da RGB-FF é menor: 33, correspondendo a 45,09% da RG e a 83,23% da RGB, sendo 8 municípios no Estado do Amapá, 5 no Amazonas, 5 no Estado do Pará e 15 em Roraima. Ocupando 908.052,29 km², com uma população de 1.102.315 habitantes (Tabela 3), correspondendo a 11,71% do total da população da Faixa de Fronteira brasileira, de 9.416.714 habitantes, segundo o Censo do IBGE (2022b).

Tabela - População e área dos Municípios da Região das Guianas Brasileira - Faixa de Fronteira.

ESTADO	POPULAÇÃO (2022)	ÁREA (KM²)	MUNICÍPIOS
AMAPÁ	109.140	103.647, 23	Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Serra do Navio.
AMAZONAS	123.560	336.463, 73	Barcelos, Nhamundá, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Urucará.
PARÁ	232.908	244.296, 80	Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná
RORAIMA	636.707	223.644, 53	Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá; Caracará, Caroebe, Iracema, Mucajá, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e, Uiramutã.
TOTAL	1.102.315	908.052,29	

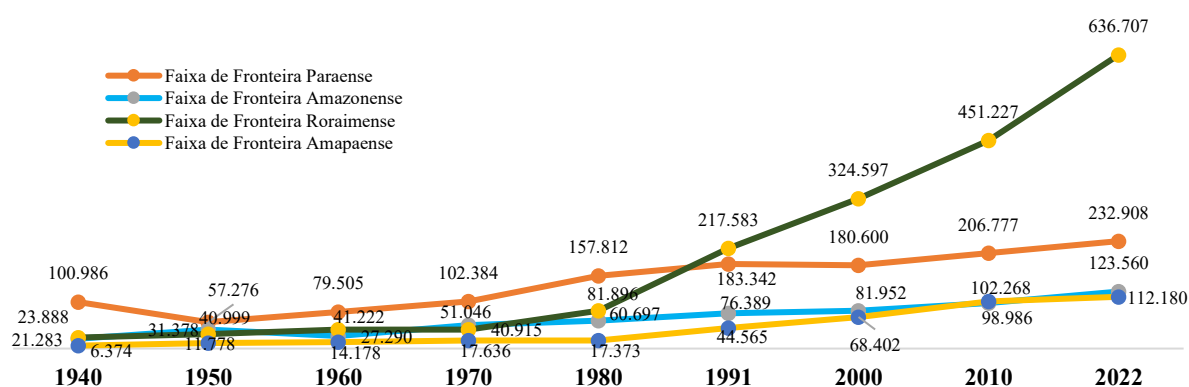
Fonte: Elaboração do autor.

Quanto à densidade demográfica, em 2022, na RGB, foi de 3,89 hab./km²; ao passo que a da RGB/FF, registrou 1,21 hab/km². Os municípios com menores indicadores foram: Barcelos (AM), com 0,15 hab./km²; Santa Isabel do Rio Negro, com 0,23 hab./km²; Almeirim (PA) e São Gabriel da Cachoeira (AM), ambos com 0,47 hab./km².

O Estado de Roraima é o único ente federativo da RGB-FF inteiramente inserido na faixa de fronteira brasileira, com 15 municípios e 3 regiões metropolitanas reconhecidas (RM Boa Vista; RM Central e; RM Sul de Roraima). Tal característica territorial se reflete no comportamento demográfico, ao analisar os dados estatísticos populacionais desta região.

Quanto ao comportamento demográfico nos municípios da RGB/FF (Gráfico 12) entre 1940-2022, suas origens possuem configurações e construções distintas, seja por conta das configurações de suas espacialidades, territorialidades, institucionalidades, temporalidades e acionalidades. O que tem de comum em todos os municípios desta sub-região é a grande influência da *magnitude do Estado* nas suas dinâmicas socioeconômicas, ressaltando o setor de serviços (Comércio).

Gráfico 12- População dos municípios na faixa de fronteira da Região das Guianas Brasileira (1940-2022).



Autor: Jadson Porto (2024)
Fonte: Censos do IBGE

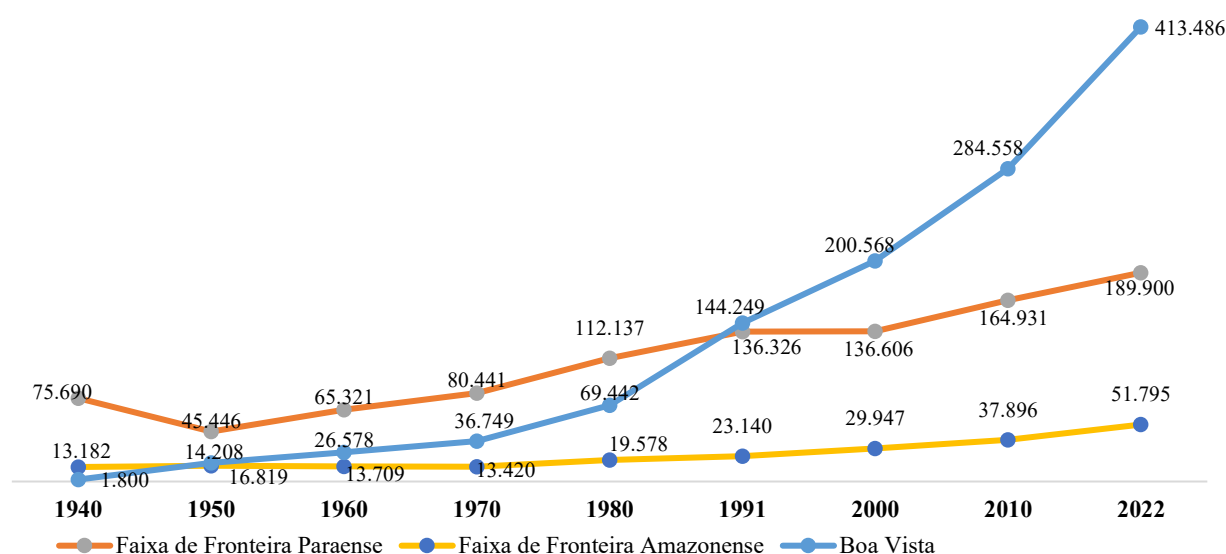
O caso paraense, com cinco municípios, sua dinâmica demográfica foi decorrente da expansão agrícola em Monte Alegre e em Óbidos; da instalação de investimentos internacionais para a extração de bauxita, em Oriximiná; das atividades do Complexo Industrial do Jari, em Almeirim e; o setor de serviços (Comércio) em todos os municípios.

O caso amazonense, com 5 municípios integrantes da RGB-FF, o seu quantitativo demográfico, em 2022, foi de 123.560 habitantes, tendo sua dinâmica sócio-economia assentada nos setores de serviços (Comércio), agrícola e turismo.

Quanto ao Amapá, com oito municípios, seu crescimento demográfico após a década de 1980 foi decorrente da criação de cinco novos municípios (Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio); da estadualização amapaense; da influência do Complexo Industrial do Jari em Laranjal do Jari, do extrativismo vegetal (Madeira, castanha do Brasil e breu branco) e; da recuperação da exploração mineral em Serra do Navio e em Pedra Branca do Amapari e no setor de serviços (Comércio). Não há municípios acima de 50 mil habitantes nesta sub-região em território amapaense.

Quanto à Roraima, o município com maior quantitativo populacional é a sua capital, com 413.486 habitantes (Gráfico 13) e é o único com acima de 50 mil habitantes. Sua dinâmica socioeconômica assenta-se nos setores de serviços (Comércio), turismo e agrícola (Somente em 2023 foi instalada um processo de industrialização da soja para estimular a produção deste produto, em farelo e óleo de soja pela Indústria Serra Verde (Vide: Suframa, s/d.; Carvalho, 2024).

Gráfico 13 - 10 municípios mais populosos da RGB-FF - acima de 50 mil habitantes (1940-2024).



Fonte: Censos do IBGE.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES

O Brasil faz fronteira com 10 países da América do Sul, buscando a ocupação e utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com a sua importância territorial estratégica. A Faixa de Fronteira interna do Brasil foi ampliada de 60 km (Constituições Federais de 1934; 1937; 1946) para 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979) ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios²⁶, cuja justificativa para a demarcação dessa faixa foi assentada na preocupação com a segurança nacional; a baixa densidade demográfica; à vocação “atlântica” do país; às grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros (Brasil, 2005).

Segundo Brasil (*Op. cit.*, p. 8), o objetivo do PDFF brasileiro foi para

(...) definir uma agenda global de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. A agenda tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos povos da fronteira, num momento em si estratégico de fortalecimento da integração sul-americana, como assumido pelo Governo Federal no Plano Brasil de Todos.

Não existe nenhum estudo semelhante ao aqui proposto. Da parceria entre a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional¹ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro resultou a iniciativa pioneira de sistematização e análise de informações concernentes à Faixa de Fronteira Internacional do Brasil, de modo a subsidiar políticas públicas em diversas escalas de ação governamental. Paralelamente, a proposição de indicadores econômicos e sociais pode subsidiar a iniciativa privada em futuras tomadas de decisão quanto à aplicação de investimentos, e as ações pela cidadania na região de fronteira.

O projeto de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foi composto pela realização de quatro pesquisas visando conhecer a rica e complexa diversidade econômica e cultural da região. A primeira sobre a base produtiva e as identidades culturais regionais, a segunda sobre as interações com os países vizinhos, a terceira sobre as legislações direta ou indiretamente pertinentes ao território fronteiriço e, a quarta, com os agentes locais em duas áreas selecionadas, a Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas, e o segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai em Mato Grosso do Sul.

Segundo Brasil (*Op. cit.*, p. 14), o PDFF *nasceu de uma avaliação negativa por parte da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2003-2007) sobre os fundamentos e a funcionalidade do Programa Social da Faixa de Fronteira (1999-2002)*, cujos recursos eram *dispersos em uma série de pequenas obras e ações pontuais, por iniciativas do Poder Legislativo, sem diretrizes claras e sem consideração das diferenças sub-regionais da Faixa em termos de desenvolvimento econômico e cidadania fronteiriça*. Tais configurações mostraram-se fundamentais para reestruturar o Programa em seu fundamento territorial e estratégico.

A questão ambiental, seja por conta dos movimentos políticos e sociais, como também de políticas ambientais, tiveram um avanço em seu monitoramento, bem como na ampliação de unidades

²⁶ Segundo Bilandi (2022), os Estados que possuem mais municípios na faixa de fronteira brasileira são Rio Grande do Sul (194) e Paraná (139). Os que possuem menores quantitativos são Pará (5) e Amapá (8).

de conservação pós-2005, seja por criações dessas unidades como federais, seja como estaduais (exemplo da Estação Ecológica do Grão-Pará, em 2006, a maior Unidade de Conservação de Proteção Integral de florestas tropicais do planeta, com 42.458,19 km² e a Floresta Estadual do Amapá, com 23.694 km², em 2007) e de Terras Indígenas (ISA, 2023).

Considerando que alguns desses *espaços de restrição de uso do território* (Porto, 2020) já possuem mais de 30 anos, não houve o acompanhamento de pesquisas avaliativas nessas áreas. Muitas vezes a precariedade dos investimentos, as suas dimensões territoriais, o reduzido quantitativo de funcionários de órgãos competentes para tais ações e a configuração porosa da fronteira permitiu a execução de atividades ilegais nessas *espacialidades institucionalizadas*.

Quanto aos diversos investimentos de políticas públicas na faixa de fronteira²⁷, destacam-se, aqui dois: O Programa Calha Norte, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, é a principal ação de política territorial no Arco Norte do PDFF; e o Plano de Aceleração de Crescimento (2007), com instalação de obras de infraestrutura.

Outros dois fatores, também, têm que ser considerados e que possuem poucas pesquisas sobre o assunto: A inserção da Venezuela (2012) e da Bolívia (2024) no Mercosul. Esta nova configuração territorial exige infraestruturas de integração territorial, principalmente ao dialogar com as intenções da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)

O IBGE (2022), ao apresentar um levantamento estatístico e elaborar uma série de cartografias sobre os limites municipais e as posições das sedes dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira, identifique que esta nova regionalização brasileira é um arranjo espacial extremamente relevante sob o aspecto de viabilizar a divulgação de informações estatísticas e geocientíficas de apoio aos Municípios compreendidos na Faixa de Fronteira do Brasil. Quase vinte anos depois do lançamento do PDFF, a obra acima citada apresenta uma série de dados que visa

apoiar aos estudos para o desenvolvimento de novas políticas públicas específicas sobre os eixos do desenvolvimento econômico, segurança, defesa, infraestrutura e questões sociais, uso do solo, ambientais e integração regional e sustentável em consequência do crescimento de aglomerações urbanas e rurais na Faixa de Fronteira, principalmente, ao identificar as unidades político-administrativas do Brasil que estão sob as regras de segurança nacional, em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, aquisição ou arrendamento de terras por pessoa física ou jurídica estrangeira nestas áreas, concessões especiais de terras e serviços, exploração econômica e auxílio financeiro do governo federal, além de subsidiar acordos bi e multilaterais, para o aperfeiçoamento das relações com os países vizinhos na zona de fronteira (*Op. cit.*).

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos ocupa uma área de 2.615.118,17 km² do território brasileiro, possui uma população de 9.416.714 habitantes (IBGE, 2022) em seus 588

²⁷ Vide: Gessi *et al.* 2021; Carneiro Filho; Camara, 2019; Neves; Silva; Monteiro, 2016.

municípios. Há dois grupos de municípios na Faixa: os lindeiros e os não-lindeiros. Esta Faixa inexistia nos países integrantes da região das Guianas.

Desde meados do século XIX, diversos atos e ações foram elaboradas e efetivadas na espacialidade fronteiriça brasileira, cujas institucionalidades se assentam em diplomas legais, a fim de que suas materialidades regulamentassem os usos de seus territórios (Quadro 11).

Quadro 11 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (1854-2000).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Terras devolutas situadas nos limites do Império com Países estrangeiros	1854	Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.
Instalação do Território Federal do Acre	1904	Decreto Legislativo nº 1.181, de 25 de fevereiro; Decreto nº 5.183, de 7 de abril de 1904.
Conselho de Defesa Nacional	1927	Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.
Conselho Superior de Segurança Nacional	1934	Decreto nº 23.873 de 15 de Fevereiro de 1934.
Conselho Superior de Segurança Nacional - Adiciona a Comissão Especial da Faixa de Fronteira	1937	https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-de-seguranca-nacional-brasil
Concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira	1939	Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939.
Domínio da União na faixa de fronteira de 30 km	1940	Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940.
Instalação de Territórios Federais (Amapá; Guaporé; Rio Branco; Ponta Porã; Iguaçu)	1943	Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.
Domínio da União na faixa de fronteira de 66 km	1944	Decreto-Lei nº 6.781, de 15 de setembro de 1944.
Dispõe sobre os bens imóveis da União	1946	Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946.
Conselho de Segurança Nacional	1946 1970	Decreto- Lei nº 9.775, de 06 de setembro de 1946; Decreto- Lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970.
Extinção dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguaçu	1946	Constituição de 1946.
Zonas indispensáveis à defesa do Brasil	1955	Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955.
Estadualização do Território Federal do Acre	1962	Lei nº 4.070, de 15 de julho de 1962.
Regulamentação dos Territórios Federais	1969	Decreto- Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969.
Tratado de Cooperação da Amazônia	1978	https://otca.org/pt/quem-somos/
Faixa de Fronteira	1979	Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979
Estadualização do Território Federal de Rondônia (Ex-Guaporé)	1981	Lei Complementar nº 041, de 22 de dezembro de 1981.
Declaração de Iguaçu	1985	https://core.ac.uk/download/517338694.pdf
Programa Calha Norte	1985 2011 2018	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte
Plano de Integração e Cooperação Econômica (PICE)	1986	https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13337/2/RB%2003%20O%20Processo%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20no%20Mercosul_P_BD.pdf
Tratado de Integração e Cooperação Econômica	1988	https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/livros.html/legislacaotextosbasicos.html/tratadointegracao.html
Estadualização dos Territórios Federais do Amapá e Roraima (Ex-Rio Branco)	1988	Constituição de 1988.
Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia	1998	https://otca.org/pt/quem-somos/
Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)	2000	https://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=28

Elaboração: Jadson Porto (2025b)

Em 2025, o Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF) brasileiro completa 20 anos. Período este que permitiu a ocorrência de muitas mudanças no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros, notadamente na fronteira, bem como uma série de novos atos e ações institucionalizadas para novos usos e organizações do território monitorados por órgãos gestores da fronteira (Quadro 12).

Quadro 12 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (2005-2025) (Continua).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF)	2005	https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/desenvolvimento-regional-urbano/Introducaoantecedentes.pdf
Política Nacional de Defesa Nacional	2005	Decreto 5.484, de 30 de julho de 2005.
Documento base para Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) - Versão preliminar	2006	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/analises-estrategicas-de-desenvolvimento-regional-e-territorial/documento-tecnico-politica-nacional-de-ordenacao-do-territorio-pnot-2006.pdf
Estratégia Nacional de Defesa	2008	Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm
Plano Amazônia Sustentável (PAS)	2008	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/planos-de-desenvolvimento-regionais-e-estaduais/plano-plano-amazonia-sustentavel-2004.pdf
União das Nações Sul Americanas (Unasul)	2008	https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf
Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)	2008	https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm
Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan)	2009	https://iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/II_COSIPLAN_2011_PROPOSTA_GT_%20Financiamento_e_Garantias_port_v21111.pdf#:~:text=O%20Conselho%20Sul-Americano%20de%20Infraestrutura%20e%20Planejamento%20%28COSIPLAN%29,estrat%C3%A9gica%20sobre%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20da%20infraestrutura%20f%C3%ADstica%20regional.
Inauguração e liberação da ponte sobre o rio Takutu, fronteira Brasil/Guiana	2009	https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1486/0
Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração na Faixa de Fronteira	2010	https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixadeFronteira.pdf
Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (FRII)	2011 2013	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais#:~:text=Os%20incentivos%20fiscais%20s%C3%A3o%20instrumentos%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,renda%20e%20estimular%20o%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico%20e%20social.
Plano Estratégico de Fronteiras	2011	Decreto nº 7.496, de 8 de julho de 2011
Núcleos Estaduais de Fronteira	2011	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/nucleos-estaduais-de-fronteira/manual-para-os-nucleos-estaduais-de-fronteira.pdf
Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron)	2012	https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2666/1/sumario-executivo_final.pdf
Estratégia Nacional de Defesa	2012	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa
Política Nacional de Defesa	2012	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa
Lei do <i>Free Shop</i>	2012	Lei nº 12.723, em outubro de 2012
Cidades-Gêmeas	2014 2016	Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014; Portaria MI nº 213, de 19 de julho de 2016

Elaboração: Jadson Porto (2025b, atualizado).

Quadro 12 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (2005-2025) (Conclusão).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Segurança Pública nas Fronteiras	2016	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/sumario-executivo_final.pdf
Programa de Proteção Integrada de Fronteiras	2016	Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016
Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa	2016	Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018.
Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras	2016	https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-brasilia-reuniao-ministerial-do-cone-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras-brasilia-16-de-novembro-de-2016
Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) (2016/2019)	2016	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/planos-de-desenvolvimento-regionais-e-estaduais/plano-plano-regional-de-desenvolvimento-da-amazonia-prda-2016-2019.pdf
Liberação da ponte binacional Brasil/França sobre o rio Oiapoque	2017	https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/abertura-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-oiapoque
Operação Ágata	2018	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1/arquivos/resumo_e_resultados_operacao_agata_base_para_arquivo_do_site_md_atzd_01_02_24.pdf
Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - Subsídios para elaboração do PPA 2020-2023	2018	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/analises-estrategicas-de-desenvolvimento-regional-e-territorial/agendas-para-o-desenvolvimento-das-macrorregioes.pdf
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	2019	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF	2019	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020/2031)	2020	Decreto no 10.531, de 26 de outubro de 2020.
Regime aduaneiro especial de loja franca	2022	http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=123368#:~:text=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20RFB%20n%C2%BA%202075,%20de%2023
Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) (2024/2027)	2024	https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/PRDA2427_.pdf
Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR II	2024	Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024
Política Nacional de Fronteiras e o Comitê Nacional de Fronteiras (PNFron)	2024	Decreto no 12.038, de 29 de maio de 2024.
Programa Fronteiras Integradas	2024	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi
Intenção de privatizar pontes transfronteiriças	2024	https://foz.portaldacidade.com/noticias/economia/governo-brasileiro-pretende-privatizar-as-tres-pontes-internacionais-de-foz-2029
Isenção de visto para brasileiros na Guiana Francesa	2025	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/06/franca-anuncia-isencao-de-visto-para-brasileiros-entrarem-na-guiana-francesa.shtml

Elaboração: Jadson Porto (2025b, atualizado)

Segundo Porto (2025a), há três momentos para se perceber a política territorial da Faixa de Fronteira no século XXI. O Primeiro diz respeito à elaboração de uma **Proposta de reestruturação** do Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira (Destaque nosso), em 2005. O segundo foi expresso em sua nova identidade e objetivos, sendo redenominado como Programa de **Promoção** do

Desenvolvimento Faixa de Fronteira (Destaque nosso) (Brasil, 2009). O terceiro, em 2024, sob a identidade como Programa Fronteira **Integrada** (PFI) ²⁸.

Assim, nesses 20 anos de existência das políticas públicas destinadas à Faixa de Fronteira, além do reconhecimento que mudanças ocorreram nas acionalidades da linde, também houve muita mudança no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiro, materializadas em uma série de ações, atos e atividades para além de projetos, investimentos e políticas públicas infraestruturais foram consolidados e/ou construídos com os claros escopos de: efetivar a integração regional da dita periferia fronteiriça; geração de conhecimentos em novos programas de pós-graduação *stricto sensu* na e sobre a região fronteiriça brasileira, que adotaram em suas identidades acadêmicas focos na fronteira. O primeiro deles foi instalado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008); na Universidade Federal de Roraima (2010); na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com foco em saúde (2015) e; na Universidade Federal do Amapá Mestrado (2017) e Doutorado (2025). Destaquem-se, também, os Programas da Universidade Latino Americana Estudos Latino Americanos (2013) e; Integração Contemporânea da América Latina (Mestrado, a partir de 2014, e Doutorado).

Em 2025, a partir de um contrato entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), foi elaborado uma série de documentos sobre a Faixa de Fronteira brasileira sendo que o primeiro produto foi referente às Fronteiras da Amazônia - Arco Norte e Rondônia (Vide: <https://www.frenteirasamazonia.ibam.org.br/>), apresentando reflexões atualizadas em documentos sínteses no geral e por Estado. O documento síntese (IBAM, 2025a, p. 11) assim se expressa sobre seu objeto e objetivo:

Trata-se do documento técnico contendo os diagnósticos socioeconômicos dos territórios e cidades fronteiriças, essencial para o processo de trabalho e construção da leitura dos territórios, tendo por objetivo principal reunir e organizar informações e dados secundários sobre a Faixa de Fronteira Amazônica, bem como analisar a realidade local a partir dos grandes temas associados à política de integração da fronteira brasileira.

RORAIMA E AS SUAS INTERAÇÕES (TRANS)FRONTEIRIÇAS

O atual Estado de Roraima foi criado como Território Federal de Rio Branco em 1943. Seu espaço foi desmembrado do Estado do Amazonas²⁹, tendo dois municípios desmembrados do Município amazonense de Moura: Boa Vista e Catrimani, segundo o Decreto-Lei 5.812/1943. Pelo Decreto 5.839/1943, Boa Vista foi reconhecida como capital roraimense. Contudo, Catrimani não fora efetivamente instalado. Assim, Boa Vista permanecera como único município.

²⁸ Vide: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi>.

²⁹ Sobre Roraima vide: Barros (1995); Lima, et. al. (2016); Freitas (2017); Galdino (2017); FGV (2020).

Em 8 décadas de existência (1943-2023), Roraima passou de um município para quinze, sendo que a partir de sua Capital Boa Vista, criado na década de 1920, tem-se: um município criado na década de 1950 (Caracará); seis criados na década de 1980 (Alto Alegre; Bonfim; Mucajaí; Normandia; São João da Baliza e; São Luís) e; na década de 1990, sete foram criados (Amajari; Cantá; Caroebe; Iracema; Pacaraima; Rorainópolis e; Uiramutã).

Em oito décadas (1943-2023), a *magnitude do Estado* atuante na sócio-economia e nas reconfigurações territoriais roraimense influenciou nos novos usos do território neste ente federativo, tais como: na criação do Território Federal de Rio Branco (redenominado para Roraima em 1962 e estadualizado em 1988); nas suas economias do empenho e de contracheque; na geração das suas atividades de emprego e trabalho; nas elaborações e materializações de suas políticas territoriais (Instalação de infraestrutura, criações de unidades de conservação e terras indígenas, instalação de Regimes Aduaneiros Especiais) (Souza, 2016; Simões, 2014; Suframa, 2014); na participação das forças armadas na defesa da fronteira (Instalação Pelotões Especiais de Fronteira; a gestão dos investimentos do Programa Calha Norte (PCN), pós-1985³⁰; na importância das implantações das BR-174³¹ e BR-401, após final de década de 1960 (a primeira no trecho Manaus-Pacaraima; a segunda no trecho Boa Vista- Normandia, acessando, também, Bonfim), em 1987 foi demarcada a Reserva Indígena Waimiri-Atroari e esta rodovia percorre 125 km em seu interior; da BR-401, no trecho Boa Vista-Normandia-Bonfim (1993); a BR-433, no trecho Bonfim-Pacaraima (Este eixo viário passa pelas Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e de São Marcos) sendo este o único ainda não pavimentado) e; as rodovias estaduais ali estabelecidas, garantiram a acessibilidade aos municípios fronteiriços com a Venezuela e Guiana, como também foram amplamente inseridos nos investimentos de suas pavimentações e manutenções executados pelo Programa Calha Norte.

As construções da BR-174 em dois momentos, o primeiro no trecho Manaus-Boa Vista (1970) e o segundo no trecho Boa Vista-Pacaraima (1977); a demarcação da Reserva Indígena Waimiri-Atroari (1987) por onde aquela rodovia percorre 125 km em seu interior; a construção da BR-401, no trecho Boa Vista-Normandia-Bonfim (1993); a construção da BR-433, no trecho Bonfim-Pacaraima (Este eixo viário passa pelas terras indígenas Raposa Serra do Sol e de São Marcos) sendo este o único ainda não pavimentado) e; as construções das rodovias estaduais, garantiram a acessibilidade aos municípios fronteiriços com a Venezuela e Guiana, como também foram amplamente inseridos nos investimentos de suas pavimentações e manutenções executados pelo Programa Calha Norte.

³⁰ Sobre o Programa Calha Norte, vide: Costa (1994) e Silva (2012). A partir de 2025, a gestão das responsabilidades administrativas dos recursos do PCN saiu do Ministério da Defesa para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2024).

³¹ Sobre a importância da construção da BR-174, vide: Oliveira Neto (2024); Venâncio (2024) e; Medina; Oliveira Neto; Silva (2024).

As *idades-gêmeas* roraimenses de Bonfim e Pacaraima ocupam em sua totalidade 7,20% do território estadual, sendo 3,61% para o caso do primeiro e 3,58% para o segundo. A soma populacional destes é de 33.228 habitantes (IBGE, 2022), representando 5,22 % da população estadual e o aumento populacional em Pacaraima deu-se pela migração venezuelana ocorrida pós-2013.

Tais Municípios são *espaços institucionalizados* por se encontrarem dentro da Faixa de Fronteira brasileira e por serem identificados legalmente como *cidade-gêmea*; a sede municipal de Pacaraima se encontra completamente dentro da Terra Indígena São Marcos e que tem trazido questionamentos sobre esta situação desde 2007, sendo submetido uma proposta de exclusão da cidade de Pacaraima desta Terra Indígena São no Senado Federal, pelo Projeto de Decreto Legislativo 28/2019.

Na viagem de campo a Roraima, entre 27 de setembro e 05 de outubro de 2024, percorrendo as ruas da capital roraimense, foi percebido um grande movimento de imigrantes venezuelanos em frente ao alojamento do Exército. A concentração desses imigrantes ocorre em dois pontos da cidade. Um onde ocorre a triagem, na Polícia Federal; o outro, ao lado da Rodoviária de Boa Vista, onde estão alojados. Sobre este aspecto, ressalte-se, também, que foram observados imigrantes que usufruem do alojamento do Exército, e outro que não usufruem. Neste último, em entrevistas com a população local, quem não utilizavam as estruturas de alojamentos, não aceitavam acatar as regras definidas pelo Exército para o seu uso.

Durante o dia, foi percebido, também, um grande quantitativo de venezuelanos pedintes nas ruas do Centro de Boa Vista. À noite, alguns deles se dirigem ao alojamento ao lado da rodoviária e outros adormecem na rua, nas praças da cidade ou à frente da rodoviária, por se localizar próximo ao alojamento de seus compatriotas.

Na rodoviária, os banheiros são disponibilizados aos seus passageiros. Contudo, por mais que haja uma limpeza constante do local, os quantitativos de imigrantes, também, utilizam esses serviços. Em conversa com usuários da rodoviária, havia locais para se tomar banho na estação, hoje não mais. Os chuveiros foram retirados.

INTERAÇÕES E ENSAIOS DE COOPERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS AMAPAENSES

Em 2023, o Estado do Amapá completou 80 anos de existência como ente federativo, juntamente com os Estados brasileiros de Roraima e Rondônia, também ex-Territórios Federais. Entre 1943-2023, uma série de atividades para *vivificação, vitalização, usos do território* foram efetuados, elaborados e intencionados à medida em que acionalidades espaciais foram materializadas, originando diversas funções de seu território (Porto, 2003; 2020; 2021; 2022a; 2022b; 2023a; 2023b).

Evidenciaram-se, então, em suas oito décadas, novos usos do território amapaense, (re)formatações e (re)configurações espaciais, econômicas, institucionais que ocorreram em seu território (Porto, 2022b).

Contudo, não ocorreram aprendizados territoriais (Porto, 2024), onde *a territorialização propõe-se como um processo e pressupõe aprendizagem* (Rocha 2016, p. 17). E, entre a ocorrência de potencialidades, usos e desusos do seu território; acionalidades, desacionalidades e reacionalidades do território (Porto, 2021), expõem-se, também, as desigualdades geográficas desiguais e as desigualdades sociais evidenciadas em diversos indicadores, (re)formatando *condição fronteira amapaense* (Porto; Superti, 2018; 2022).

Assim, segundo Porto (2024a), gradativamente, em sua temporalidade, este ente federativo passa a manifestar os seguintes comportamentos: De periférico nacional a estratégico internacional, o Amapá vem se consolidando; de fronteira desconectado a articulado, vem sendo construído; de espaço de expansão a de restrição, vem se formatando; da condição fronteira a ensaios transfronteiriços, vem se construindo; vivificações e vitalizações espaciais, continuam sendo elaborados para estimular novos usos e reconstruir a outras funções de seu território.

Sobre as interações transfronteiriças Brasil-França, pelas interações entre Amapá-Guiana Francesa, destacam-se as pesquisas executadas, artigos, livros e capítulos de livros do Grupo de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (Potedes), capitaneada pelo seu líder, Dr. Gutemberg de Vilhena Silva (2013; 2016; 2021; 2023 a e b) (vide: <https://www2.unifap.br/potedes/>), sendo a mais recente o Atlas da Região das Guianas (Silva; Di Miceli, 2024).

Adota-se, aqui, a percepção de Houtum (1998) para se pensar as relações transfronteiriças na Região das Guianas. Para o autor, até se atingir o estágio de integração, seis etapas devem ser alcançadas (contato, atração, interação, transação, relacionamento e, o efetivo sucesso). O caso da Região das Guianas ainda não atingiu plenamente a sua terceira etapa, interação espacial, pois vários trechos de sua infraestrutura são precários ou inexistentes (Inexistem pontes de ligação sobre os rios lindeiros entre Guiana Francesa com Suriname e este com a Guiana); há inexistência de relações diplomáticas de cooperação sólidas, embora haja a ocorrência de cooperações locais entre algumas instituições dos países envolvidos e; conflitos geopolíticos, a exemplo do que vem ocorrendo entre Guiana e Venezuela.

Por mais que desde meados da década de 1990, a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa tem sido trabalhada não mais com efeito-barreira, mas como efeito-cooperação, com gradativos novos acordos bilaterais, cada vez mais vem sendo articulada em redes geográficas, que vem se assentando em ações político institucionais e em intenções de reorganização territorial, implicando em novas dinâmicas e/ou novos usos desse território. Sena dos Santos e Porto (2013) já haviam percebido que esta fronteira ainda não se encontrava plenamente interada e articulada; até a elaboração deste texto,

poucas alterações ocorreram, por mais que esta fronteira também represente o ponto de contato entre Mercosul e União Europeia.

A partir da leitura do pensamento de Milton Santos sobre o tempo (Rápido, lento, longo e curto) e o espaço, o tempo de transformações espaciais no espaço amapaense são lentos, com longos períodos para transformações. Ou seja, ensaios de interações transfronteiriças têm sido lentamente implementadas. Não houve profundas alterações de interações e integrações espaciais desde então.

Silva e Rückert (2009), ao analisarem a cooperação transfronteiriça Brasil-França, entendem *Cooperação transfronteiriça* por

(...) um conjunto de ações entre atores de dois ou mais estados nacionais, institucionalizadas ou não, a fim de elaborar/implementar propostas com impactos nos dois lados da fronteira. Estas ações quando institucionalizadas são irradiadas a vários quilômetros de cada lado e as subunidades administrativas centrais (capitais) estarão na gestão das políticas dessas relações internacionais numa escala local.

Esses autores (*Op. cit.*) haviam identificado como obstáculos para a execução da cooperação transfronteiriça as barreiras administrativas (Vistos de entrada na Guiana Francesa; a diferença cambial entre o Euro e o Real, tornando esta relação territorial como a única fronteira Inversa brasileira; a diferença o custo de transportes; preço elevado das passagens de avião entre a Guiana Francesa e o Brasil; os constrangimentos administrativos a empresários, pesquisadores e personalidades na Guiana Francesa); as normas europeias impostas aos produtos importados na Guiana Francesa; o sistema comercial não recíproco, que levou a Guiana Francesa a privilegiar suas trocas com a Europa (sem direitos aduaneiros) em detrimento da proximidade geográfica; a mudança dos mediadores dos diferentes organismos de cooperação, que retardam as iniciativas e o acompanhamento dos projetos de cooperação; a imigração de brasileiros ilegais em áreas de garimpo guianense; os constrangimentos sofridos por brasileiros pela ação da polícia francesa e; frequentemente é constatada uma divergência de interesses ou de preocupações que por ventura apareçam em suas temporalidades, espacialidades, territorialidades e institucionalidades.

Silva e Granger (2016), por sua vez, analisaram os desafios que a busca pela cooperação transfronteiriça entre Brasil-França, com foco para a espacialidade Amapá - Guiana Francesa, 20 anos após a assinatura do Acordo Quadro binacional entre esses países. Esses autores (p. 45-47) percebem quatro eixos elucidativos (Institucional, socioeconômico, migração, identitário) e todos eles possuem desafios que necessitam de consideráveis amadurecimentos. Sena dos Santos e Porto (2018) entendem que efetivamente a cooperação transfronteiriça não havia sido alcançada, mas *ensaios de cooperação*.

A 11ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (RCMCT) entre Brasil-França, em 2019, buscou fortalecer as relações socioeconômicas entre o Amapá e Guiana Francesa.

Entre os temas abordados foram: saúde, educação, segurança, desenvolvimento econômico, questões migratórias e meio ambiente. Foi apontado, também, a obtenção de vistos para brasileiros; o transporte de cargas; pessoas e bens; exploração ilegal, notadamente de ouro; passagem pela ponte binacional e a não reciprocidade de acesso automobilístico, onde o brasileiro deve pagar um seguro e taxas para veículos, mas o francês, não (Pacheco, 2019; Teixeira, 2019). Ou seja, os desafios identificados por Silva e Granger (2016), permaneciam.

Em 2023, ocorreu a 12ª Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França. Nesta Reunião foram tratadas a cooperação bilateral na zona de fronteira nas áreas de circulação de pessoas e mercadorias, migrações, segurança, cultura e educação economia, saúde e meio ambiente. Na ocasião, o governo francês decidiu retomar a emissão das carteiras de circulação transfronteiriça para cidadãos brasileiros e anunciou o aumento do número e da duração dos vistos de circulação para homens e mulheres de negócios e agentes de cooperação. O Brasil, por sua vez, decidiu aderir à Convenção TIR (Transportes Internacionais Rodoviários), que trata do transporte de cargas e deverá facilitar o comércio entre o Amapá e a Guiana Francesa. Comunicou, igualmente, a pavimentação, até o final do ano, de 10 km adicionais do trecho norte da BR-156, bem como a licitação da pavimentação de outros trechos da rodovia federal. O Brasil anunciou, ainda, aumento do efetivo no Centro de Cooperação Policial bilateral (CCP) (Brasil, 2023).

Em 2024, ocorreu a 13ª Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça (Figura 14), para se discutir o desenvolvimento da fronteira, definidos por brasileiros e franceses na 6ª Reunião do Conselho do Rio Oiapoque, realizada em março de 2024, no município de Oiapoque.

Figura 14 - Banner da XIII Comissão Mista Transfronteiriça Brasil - França (2024).



Sete propostas binacionais foram discutidas na 13ª Comissão Mista Transfronteiriça. Ei-las: Retomada da semana de Saúde na fronteira, com ações de luta contra os vetores de doenças epidemiológicas; desenvolver a certificação de produtos transregionais; criação de um Plano de Desenvolvimento Econômico Transfronteiriço, que abrange o setor do turismo, da cultura, da pesca, entre outros; em face dos dez anos do acordo de 30 de julho de 2014, fazer um balanço da eficácia e propor melhorias e avanços na cooperação; ampliação do perímetro da área de abrangência da carteira transfronteiriça, com vistas ao desenvolvimento econômico e cultural; a partir de estudos, propor um acordo sobre a coleta, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos em cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa e; formular um Plano de Transformação de Resíduos Sólidos, com o objetivo de criar fontes de renda (sobre o assunto, vide: Diário do Amapá, 2024; Silva, 2024).

Também ficou definido (Aleixo, 2024): os horários de funcionamento da Ponte Binacional, que liga Oiapoque (AP) a São Jorge, na Guiana Francesa; O governo francês informou que vai voltar a emitir vistos em Macapá ainda no segundo semestre de 2024, até então, os amapaenses precisavam fazer a solicitação na Embaixada da França, em Brasília; houve a assinatura do termo de cooperação para a ligação de um cabo submarino de fibra óptica de Portugal até o estado, em parceria com uma empresa da Guiana Francesa e; a conclusão da pavimentação da BR-156, no trecho entre Calçoene e Oiapoque, em 110 quilômetros e vai receber investimento de R\$ 600 milhões.

Em junho de 2025, com quase 30 anos após a assinatura do Acordo Quadro Brasil-França, 20 anos depois de existência do Programa Faixa de Fronteira brasileiro e 80 anos de existência do Município de Oiapoque, foi anunciado o fim a obrigatoriedade do visto para entrada de brasileiros na Guiana Francesa (Pereira, 2005).

Em 2026, a busca pela cooperação completará 30 anos de intenções, ainda com reduzido avanço e a permanência de ensaios de cooperação, os obstáculos observados por Silva e Rückert (2009), ainda permanecem. Ou seja, ao resgatar as etapas de cooperação transfronteiriça de Houtum (1998), a Região das Guianas pouco avançou em sua terceira etapa, interação. Pois, a reduzida interação transfronteiriça com os demais países membros desta Região, também possui outros desafios a serem superados e amadurecidos.

Desde 1995, as relações entre Mercosul e União Europeia são guiadas pelo Acordo de Cooperação Mercosul-União Europeia. Ao adentrar o século XXI, o debate continuou. Passadas três décadas, a possível aproximação entre Mercosul e União Europeia ainda não foi efetivada e nem ensaiam aproximações econômica regionais. Caso seja confirmada tal aproximação, o Amapá e a Guiana francesa serão as especialidades mais estimuladas, pois representam a zona de contato entre esses blocos econômicos, a zona de contato entre o Euro e o Real.

OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA - EXPEDIÇÕES NA REGIÃO DAS GUIANAS

Com a entrada da Venezuela e da Bolívia no Mercosul, a aceitação da Guiana e Suriname como associados a este bloco econômico, todos signatários do Tratado de Cooperação Amazônica; das intenções de investimentos do IIRSA; como também a inserção da Guiana, Suriname e Brasil, no programa de integração regional europeu Interreg, gradativamente a intenção da transfronteirização vai se consolidando.

Em 20 anos de existência do PDFF (2005-2025), houve muitas mudanças no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros. Ao se identificar os municípios integrantes da Faixa de Fronteira, efetivamente se percebe outros usos do território, em que a transfronteirização é a inte(g)ração imediata e necessária.

Em todas as expressões de (re)configurações, manifestações, organizações e o uso do território ocorridas em duas décadas das espacialidades lindeiras da RGB, os seus Municípios integrantes possuem uma temporalidade lenta e longa de transformações, cujas reestruturações de suas diversas e palimpsestas *espacialidades institucionalizadas*, principal e notadamente ambientais, tem imposto impressões próprias em suas políticas territoriais. E são nestas suas particularidades que predomina a grande *magnitude do Estado* nas políticas, dinâmicas (re)construções e configurações territoriais.

Quanto às permanências que o período de existência do PDFF, as contemporaneidade e provocações de políticas territoriais e econômicas e as mudanças ali ocorridas, perpassam por questões de política internacional (trans)fronteiriça; política ambiental (instalação de unidade de conservação com territorialidades gigantescas); política urbana (aprovação do Plano Diretor Municipal); política geoeconômica (liberação do trânsito de veículos pelas pontes binacionais Brasil/Guiana e Brasil/França); os avanços na pavimentação da BR-156; criação de *espacialidades institucionalizadas* (Unidades de conservação, Regiões metropolitanas, *ciudades-gêmeas*, ampliação da territorialidade do Mercosul), a permissão de instalação de *duty free* em sua territorialidade e; as expectativas da espacialidade e economia guianense e amapaense na exploração petrolífera internacional.

Desde 2006, várias viagens de campo foram executadas por pesquisadores da Universidade Federal do Amapá pelos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Atual Desenvolvimento da Amazônia Sustentável), em Estudos Fronteiriços e o em Biodiversidade, originando um volume considerável de informações (cerca de 500 dissertações e teses) defendidas e publicadas e, pelo então Observatório do Platô das Guianas (Obfron/Unifap). Dentre as obras daqueles investigadores, há aquelas disponibilizadas pelo autor deste livro³². Na viagem de campo de 2022, foi identificada a ocorrência do Meridiano Rondon (52° W) no Município de Oiapoque, Próximo à Vila Brasil (Porto, 2022c).

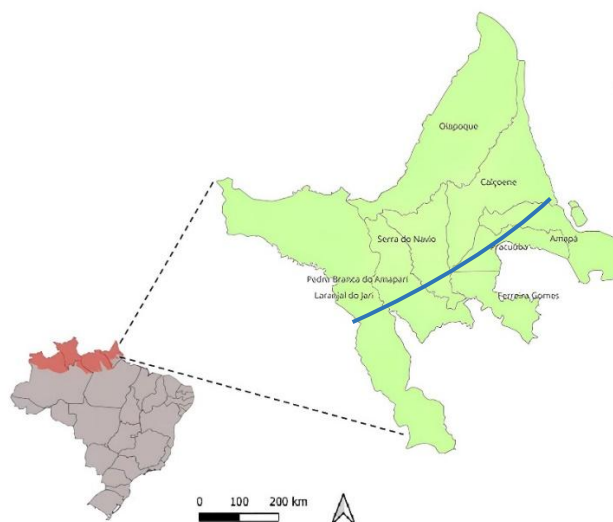
³² Vide: https://jadsonporto.blogspot.com/p/trabalhos-publicados_8.html?m=1.

Os relatos aqui expostos integram uma série de atividades ocorridos nos períodos de 09 a 12 de maio (*Expedição Oiapoque*), 01 a 06 de junho (*Expedição Suriname*) e 27 de setembro a 05 de outubro (*Expedição Roraima*) de 2024, como parte de um programa de atos acadêmicos executado pelo projeto *Front-Guianas: Fronteiras da Amazônia Caribenha: Resiliência, Oportunidades e Natureza Transfronteiriça nas cidades gêmeas da Região das Guianas* (chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 10/2023 - Universal), visando observar uma série de manifestações, materializações e execuções de comportamentos territoriais sobre a gestão ambiental, a geografia da saúde, a inte(g)ração espacial e a análise regional no contexto das cidades fronteiriças de Oiapoque (Brasil), Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa), Albina e Nieuw Nickerie (Suriname).

OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA BRASIL/FRANÇA

O Estado do Amapá está inserido na sub-região da Região das Guianas Brasileira e, também, integra à regionalização no Brasil delimitada pela faixa de fronteira deste país. Considerando os municípios inseridos na faixa de fronteira no Estado do Amapá, oito deles encontram-se dentro desta Faixa, eil-os: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Serra do Navio (Figura 15).

Figura 15 - Municípios amapaenses na Faixa de Fronteira brasileira.

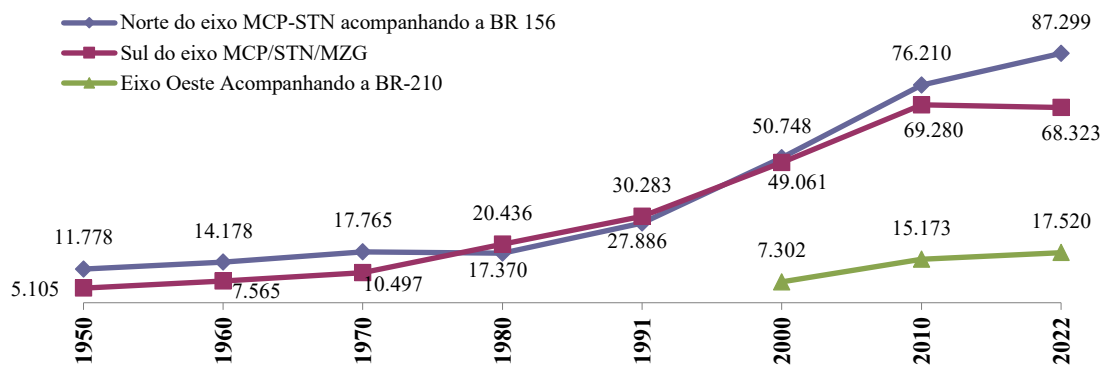


Fonte: Elaboração de Josiane Aguiar (2025).

Quanto à questão demográfica na parte setentrional do Estado do Amapá, a única sede municipal na linha de fronteira conectado por via rodoviária é Oiapoque. Ao se observar movimento demográfico, nos sentidos Norte, Sul (acompanhando a BR-156) e Oeste (Acompanhando a BR-210), a partir do eixo

de Macapá-Santana (Gráfico 13), percebe-se que a partir da década de 1990, a direção demográfica é alterada do Sul para o norte.

Gráfico 14 - População amapaense ao norte, ao sul e a oeste do eixo Macapá-Santana (1940-2022).



Elaboração: Jadson Porto (2025).

O movimento ao eixo Sul, direciona-se ao atual município de Laranjal do Jari, com grande influência do Complexo Industrial do Jari, em Monte Dourado (Almeirim (PA), como fator atrativo a partir da década de 1980. Segundo o IBGE, em 2022, Laranjal do Jari registrou 35.114 habitantes residentes.

A partir da década de 1990, o fluxo é alterado em direção ao eixo Norte, à fronteira internacional com a Guiana Francesa, ao Oiapoque, grandemente influenciada pelas expectativas que o Acordo-Quadro Brasil-França (1996), das intenções de transfronteirização e pelas expectativas da exploração petrolífera no litoral amapaense após 2020. Segundo o IBGE, em 2022, Oiapoque registrou 27.482 habitantes residentes. Dois fatores se destacam para a nova configuração espacial de Oiapoque: a elaboração do Plano Diretor do Município de Oiapoque (Tostes; Ferreira, 2022) e a nova expansão urbana de Oiapoque pela expectativa de uma economia petrolífera.

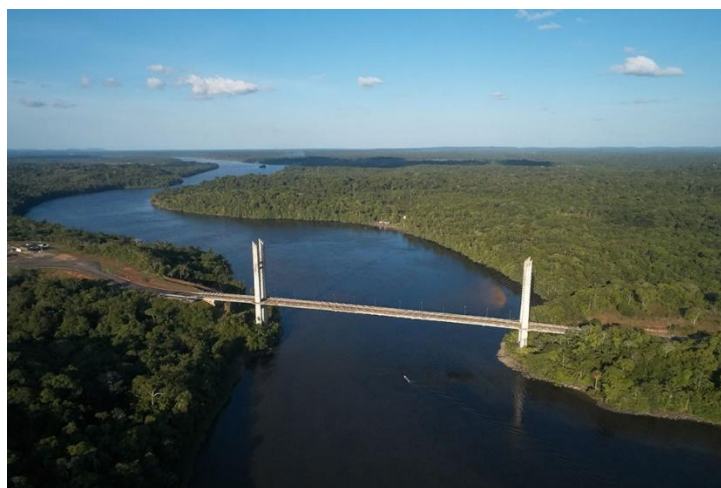
As atividades de campo da *Expedição Oiapoque - 2024* ocorreram em dois momentos. Uma parte da equipe se dirigiu ao Oiapoque no dia 08 de maio, enquanto a outra envolvida no evento Sintransfronteiras (IV Seminário de Desenvolvimento Regional, organizado pelo Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável [PPGDAS/Unifap]; e o I Seminário Internacional Região das Guianas)³³, organizado pela equipe Front-Guianas, em Macapá, no Museu Sacaca e na Universidade Federal do Amapá, no período de 06 a 08 de maio. Findo o evento, ocorreu um trabalho de campo entre os dias 09 a 12 de maio de 2024.

³³ Vide <https://www.even3.com.br/sin-transfronteiras/>

No dia 09 de maio, a outra parte da equipe dirigiu-se ao Oiapoque, a fim de se reunirem com a primeira que se deslocou no dia anterior. O deslocamento ocorreu por via rodoviária, em uma pick up 4x4. Durante a viagem passamos por trechos chuvosos, tanto em trecho pavimentado, quanto não pavimentado. São 580 km de da BR-156 que separam Oiapoque de Macapá. Há um trecho de 100 km entre Oiapoque e Calçoene ainda não pavimentado, exigindo maior atenção do condutor, como também a diminuição da velocidade da viagem. Principalmente em período chuvoso na região, como no que estávamos.

O acesso à Guiana Francesa ocorre por duas maneiras: a primeira, mais fluida localmente é executado por embarcações (Catraias); a segunda, via a transposição pela ponte sobre o rio Oiapoque (Figura 16). Em junho de 2025, depois de 30 anos da assinatura do Acordo Quadro Brasil-França, 20 anos depois de existência do Programa Faixa de Fronteira brasileiro e 80 anos de existência do Município de Oiapoque, foi anunciado o fim a obrigatoriedade do visto para entrada de brasileiros na Guiana Francesa (Pereira, 2005).

Figura 16 - Ponte sobre o rio Oiapoque.



Fonte: <https://www.leecsa.cnrs.fr/plateformes/ohm-oyapock/>.

O Estado do Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa se inserem numa posição estratégica para os seus respectivos territórios nacionais. A partir das novas formas de se pensar o desenvolvimento regional para esta fronteira, tendo por base os mecanismos de cooperação transfronteiriça após meados da década de 1990³⁴, é relevante destacar que a concepção e o tratamento dado ao espaço

³⁴ Vide: Silva (2013; 2023a; b; c); Porto e Caldas (2015); Porto (2020); Porto e Superti (2022).

fronteiriço vêm ganhando gradativamente novos *usos territoriais*³⁵ por meio de novos planejamentos, novas organizações espaciais e, nas intenções de cooperações territoriais ainda em construção.

A cidade de Oiapoque tem sua origem relacionada à exploração de ouro na região do Aprouage (Guiana Francesa), no final do século XIX; fortalecida com a criação de Clevelândia do Norte (Romani, 2003) e gradativamente consolidada com a sua institucionalização territorial como município fronteiriço brasileiro. Integrou o Município de Amapá até 1945, quando foi desmembrado deste pelo Decreto-Lei Federal n. 7.578, de 23 de maio de 1945, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, em conformidade com o disposto nos Decretos-leis de ns. 311, de 2 de março de 1938, e 5.901 de 21 de outubro de 1943. Sua origem foi decorrente de uma série de eventos que envolveram: atividades econômicas (garimpeira); geopolíticas (ocupação e domínio da fronteira no período colonial, no início do período republicano brasileiro e na segunda guerra mundial); militares. Este espaço também foi palco de atuação de holandeses, ingleses e franceses e contou com a reação de portugueses e brasileiros nos séculos XVII e XIX (Alicino, 1971; Romani, 2003; Reis, 1949; 1993; Porto, 2003).

Localizado na fronteira e litoral setentrional brasileiros a cerca de 600 km de Macapá, sua área é de 23.034 km², na linha fronteiriça com a Guiana Francesa (que implica em ser o único município do Mercosul em contato com a União Europeia interligado por uma ponte internacional) e com os municípios amapaenses de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari. Encontra-se completamente dentro da Faixa de Fronteira brasileira.

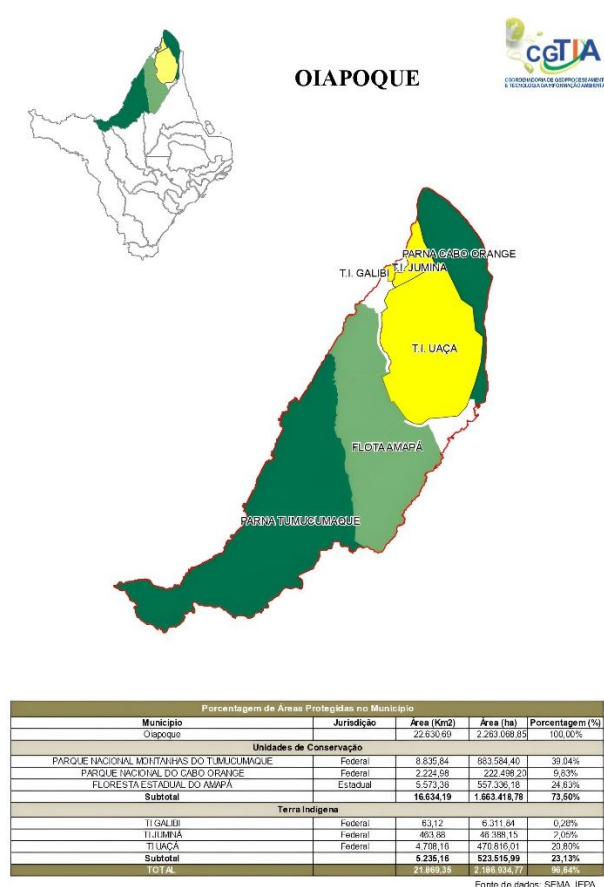
Em oito décadas de existência como ente federativo (1945-2025), o Município de Oiapoque, por mais que apresente uma temporalidade lenta e longa em suas transformações, apresenta-se como uma espacialidade e territorialidade estratégica em suas acionalidades, seja pela sua importância geopolítica nacional; por que possui articulações diretas (trans)fronteiriças; por que possui grande influência de políticas ambientais e de segurança nacional para a sua organização territorial espacial; seja pelas expectativas de uma nova acionalidade: a exploração do petróleo a 175 km do litoral amapaense, Bloco 59 da Margem Equatorial, à frente de Oiapoque, limítrofe à Guiana Francesa. Além dessas oito décadas, também representa duas décadas de existência de uma política territorial na Faixa de Fronteira, o Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF) (2005-2025), que possui grande influência nas políticas territoriais deste município.

³⁵ Para uma leitura aprofundada sobre a expressão, vide: Santos (1994; 1996); Santos e Silveira (2001); Silva (2013; 2023a; b; c); Silva e Di Miceli (2024).

A partir de 1950, com o início da construção da BR-156, novas expectativas de conectividades foram estabelecidas, estipulando-se um novo eixo de fluxo e fluidez de pessoas, produtos e de serviços (Silva, 2008). Estimulando o movimento migratório àquele município, principalmente após o último decênio do século XX, com a pavimentação da BR-156 e as expectativas da construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

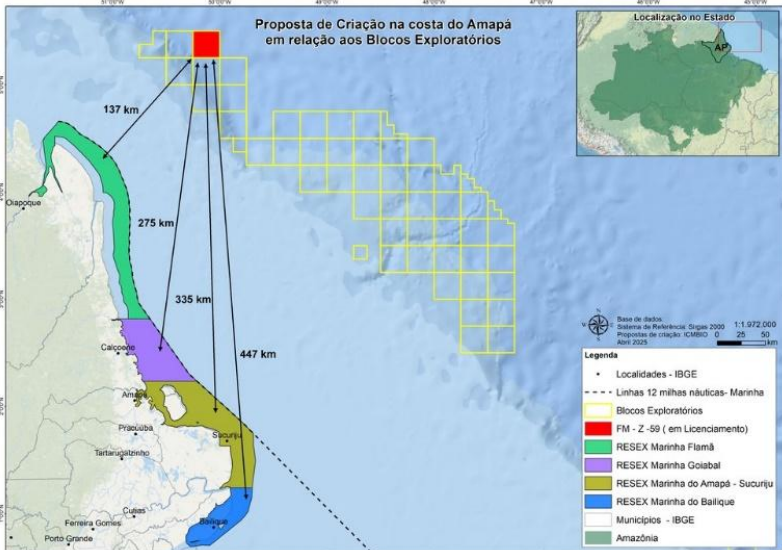
A partir da década de 1980, foram instalados espaços com restrições de uso do território no Município mediante a criação de três Terras Indígenas (Galibi, 1982) e três Unidades de Conservação (Parna do Cabo Orange, em 1980) (Figura 17).

Figura 17 - Áreas protegidas no Município de Oiapoque.



Acrescente-se, também, que, com a possibilidade de exploração do petróleo na Margem Equatorial, propôs-se a instalação de outras quatro Reservas Extrativistas Marinhas no Amapá (Flamã, Goiabal, Amapá-Sucuriju e Bailique) (Figura 18), sendo a Flamã em territórios dos Municípios de Oiapoque e Calçoene (Aleixo, 2025). As Reservas Extrativistas são unidades de uso sustentável, onde populações tradicionais praticam atividades de subsistência (extração, pesca, criação de animais domésticos de pequeno porte e agricultura).

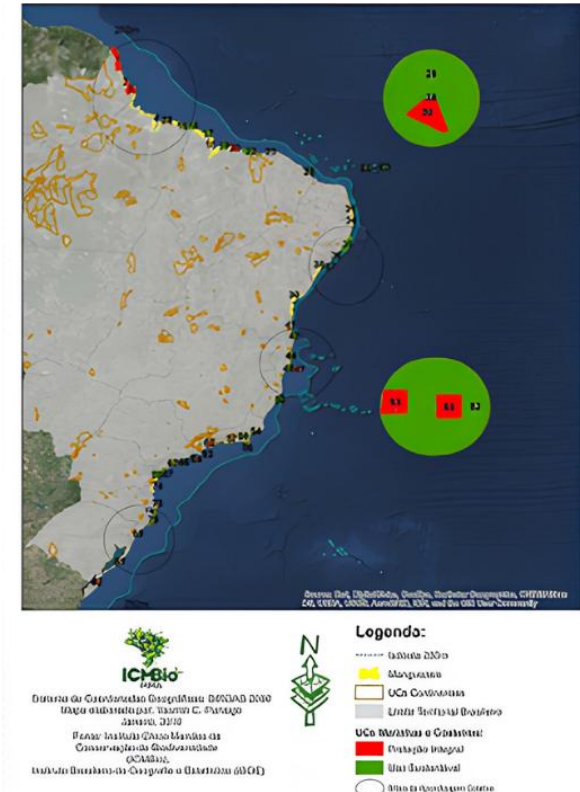
Figura 18 - Reservas Extrativistas Marinhas no Amapá



Fonte: Aleixo (2025)

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Resex visam proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Dentre essas elas, há as Reservas Extrativistas Marinhas (Arruda Jr. *et al.*, 2021) (Figura 19).

Figura 19 - Unidades de Conservação Federais da Zona Marinha e Costeira brasileira.



Fonte: Ribeiro; Masuda; Miyashita (2019, p: 54).

Segundo Santos e Schiaveti (2013, p. 480),

As Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) surgiram a partir da transferência de um modelo de manejo originário da Amazônia, que deu origem às primeiras Reservas Extrativistas (RESEX) (DIEGUES, 2008). No entanto, uma importante questão legal diferencia as RESEX marinhas das terrestres: as RESEX-Mar lidam com a gestão de recursos que pertencem à coletividade – o meio costeiro/marinho. Assim, os beneficiários das RESEX-Mar se apropriam de um recurso comum do povo, sob a tutela do Estado. Neste sentido, a legislação brasileira não é clara quando trata da responsabilidade da gestão neste ambiente, uma vez que há diferentes definições de ordem legal provenientes de diferentes conjuntos de normas jurídicas (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002). Estas diferentes definições geram dúvida com relação à clareza da legislação que embasa a aplicação do modelo RESEX para ambientes costeiros e marinhos.

As discussões para se instalar Resex-Mar no Amapá não são recentes. Desde 2005 tais debates e reuniões com colônias de pescadores amapaense ocorrem, quando foi elaborada a *Carta de Calçoene*. Segundo Souza e Lima (2017, p. 420), esta Carta culminou num pedido de Resex, conforme os autores observaram no Relatório elaborado pela CEDRS (2008):

Em outubro de 2005, na cidade do Calçoene, essas comunidades reuniram-se em um evento denominado “I Encontro dos Pescadores Amapaenses do Norte”, do qual surgiu a “Carta de Calçoene” com proposições da comunidade pesqueira, que vem sendo defendidas pelos pescadores (CAPA). Esta é uma contribuição para inclusão em um novo modelo de gestão pesqueira para o Amapá, que aqui será considerada neste Plano Estratégico, formatado pelo CEDRS. Uma das principais proposições dos pescadores é a criação da Reserva Extrativista Marinha “Cabralzinho” no litoral do estado, região antes utilizada para pesca e que passou a fazer parte das UPPs..

Ou seja, quando não se havia nenhuma perspectiva de atividade petrolífera na região, nenhum obstáculo foi levantado para a instalação de Resex-Mar no litoral amapaense. Caso a Resex-Mar Flamã seja efetivada, esta poderia ser uma barreira de uma *espacialidade institucionalizada* no litoral norte amapaense, em novas temporalidades, que exigirão novos *ajustes espaciais*³⁶ para novos usos do território, estimuladas pelo capital internacional.

Há três unidades de conservação existentes no litoral amapaense: o Parque Nacional do Cabo Orange, a Estação Ecológica Maracá-Jipioca e a Reserva Biológica Lago Piratuba. Todas elas, segundo o SNUC, integram o grupo das Unidades de Proteção Integral, com bastante restrições quanto ao seu uso do território. As Resex, por sua vez, constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais e em regulamentação específica; a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no

³⁶ Segundo Harvey, (2005, p. 9), “a tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de super-acumulação”. Na versão brasileira dos “Limites do capital” (2013), na introdução à edição inglesa de 2006, Harvey indica que “ajustes espaciais” são entendidos como *expansões reestruturadoras geográficas* (p. 22). Porto *et. al.* (2007), por sua vez, interpretaram que “ajustes espaciais”, são as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital.

Plano de Manejo da área e; a pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

Ao se observar a localização das Unidades de Conservação acima e as propostas de novas no litoral amapaense, percebe-se a sobre posição de territórios. Exceto na Resex- Mar de Goiabal. Assim, questões outras são levantadas para o debate, tais como: Como será efetuado institucionalmente a nova configuração de usos de territórios, somente na indicação política de definição territorial? De que maneira a exploração petrolífera atuará na manutenção dessas Unidades de conservação? Haverá alguma medida compensatória pela perda ou substituição de espaços nas unidades de conservação pré-existentes? E as comunidades pesqueiras ali existentes, como serão afetadas?

Assim, além das pressões econômicas pela exploração petrolífera, também haverá pressões imobiliárias pelas novas dinâmicas geoeconômicas que as expectativas desta atividade mineral exercerão em terras dos Municípios de Oiapoque e Calçoene (especulações imobiliárias urbanas e no litoral), expansão urbana em manguezais, exigências de trabalhadores para *trabalhos novos*³⁷, dentre outros.

No último decênio do século XX, novas configurações e usos territoriais desta linde se estipula, seja pela criação de novas Terras Indígenas em território oiapoquense (Uaçá, 1991; Juminá, 1992), seja pela assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França, originando vários atos infraestruturais, ensaios de cooperação, de políticas ambientais e urbanas e, ampliando os ensaios de inte(g)ração espacial transfronteiriços (Porto; Guimarães, 2023; Sena dos Santos; Porto, 2013).

No século XXI, em seu primeiro quartil (2000-2025), novas configurações e usos territoriais desta linde são construídos, ei-los:

No **primeiro decênio** do século XXI, três movimentos se destacam: o *primeiro* diz respeito à duas políticas ambientais: uma internacional e outra local, ao seu instalada duas Unidades de Conservação envolvendo múltiplas territorialidades municipais (Parna do Tumucumaque, em 2002 e; Floresta de Produção do Amapá, 2006). No *segundo*, com a sua inserção no PDFF (Brasil, 2005) e em 20 anos de existência desta política territorial, houve muita mudança no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros, em que a transfronteirização é a inte(g)ração imediata e necessária. No *terceiro*, avançam-se as articulações para a efetiva pavimentação da BR-156 e a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

³⁷ Becker (2013, p. 18), ao refletir sobre as estratégias de reprodução social expostas por Jane Jacobs (1969), resgata duas abordagens: o *trabalho velho* e o *trabalho novo*. Para o primeiro caso, este consiste em produzir mais e mais do que é produzido - ou seja, mais do mesmo. Que não leva a uma forma de crescimento econômico. Embora a economia aumente, mantém-se essencialmente no mesmo conteúdo, estrutura e complexidade. Quanto ao segundo, é o trabalho do desenvolvimento, pois cria novas divisões de trabalho capazes de mudar essas últimas características.

No **segundo decênio**, destacam-se: o seu reconhecimento como *cidade-gêmea* (Brasil, 2014) e a permissão de instalação de *duty free* em sua territorialidade (Brasil, 2018) (até a elaboração deste texto, esta possibilidade não havia sido aproveitada em Oiapoque); a liberação da ponte binacional (em 2017).

No **terceiro decênio**, em 2020 foi elaborado o primeiro Plano Diretor do Município de Oiapoque (Tostes; Ferreira, 2020); retoma-se a pavimentação de 250 km da BR-156, no trecho entre Calçoene e Oiapoque (até a elaboração deste texto, a pavimentação completa da BR-156 não havia sido concluída); em 2024, na cidade de Saint-Georges, na terceira reunião do Comitê Local de Gerenciamento do Regime de Circulação Transfronteiriça entre o Brasil e a França, foi retomada a emissão da carteira de circulação transfronteiriça, conforme acordado na XII Comissão Mista Transfronteiriça, realizada em 3 e 4 de julho de 2023, em Caiena. Contudo, a autorização de circulação por 72 horas em Saint-George e o brasileiro **não era autorizado** a obter documentação de residência ou direito a trabalho na Guiana Francesa (Brasil, 2024; Ximenes, 2024). Esta carteira não é exigida em território brasileiro, como também, não é exigido o visto e nem é cobrada nenhuma taxa de entrada dos franceses em território brasileiro pela Guiana Francesa. A emissão da carteira pelo lado francês havia sido suspensa em 2020, por conta da expansão dos casos de Covid-19. Em 2025, estima-se a inserção da espacialidade oiaquense na exploração petrolífera internacional, mas não de sua produção.

A Guiana Francesa, por sua vez, é um Departamento Ultramarino francês na América do Sul que, desde o início da década de 1990, adquiriu, no âmbito político-institucional, *status* de Ultraperiferia europeia (Porto; Sena dos Santos 2012; Sena dos Santos, 2014; Sena dos Santos; Porto, 2013). Fronteiriço ao Brasil pelo rio Oiapoque, articula-se espacialmente por uma ponte binacional concluída em 2010, porém liberada somente em 2017, com o Município de Saint George de l'Oiapock. Esta é a mais extensa fronteira francesa de todo o seu conjunto territorial nacional³⁸ (Figura 12).

Saint George de l'Oiapock é uma comuna da Guiana Francesa. Foi um local de deportação para os condenados durante a Revolução Francesa. Em 2020, possuía uma população de 4.505 habitantes (Insee, 2020b). A ponte sobre o rio Oiapoque, a instalação alfândegas em cada extremidade da ponte e a interligação terrestre com Caiena são resultados do Acordo Quadro Brasil/França (1996). Até 2006 a conexão interna de Saint George alcançava a Comuna de Reginá, 50 km da comuna limdeira acima citada.

³⁸ Segundo Silva (2013), encontra-se na literatura pertinente três divisões regionais da França, dentre outras possíveis do ponto de vista administrativo (cf. em <http://www.insee.fr/fr/>). São elas: 1 - **França Hexagonal** (*L'Hexagone*) ou França Continental: forma de referência à grande porção territorial da França na Europa (com exceção da Córsega), que possui a forma geométrica que remete a um Hexágono. Surgiu pelo uso de autoridades dos territórios ultramarinos; mas essa expressão não conseguiu impor-se na população, ainda menos oficialmente; 2 - **França Metropolitana** (*France métropolitaine*) ou Métropole: estende-se do Mediterrâneo ao Canal da Mancha e Mar do Norte, e do rio Reno ao Oceano Atlântico. É a forma mais usual pelos franceses que habitam as regiões ultramarinas para se referir à porção da França que está no continente europeu. Neste caso, inclui-se a Córsega, uma pequena ilha próxima à França Continental. 3 - **França ultramarina ou Departamentos Ultramarinos Franceses** (*France d'Outre-Mer*): é a expressão que faz alusão aos departamentos-regiões e aos territórios ultramarinos franceses como a Guiana Francesa.

A partir de então, Saint George começa a ter interação rodoviária com Caiena, Capital da Guiana Francesa. Em 2010, a construção da ponte foi concluída, porém somente foi liberada em 2017.

A possível exploração petrolífera no litoral amapaense, por enquanto ocorrerá na fronteira marítima Brasil-França, a 174 km do litoral amapaense. Segundo o geógrafo da Guiana Francesa Stéphane Granger, em entrevista efetuada em maio de 2025,

(...) por enquanto as pesquisas para exploração de petróleo na Guiana Francesa estão paradas, devido à lei Hulot de 2019, que proíbe as pesquisas de recursos minerais fósseis. Atualmente, com a questão petrolífera no Amapá (Brasil), no Suriname e na República da Guiana, o governo da Guiana Francesa e o ministro do ultramar estão pensando em uma revisão desta lei, que se opõe à política ambientalista do governo francês. Ou seja, a classe política franco-guianense pede para que a lei Hulot não se aplique na Guiana Francesa para poder explorar o petróleo.

Quanto à cidade de Saint George, não houve um crescimento significativo demográfico, que sofre de uma escassez de empregos e o maior dinamismo tem sido observado no lado Brasileiro, em Oiapoque.

No trabalho de campo efetuado em maio de 2024, identificaram-se as seguintes observações:

- No dia 10 de maio, os levantamentos para as investigações sobre a interação espacial e urbanização de Oiapoque foram iniciados a partir das seguintes premissas: a configuração urbana de Oiapoque após 7 anos da aprovação de seu Plano Diretor; as expectativas da reconfiguração urbana de Oiapoque mediante as intenções da exploração petrolífera no litoral amapaense e; as interações espaciais que as empresas comerciais no Amapá exercem no Região das Guianas.
- Foram visitadas empresas comerciais de grande porte para a escala de Oiapoque, filiais de empresas oriundas de Macapá e inseridas na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Foram entrevistadas gerentes comerciais das representações locais, a fim de identificar quais produtos são mais comercializados e até onde são vendidos na Região das Guianas. Em todas as empresas entrevistadas, percebeu-se que suas gestões são efetuadas por profissionais femininos como gerentes comerciais. Relataram que, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, são clientes das empresas entrevistadas. Contudo, as pessoas jurídicas não têm por objetivo adquirirem produtos para revenda, aproveitando a diferença cambial entre Euro e Real, mas para seus próprios consumos empresariais, a exemplo da aquisição de móveis, equipamentos de ar-condicionado, celulares e eletroeletrônicos.

Identificou-se, também, que os destinos dos produtos comercializados por essas empresas atingem os núcleos urbanos de Saint-George, Caiena, Kourou e Saint Laurent du Maroni. Este último localiza-se na fronteira com Suriname, com Albina.

Sobre esta interação espacial, ressaltam-se dois aspectos: o primeiro, objeto destas entrevistas, apresentam filiais de empresas de Macapá que utilizam a ALCMS para comercializarem produtos industrializados na Região das Guianas, chegando até à fronteira com Suriname. Assim, Oiapoque se

comporta com uma dupla função: Ponto de distribuição de produtos e rota de passagem dos produtos sufragados pela ALCMS.

Quanto aos produtos comercializados (móveis, equipamentos de ar-condicionado, celulares e eletroeletrônicos), todas as gerentes comerciais ressaltaram o cuidado sobre os eletroeletrônicos à Guiana Francesa, pois há distinção da qualidade da oferta de energia elétrica entre Amapá e seu território vizinho. Esses produtos sempre queimam na Guiana Francesa.

Tal ressalva registra algumas preocupações, que dizem respeito sobre a qualidade dos produtos negociados; a regulamentação comercial na Região das Guianas em seus mais variados aspectos, sendo que no caso da fronteira Brasil/França, esses produtos são importados ou do Brasil (centro-sul brasileiro ou da Zona Franca de Manaus). Todos eles passam pelo porto de Santana, Amapá, e/ou revendidos pelas empresas de importados situados em Macapá. Além disso, a regulamentação, também, deverá se atentar à normatização regional sul-americana (Caricom, Mercosul e União Europeia) em que a Região das Guianas está inserida.

Entrevistou-se a Presidente da Associação Comercial e Industrial de Oiapoque (ACOI), a empresária Lilma Campos, entidade esta criada em 1997. Sua sede estava em um espaço do Sebrae-Oiapoque. Segundo a Presidente, em 2024 havia cerca de 800 empresas registradas no comércio oiapoqueense. Porém somente 84 estavam associadas à ACOI. Dessas, há uma da Guiana Francesa (empresa de câmbio) exercendo atividades no Oiapoque. Há, também, três empresas brasileiras atuando na Guiana Francesa (uma alimentícia e duas de material de construção) e uma no Suriname.

Em 2010, foi criada a Carteira Transfronteiriça Empresarial (CTE), que permite as relações comerciais entre Oiapoque (Brasil) e Saint-George (Guiana Francesa). A partir de 2018, a validade deste documento passou a ser de três anos. Com a ocorrência do Covid, esta fronteira foi fechada, afetando a comercialização transfronteiriça e o uso da CTE. Sendo retomado o seu uso somente em 2022.

Segundo ainda a Presidente da ACOI, em maio de 2024 estavam em negociações avançadas uma nova dinâmica jurídica das associações comerciais municipais do Estado do Amapá, em formato de Federação, correlacionadas à ACIA (Associação Comercial e Industrial do Amapá), cuja sede é em Macapá, numa intenção de padronizar as associações comerciais.

Até a ocorrência desta entrevista, a ACOI não estava envolvida com a questão da atividade petrolífera. Mas, percorrendo as ruas de Oiapoque, percebeu-se comportamentos de especulações imobiliárias em construção. Considerando que o Plano Diretor do Oiapoque foi aprovado no final de 2020, não se previa um possível investimento internacional do porte petrolífero; não se veiculava pela mídia a instalação de uma Resex-Marinha em seu território, embora tal sugestão remonta a 2005; não se percebia o aumento populacional decorrente da expectativa daquela atividade econômica na cidade. Assim, há a necessidade de sejam retomadas as discussões do planejamento urbano na fronteira

decorrente desses novos usos e configurações do território fronteiro franco-brasileiro e do trecho amapaense da Amazônia Azul.

Nessas distintas e complementares temporalidades, houve muita mudança no ritmo, particularidades e diretrizes da economia e uso do território amapaense, dentre as quais se identificam: A predominância da configuração espacial e territorial do Município de Oiapoque como *espacialidade institucionalizada* com grande *magnitude do Estado* em sua sócio, política e economia; a lenta e gradual temporalidade envolvimento desta fronteira nas políticas territoriais e econômicas no contexto nacional (a permissão de instalação de *duty free* em sua territorialidade e; as expectativas da espacialidade oiapoqueense na exploração petrolífera internacional); a participação tardia do Estado do Amapá em questões sobre a sua política internacional (trans)fronteiriça; o envolvimento amapaense na política ambiental (inter)nacional e a participação de Oiapoque como *Zona Tampão* em 96,64% de seu território com restrições de uso do seu território, em *espacialidades institucionalizadas* de cunho ambiental; a elaboração de política urbana mediante aprovação do Plano Diretor Municipal; os ensaios de política de integração espacial pela liberação do trânsito de veículos pela ponte binacional e avanços na pavimentação da BR-156; o seu reconhecimento de sua nova *espacialidade institucionalizada*, como *cidade-gêmea*.

Neste rumo, a cidade de Oiapoque terá que rever seu Plano Diretor, por conta de seu primeiro quinquênio de existência; das expectativas dos novos usos da fronteira, devido aos novos acordos entre Brasil/França decorrentes dos diversos encontros transfronteiriços; em 2027 será o primeiro decênio da liberação da ponte binacional e dos novos processos de inte(g)ração espacial e; pelas expectativas da exploração petrolífera na plataforma continental à frente do litoral oiapoqueense.

OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA SURINAME/FRANÇA

No período de 01 a 06 de junho de 2024, a pesquisa de campo, se concentrou no Suriname em área de fronteira entre as cidades de Albina (Suriname) e Saint-Laurent du Maroni (Guiana Francesa) e as cidades de Nickerie (Suriname) e Corriverton (República da Guiana). Esta etapa da pesquisa de campo aqui denominada de *Expedição Suriname - 2024*, foi composta pelos pesquisadores Alexandre Bergamin Vieira (PPGeo/UFGD), Bruno Rogério Silva Cavalcante (IFAP), Jadson Porto (PPGDAS/Unifap) e Yurgel Pantoja Caldas (PPGLET/Unifap), visando foi de observar uma série de manifestações, materializações e execuções de comportamentos territoriais sobre a gestão ambiental, a geografia da saúde, a inte(g)ração espacial e a análise regional no contexto surinamês e as suas materializações nas cidades fronteiriças Albina e Nieuw Nickerie (Vide Cavalcante; Vieira; Caldas, 2025).

Em Suriname, tivemos o apoio da equipe Suribraz, composta por surinameses que completaram seus cursos de graduação, mestrados ou doutorados no Brasil; bem como contamos com a participação de Albertus Poeketie, que atuou como intérprete e guia durante a pesquisa de campo. As

cidades acessadas foram Albina e Nieuw Nickerie (Suriname), Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa) e Corriverton (Guiana).

Segundo o Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans/UFSC) (2020), o Suriname conta com uma malha rodoviária de 4.171 km, em que aproximadamente 2.367 km, são de estradas pavimentadas. Suriname, localiza-se ao norte da América do Sul, entre Guiana Francesa e República Cooperativa da Guiana (leste e oeste, respectivamente) e Brasil (sul). Em 2021, estimou-se uma população de 616.500 habitantes (ABVS, 2023, p. 3).

Chegamos em Paramaribo por via aérea em 01 de junho. Seguimos em direção à cidade fronteiriça de Albina, capital do Distrito de Marowijne, fronteira com a Guiana Francesa, a 150 km de Paramaribo. Chamou-nos a atenção a distância do aeroporto em relação à capital surinamesa, cerca de 50 km. Levamos quase uma hora de viagem neste trecho.

Albina foi fundada em 1845. Possui uma população estimada em 2022 de 5.247 habitantes (IBGE, 2022a). É fronteiriça à Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa), cuja articulação territorial é feita por transporte fluvial. Um evento afetou a dinâmica territorial da parte leste surinamesa: a Guerra Civil (1986-1992). Neste conflito, grande parte da área, incluindo grande parte da cidade de Albina e a estrada, foram destruídas e também causou uma crise de refugiados na Guiana Francesa.

A rodovia entre Paramaribo e Albina é pavimentada, bem iluminada. Mas estreita, com fluxos e contra fluxos, que utilizam a dinâmica de mobilidade identificada como mão inglesa, ou seja, a posição do automóvel é a pista da esquerda para o fluxo.

As observações efetuadas sobre as dinâmicas as dinâmicas territoriais (trans)fronteiriças estabelecidas em Albina, percebeu-se a inexistência de uma infraestrutura física interligando as margens do rio Maroni³⁹, mas a interação espacial ocorre, seja por uso de um *ferry boat*, que permite o transporte de automóveis e possui um controle alfandegário em construção e fluxo formal de trânsito, cuja transporte de veículo é de 36 Euros e o visto de entrada na Guiana Francesa é de 60 Euros; seja por uso de embarcações de madeira⁴⁰, podendo locomover em até 30 passageiros (Figura 20), sem o controle formal das agências alfandegárias, cuja passagem custa 5 Euros por pessoa e os embarque e desembarques ocorrem sem uma proteção climática aos seus passageiros.

³⁹ Desde 2002 há a intenção de se construir uma ponte conectando Albina (Suriname) com Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa). Vide: Indian Feelings (2008); IIRSA (2002; 2014); Léobal (2021) e; Unasur (2017).

⁴⁰ Segundo Rochella Pinas (Coordenadora da Escola de Pós-Graduação da Amazônia, Universidade da Guiana Francesa), em entrevista, esta embarcação possui as seguintes denominações: *Boto* em bushinengue; *Pirogue* em Francês; ou *Boot* em holandês.

Figura 20 - Embarcações no rio Maroni.



Autor: Jadson Porto (2024).

Quanto aos profissionais que atuam no transporte transfronteiriços informais, estes não possuem relações associativistas ou cooperativistas, fazendo com que haja uma intensa negociação de aquisição de clientes para o transporte transfronteiriço.

Quanto às filiais de empresas estabelecidas em Paramaribo, foram identificadas três empresas com filiais em Albina: Transamérica; Becker e; Fu Jan. Foram percebidas muitas empresas chinesas atuando na cidade do setor terciário, seja no ramo comercial, seja no alimentício. Não foram percebidas empresas do setor secundário, no trecho rodoviário percorrido.

No lado francês, as observações efetuadas ocorreram na sua configuração urbana. Saint Laurent du Maroni, Comuna da Guiana Francesa. Esta foi um local de deportação para os condenados durante a Revolução Francesa. Em 2020, possuía uma população de 49.173 habitantes (Insee, 2020a), correspondendo ao maior indicador demográfico das cidades-gêmeas da Região das Guianas visitadas nesta expedição. Possui uma condição urbana melhor estruturada e organizada que o lado surinamês

A travessia executada ocorreu informalmente, por embarcação de madeira. A fluidez da travessia é semelhante aos movimentos das catraias entre Oiapoque (Brasil) e Saint-George (Guiana Francesa), onde não nos foram solicitadas apresentação de passaportes para registro de saída e entrada entre os países Suriname e França. Os serviços de travessias informais não são articulados pelos barqueiros em associações ou cooperativas, como ocorrem entre Oiapoque e Saint-George. O preço do transporte fluvial foi de 5 Euros. As canoas que saem da alfândega cobram 10 euros. Não foi levantado o valor de visa de entrada oficial na França na alfândega e nem o seu retorno. Ou seja, há duas maneiras de circulação transfronteiriça uma formal e outra informal.

OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA SURINAME/REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

No trecho percorrido em direção à cidade de Nieuw Nickerie, fronteira do Suriname com a República Cooperativa da Guiana, percebeu-se maior e melhor quantitativo de estrutura urbana comparada ao trecho em direção a Albina, fronteira do Suriname com a Guiana Francesa. Nieuw Nickerie dista 233 km de Paramaribo, em direção oeste. A rodovia é de excelente qualidade, exceto um pequeno trecho de aproximadamente 10 km após a comunidade de Totness, sem luminosidade e com uma qualidade de pavimentação menor.

Em todo trecho percorrido foi percebida a grande presença de investidores chineses, tanto no circuito superior da economia, como no inferior (Santos, 2004). Percebeu-se, também, em Nieuw Nickerie, grande quantidade de templos hindus, decorrente do processo migratório indiano.

Nieuw Nickerie é a terceira maior cidade do Suriname, com uma população estimada em 13.386 (IBGE, 2022a). É o maior produtor de arroz do Suriname. Foi construído em 1879 após o antigo centro do distrito, Nieuw Rotterdam, ter sido destruído por inundações. Na praça central de Nieuw Nickerie há dois monumentos comemorativos à importância da imigração: Uma sobre os 144 anos de migração indiana e o outro sobre os 170 anos de migração chinesa.

A atividade econômica de Nieuw Nickerie é assentada no setor de serviços, mas a região se destaca na produção de arroz, com a ocorrência um longo trecho de dique e comportas de controle das águas para o plantio do arroz, aproveitando a influência das marés, semelhante aos *polders* holandeses. Este dique foi construído na década de 1940 (Figura 21).

Figura 21 - Dique em Nieuw Nickerie.



Autor: Jadson Porto (2024).

Na área de plantio de arroz, as moradias apresentam boa qualidade de construção dentro das áreas plantadas 1940. Mesmo com esta produção, em conversa com um funcionário da alfândega surinamesa, fomos informados que não há a comercialização de arroz via rodoviária com a Guiana, aproveitando os serviços de balsa, pois inexistem, também, um sistema de engenharia rodoviária fixo atravessando o rio Corantijn, rio fronteiriço entre Suriname e Guiana.

Não foi percebida interação espacial entre as fronteiras Suriname/Guiana na cidade de Nieuw Nickerie, seja em turismo de guianenses, seja no inverso. Levando às dúvidas sobre a adoção da definição de *cidade-gêmea* no caso Suriname/Guiana. Percebeu-se que a moeda surinamesa, dólar surinamês (SRD), apresentava-se mais valorizada que a moeda guianense, dólar guianense.

O núcleo urbano de Nieuw Nickerie não se localiza na linha de fronteira Suriname/Guiana. Dista 36 km do porto *South Drain* (Figura 22), de onde ocorre a travessia transfronteiriça por *ferry boat*, pelo rio Corantijn ou Courantyne.

Figura 22 - Alfândega em South Drain, Nieuw Nickerie.



Autor: Jadson Porto (2024).

Corriverton é a cidade mais oriental da Guiana. Localiza-se na foz do rio Corantijn, na Região 6 da Guiana, sendo declarada como cidade em 1891, encontra-se a aproximadamente 170 km de Georgetown, capital, no lado leste da Guiana, no condado de Berbice. Sua população em 2012 era de 11.386 habitantes (<https://es.db-city.com/Guyana--Berbice-Oriental-Corintyne--Corriverton>). A alfândega encontra-se a 10 km de Corriverton, na comunidade de Moleson Creek.

Neste porto, ocorre todo trâmite de autorização alfandegária entre os países. Percebeu-se, uma diferença de taxa alfandegária entre Guiana e Suriname. A taxa alfandegária na Guiana é de US\$ 50,00 (cinquenta dólares americanos), enquanto que no Suriname é de US\$ 30,00 (trinta dólares americanos). Se a travessia usar o *ferry boat* para transporte de automóveis, a passagem custa US\$ 60 dólares

americanos por veículo. A empresa que atua neste trecho é a Canawaima Management Company, que foi lançada entre os governos da Guiana e do Suriname em 1998 para gerenciar a balsa. A travessia ocorre uma vez por dia, saindo de South Drain (Nieuw Nickerie) a Moleson Creek (Corriverton), às 10:00 e retornando às 13:00, em uma viagem de 1 hora aproximadamente. Opera diariamente, exceto no dia de ano novo, sexta-feira santa, natal e *boxing day*⁴¹ (Camanducci, 2021); tem capacidade de transporte para 24 carros e cerca de 200 passageiros.

OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA BRASIL/REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA

Antes de dar início à viagem de campo à Pacaraima e Bonfim foi feito um levantamento de material bibliográfico, dissertações e teses na Universidade federal de Roraima. Identificou-se uma vasta produção acadêmica nos Programas de Pós-Graduação de Geografia e no de Sociedade e Fronteira.

A saída a campo à fronteira Brasil-Guiana, visando atingir a cidade de Lethem (Guiana), em 02 de outubro de 2024, iniciou em Boa Vista às 8:00, em veículo particular, no entroncamento da BR-174 com a BR-401. Essas rodovias tiveram grande participação do Programa Calha Norte em suas construções, manutenções e pavimentações. A primeira é conhecida na capital roraimense como Avenida Venezuela, ao passo que a segunda, como Avenida das Guianas.

Na BR-401, foram percorridos 138 km entre Boa Vista e Bonfim (Figura 23).

Figura 23 - Rodovias transfronteiriças na Região das Guianas.



Fonte: Silva; Di Miceli (2024, p. 222).

⁴¹ O *Boxing Day* é uma data especial no Reino Unido e nos países da *Commonwealth* (como na Austrália, Nova Zelândia e Canadá. A República Cooperativa da Guiana desde 1970). É celebrado no dia 26 de dezembro ou no primeiro dia útil após o Natal. O *Boxing Day* é considerado um feriado secular. É um dia com bastante movimentação no comércio, sendo comum as lojas oferecerem grandes descontos (Camanducci, 2021).

Esta rodovia está completamente inserida no Estado de Roraima, iniciando em Boa Vista, no entroncamento com a BR-174, e concluindo na fronteira com a Guiana, na Ponte internacional sobre o rio Takutu. Este rio é o limite entre Brasil e Guiana. Ao atravessar a ponte pelo rio Takutu, passa pela alfândega guianense e cerca de 5 km à frente chega em Lethem. A BR-401 foi concluída em 2009, construída pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção (Boa Vista), pela Operação Bonfim-Lethem.

Observações em Bonfim

Criado como Município em 1982, foi desmembrado do Município de Boa Vista e se encontra na linha de fronteira com a Guiana. Sobre este município, há uma vasta produção acadêmica sobre este ente federativo roraimense⁴². Este Município registrou no Censo de 2022, 13.897 habitantes, em uma área de 8.079,91 km². As percepções tidas pela pesquisa de campo foram:

- 23 anos depois de sua criação, sua área foi inserida em uma das Regiões Metropolitanas de Roraima, a de Boa Vista⁴³. Bonfim é a única *cidade-gêmea* na Amazônia inserida em uma Região Metropolitana.
- Possui uma fronteira líquida, pelo Rio Takutu, entre Brasil e a República Cooperativa da Guiana, às margens do rio Takutu e no extremo da BR-401, cuja pavimentação foi concluída na década de 1990, onde se encontra a ponte sobre este rio (Ponte Prefeito Brasil Filho) (Figura 24), concluída em 2009, e conectando os países acima citados, em uma interação transfronteiriça com a cidade de Lethem.

Figura 24 - Ponte sobre o rio Takutu.



Autor: Jadson Porto (2024).

⁴² Sobre Bonfim vide: Pereira (2006); Magalhães (2007); Pimentel (2008); Mangar (2009); Menck (2009); Silva (2012); Rosa Filho; Beserra Neta, 2013; Simões (2014); Suframa (2014); Souza (2016); Cosme (2017).

⁴³ A Região Metropolitana de Boa Vista foi criada pela Lei Complementar nº 130, de 21 de dezembro de 2007. É integrada pelos seguintes Municípios: Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá e Mucajaí.

Até alcançar à cidade fronteiriça brasileira de Bonfim, tem que passar pelos Municípios de Boa Vista e Cantá, em seus 127 km de extensão rodoviária, a BR-401, que é totalmente pavimentada. Atravessa um longo trecho de vegetação cerrado, em que tem sido substituído por extensas áreas agrícolas (Figura 25).

Figura 25 - Produção agrícola na BR-401.



Autor: Jadson Porto (2024).

- Durante a viagem, foi percebido somente um ônibus comercial transitando em direção à Bonfim, dois veículos particulares e oito taxis-cooperativa, sendo estes o meio de transporte muito usado pela população local, cuja saída ocorre no Terminal Caimbé, em Boa Vista, pela Cootap - Cooperativa de Transporte Alternativo Intermunicipal de Pacaraima e Boa Vista.

- Para Porto (2024b), a articulação desta fronteira, efetivamente, possui cinco momentos de interação espacial: o **primeiro** ocorreu desde a década de 1960, quando se instalou o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira, mantendo, até os dias atuais, um processo de defesa e guarda da fronteira com a Guiana (Silva, 2012); o **segundo** e **terceiro**, por conta das articulações efetuadas pela BR-174 e BR-401 após a década de 1970 e 1990; o **quarto**, com a construção da ponte internacional sobre o rio Takutu (2009) e; o **quinto**, é decorrente das questões políticas e econômicas na Venezuela, originando não somente movimento migratório de saída de sua população ao Brasil, mas, também, o fechamento de lojas comerciais em Santa Elena de Uairén, encerrando o intenso comércio entre as *ciudades-gêmeas* Pacaraima e Santa Elena, existente até 2013. Comércio este que foi transferido para Lethem.

- Com a construção da BR-401 e da ponte internacional no final do primeiro decênio do século XXI, esta interação espacial vem se tornando mais dinâmica. No segundo decênio do século XXI, percebe-se o declínio comercial de Santa Elena e a ascensão de Lethem. Lethem vem aumentando a sua dinâmica comercial em *free shops*, mas, o mesmo dinamismo em Bonfim não ocorre. E seus principais consumidores são os brasileiros moradores de Boa Vista. Por mais que em 2018, houvesse sido autorizado a instalação de *free shops* nas cidades-gêmeas brasileiras e em 2022, houvesse sido

regulamentada as instalações de regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre, em Municípios de *cidades-gêmeas* (Brasil, 2005; 2018; 2022).

- A instalação de infraestrutura de acesso à fronteira entre Brasil-Guiana tiveram grande participação do Programa Calha Norte em suas construções, manutenções e pavimentações (Barbosa, 2007).

Observações em Lethem (Guiana)

Lethem é a *cidade-gêmea* guianense com a brasileira Bonfim. Situada à margem do rio Takutu, é a capital da região 9 da Guiana, Upper Essequibo-Upper Takutu, localizada ao sudoeste do país. Os dados censitários da Guiana não são atualizados. Em 2015, havia 7.405 habitantes (Fonte: <https://es.city-facts.com/lethem/population>

Na via de entrada de Lethem é onde se localizam as maiores e principais empresas comerciais da cidade (Figura 26). Nas entrevistas, foram esclarecidos que os produtos vendidos em Lethem são oriundos de Georgetown, Capital da Guiana, que ali chegam pelo Canal do Panamá; embora haja, também alguns oriundos do Polo Industrial de Manaus.

Figura 26 - Empreendimentos comerciais em Lethem, Guiana.



Autor: Jadson Porto (2024).

Em diálogos com moradores de Bonfim e de Boa Vista, também expuseram que os produtos vendidos em Lethem já foram mais baratos. Em dez anos, entre 2013 e 2023, os proprietários das lojas em Lethem constantemente vão a Boa Vista para pesquisar preços dos produtos e, em decorrência da diferença cambial entre o Real e o Dólar Guianense, sendo a moeda brasileira mais valorizada, por mais que negociem seus produtos com 50% mais baratos em relação ao mercado de Boa Vista, esta diferença cambial e o volume de venda garantem ao comerciante a um grande negócio na fronteira.

Após 2013, o movimento de brasileiros para adquirirem mercadorias em Lethem, mais baratos que no mercado brasileiro, tem se intensificado, seja no fluxo; no crescimento da dinâmica econômica comercial na *cidade-gêmea* guianense; na materialidade, densidade e intensidade comercial efetiva do

lado guianense; nas relações de trabalho de brasileiros na sua área comercial; nas relações cambiais comerciais entre as *ciudades-gêmeas*; seja nas inte(g)rações transfronteiriças.

Quanto ao aeroporto em Lethem, este é somente uma pista de pouso. Não há um terminal de passageiro ou de carga de embarque e desembarque. Logo, estão sujeitos às intempéries do dia.

Segundo entrevistas com comerciários em Lethem, e condutores de veículos brasileiros, as maiores densidades e intensidades de fluxos a fronteira Brasil/Guiana, ocorrem nos períodos de finais de semana ou em feriados no Brasil, notadamente dos consumidores oriundos de Boa Vista.

Na via de entrada de Lethem é onde se localizam as maiores e principais empresas da cidade, em grandes estruturas prediais de comércio de importados, de investidores chineses, não percebidos naquelas dimensões em Oiapoque (Amapá, Brasil), Pacaraima, Bonfim (Roraima, Brasil), Saint-Laurent du Maroni (Guiana Francesa), Albina (Suriname), Nieuw Nickerie (Suriname) e nem em Corriverton (Guiana).

Com a questão migratória venezuelana crescente, várias lojas foram fechadas em Santa Elena de Uairén, os combustíveis deixaram de ser fornecidos à esta cidade, encerrando de vez o fluxo comercial entre as *ciudades-gêmeas* entre Brasil/Venezuela. E para que não houvesse a perda de mercado consumidor brasileiros, notadamente de Boa Vista, os investidores de Santa Elena se transferiram para Lethem.

Durante as entrevistas com os comerciantes locais de Lethem, identificou-se que a dinâmica comercial mais intensa iniciou após 2013, quando foi dado início às crises políticas e econômicas na Venezuela, bem como questão migratória venezuelana ao Brasil por conta das crises acima citadas. Até àquele ano, o movimento mercantil de Lethem era reduzido com o consumidor brasileiro, ao passo que nos casos de Pacaraima/Santa Elena de Uairén a dinâmica era bem maior, seja por conta de venda de combustíveis mais baratos em relação às bombas brasileiras, seja pela ocorrência de *Duty free* na cidade venezuelana, com investidores chineses e brasileiros.

Nas observações da pesquisa de campo, percebeu-se que por mais que os nomes de lojas tivessem identidades brasileiras em seus *outdoors*, seus proprietários são chineses e contrataram brasileiros para trabalharem como comerciários para atenderem o consumidor brasileiro, por conta do domínio da língua portuguesa. Acrescente-se, também, que eles se comunicam em chinês com seus funcionários mais próximos, e ouvem programações em chinês nas telas de vídeo expostas em suas lojas.

OBSERVAÇÕES DE CAMPO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

A viagem de campo iniciou por via rodoviária, pela BR-174, percorrendo aproximadamente 970 km de rodovia entre o trecho entre Manaus (AM) e Pacaraima (RR), fronteira com a Venezuela. Esta rodovia teve início de sua construção em 1967, concluída de 1977 e a sua pavimentação fora completa em 1998. Seu trajeto inicia em Cáceres (MT), no entroncamento com a BR-070, apresenta trechos longitudinalmente os Estados de Rondônia, Amazonas e Roraima, até a cidade de Pacaraima, limítrofe à Venezuela. No trecho venezuelano, a sequência foi feita pela rodovia Estrada 10, até a cidade de Santa Elena de Uairén.

Segundo Brasil (2005), essas duas cidades limítrofes são identificadas como *ciudades-gêmeas*, como também Pacaraima é assim identificado por outros diplomas legais (Brasil, 2014; 2016; 2018; 2019; 2022), comportando-se como um espaço institucionalizado.

Criado em 1995, Pacaraima foi desmembrado do município de Boa Vista e se encontra na linha de fronteira com a Venezuela. Segundo Martinez (2016, p. 114), *sua sede é a cidade de Pacaraima, que antes da emancipação era conhecido como BV-8, em alusão ao marco Brasil/Venezuela nº 8, na linha divisória da fronteira com a Venezuela*. Com 98% de seu território é indígena, há duas terras indígenas: a de São Marcos, onde se localiza a sede do município, ocupando a porção oeste do território; e a Raposa Serra do Sol na porção leste (*Op. cit*, p. 116), ou seja, localiza-se ao mesmo tempo na Faixa de Fronteira e em terras indígenas.

A Terra Indígena de São Marcos encontra-se em dois municípios de Roraima: Boa Vista (1.255,352 km² dos seus 5.687,037 km² municipais) e Pacaraima (5.295,840 km² dos seus 8.028,428 km²). Ou seja, ocupa 22,07% da territorialidade de Boa Vista e 65,96% de Pacaraima. Sobre à questão de a sede do município estar localizada dentro da territorialidade indígena, desde 2007 se tem a proposta de exclusão da cidade de Pacaraima da Terra Indígena São Marcos (Folha de Boa Vista, 2007). Tal proposta está em discussão no Senado Federal, pelo Projeto de Decreto Legislativo 28/2019, que exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do município de Pacaraima (RR), (Carvalho, 2019; Christian, 2019), sendo aprovada a proposta em 16 de outubro de 2019. A pergunta que se tem feito pela população de Pacaraima é: Para onde a cidade será deslocada? Como ficará população residente? Por enquanto não há respostas.

Segundo o Advogado Dr. Edson Damas da Silveira, os casos de Normandia e Uiramutã, que também são duas sedes municipais dentro da Terra indígena Raposa Terra do Sol, são diferentes de Pacaraima. Pois Pacaraima foi criado como município depois da demarcação da Terra Indígena São Marcos. Nos casos de Normandia e Uiramutã, esses foram criados anteriores à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Assim, quando houve a demarcação desta Terra Indígena pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerada válida esta demarcação, fazendo um recorte para sede dos municípios

Mas a dúvida sobre a *espacialidade institucional* de Pacaraima, Normandia e Uiramutã permanece. Seja por conta da ocorrência da sede municipal dentro de uma Terra Indígena (Pacaraima) ou sobre uma possível expansão urbana futura (Normandia e Uiramutã). Pois, aqueles que são circundados pela Terra Indígena Raposa Terra do Sol, demarcada, não podem crescer além do que foi definido na norma que a demarca. Exigindo, com isso, uma atenção maior nas investigações futuras sobre estes municípios (Município fronteiriço, Faixa de Fronteira, Terra Indígena, *cidade-gêmea*)⁴⁴.

A ida à Pacaraima foi de ônibus, com saída do Terminal Rodoviário Internacional de Boa Vista, no dia 04 de outubro de 2024, às 9:00. Por mais que houvesse a opção do transporte alternativos da Cootap, o trajeto foi percorrido por ônibus. Pois, além do valor serem semelhantes, R\$ 75,00 (Setenta e cinco Reais), a visibilidade da cabine do ônibus de dois andares é bem melhor para o registro fotográfico da viagem (Mais de setecentas fotos foram feitas em toda a pesquisa de campo realizada em Roraima).

Saindo de Boa Vista, trafegou-se pela Avenida Venezuela, a BR-174. A rodovia é bem pavimentada, com pequenos trechos de asfalto antigo, perceptível visivelmente e com curtos trechos não pavimentados próximo à cidade de Pacaraima.

Na trajetória, passou-se por cerca de sete aldeias indígenas à margem da rodovia, até à chegada na Rodoviária de Pacaraima às 11:30. Este Terminal é uma pequena infraestrutura para receber três ônibus. No terminal, foi contratado um taxista para circular pela cidade, atravessar a fronteira e ir até a cidade de Santa Elena de Uairén. Ao passar pela fronteira, no lado brasileiro, na guarita da Polícia Federal, Setor de Triagem, percebeu-se uma grande quantidade de venezuelanos à sua porta para legalizarem suas documentações de entrada no Brasil. Ao lado deste setor, a área de acampamento do Exército com tendas de campanhas para alojarem o volume migratório volumoso.

Observações percebidas em Pacaraima

Quanto às observações efetuadas na cidade brasileira de Pacaraima, percebeu-se:

- Na linha limite entre Pacaraima e Santa Elena, há uma pequena faixa territorial de 30 metros em cada lado da linha, celebrado pelo *Acordo do Non Aedificandi*. Segundo este Acordo, são proibidas atividades e obras nesta faixa (Petot, 2018), este acordo não é respeitado no Brasil, pois residências, comércios e um lixão podem ser encontrados dentro desta faixa territorial, em Pacaraima. Há o caso da residência de um ex-governador, que deslocou os marcos fronteiriços que atravessariam sua residência, para a parte externa de sua casa, contornando-a. Outro caso é de um comerciante que construiu sua casa com um portão

⁴⁴ Sobre Pacaraima vide: Freitas (1998); Rodrigues (2006); Senhoras; Veras (2012); Raposo, 2015; Petot (2018); Oliveira; Bethonico (2019); Silva Filho (2021).

direcionado ao venezuelano e o outro Brasil, a fim de facilitar a passagem de suas mercadorias sem passar pela alfândega. E o terceiro exemplo é a instalação de um lixão aberto, dentro desta faixa de 30 metros.

- Os munícipes não tem o título da terra, por ser um núcleo urbano dentro da Terra Indígena São Marcos. Contudo, em entrevista com morador local, houve a informação que a prefeitura tem cobrado o IPTU de seus habitantes.

- A sede não possui cemitério. Em caso de óbitos, ou os corpos são transferidos à Boa Vista ou à aldeia Indígena

Observações em Santa Elena de Uairén

Ao chegar na linha de fronteira seca entre Brasil e Venezuela, foi atravessada a barreira e a fiscalização venezuelana sem nenhuma restrição e solicitação de passaporte. Ao chegar em Santa Elena de Uairén, *cidade-gêmea* com Pacaraima (Brasil), fronteira entre Venezuela e Brasil, foram registradas as seguintes observações:

- Não há mais a venda de gasolina venezuelana ao consumidor morador de Roraima. O posto de gasolina que exercia tal serviço encontra-se fechado. Há pouca transferência de combustível à Santa Elena desde 2013. Nas ruas desta cidade se percebeu alguns pontos de venda de gasolina, não em um posto com equipamentos adequados e legalizados para tal, mas em pontos comerciais na beira da rodovia, em garrafas plásticas de refrigerantes de 1,5 ou 2 litros (Figura 27). Esta gasolina é de origem brasileira. Enquanto o combustível é negociado em Boa Vista a R\$ 7,90 (Sete Reais e noventa centavos), em Santa Elena estava em R\$ 6,90 (Seis Reais e noventa centavos) o litro.

Figura 27 - Venda de gasolina em Santa Elena de Uairén.



Autor: Jadson Porto (2024).

- Todas as lojas de *Free shop* estavam fechadas;

- As informações dos valores de venda dos produtos em Santa Elena estavam expressas na moeda brasileira, o Real, não em Bolívar, moeda venezuelana. Isso se deve ao desequilíbrio de valores entre elas, como também na tentativa de continuar atraindo o consumidor brasileiro, informando-o em moeda que ele conhece, sem se preocupar em fazer câmbios monetários.
- Há intensa vivência da comunidade indígena em seu núcleo urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões orientadoras expostas na introdução desta obra, almejou-se apresentar algumas reflexões sobre as dinâmicas espaciais e econômicas ocorridas na *Região das Guianas* no período entre 1950-2025. Partindo do pressuposto que esta Região teve construções históricas, econômicas e territoriais distintas em suas espacialidade, institucionalidade, temporalidade, territorialidade, inte(g)rabilidade e acionalidade, estas se refletiram na diversificação e multiplicidade de usos, configurações e funções de seus territórios, notadamente após a segunda metade do século XX.

A *Região das Guianas* tem se mostrado como uma complexa espacialidade não somente porque são compostas por países com construções históricas, econômicas e culturais distintas. Mas, também, porque possuem *espacialidades institucionalizadas* de diversos modelos (Ambientais, metropolizações, blocos econômicos, Faixa de Fronteira, políticas territoriais, dentre outros).

Em suas heterogeneidades naturais, sociais, econômicas, culturais, políticas e configurações urbanas, apresenta-se aqui duas sub-regiões, Ei-las: *Região das Guianas Brasileira* e *Região das Guianas Internacional*. A primeira possui duas subdivisões: uma no sentido lato e a outra composta somente por municípios inseridos na sua Faixa de Fronteira, a *Região das Guianas Brasileira - Faixa de Fronteira*. Embora se tenha observado distintas configurações e usos do território na Região das Guianas Brasileira, os seus usos são semelhantes, com grande atuação dos setores econômicos de serviços e primário, tanto em uma condição periférica-estratégica quanto à sua função do território.

A *Região das Guianas Brasileira* é eminentemente amazônica, seja por conta das suas configurações territoriais, ambientais, geoeconômica e cultural. Possui uma grande influência das dinâmicas de fluxos e fluidez pelos seus rios, porém com uma dinâmica urbana local fortemente influenciada pela infraestrutura rodoviária ali estabelecida após a década de 1970, com a implantação de rodovias ligando Manaus às fronteiras com a Venezuela e a Guiana, como também de Macapá à fronteira com a Guiana Francesa, novos espaços foram acionados e, com isso, a dinâmica urbana ali ocorrida toma novos rumos e configurações. Envolve 52 municípios, sendo 9 no Estado do Pará, 12 no Amazonas, 15 em Roraima e 16 no Amapá. Possui 03 cidades-gêmeas e 5 Regiões Metropolitanas. Outro aspecto a se destacar diz respeito às extensas áreas territoriais de cinco de seus municípios que possuem acima de 50 mil km², sendo três deles superior de 100 mil km², espacialidade esta superior à somatória do conjunto das áreas da Guiana Francesa; Suriname e Guiana Francesa.

Por se localizar à margem esquerda do rio Amazonas, seu processo de ocupação foi distinto da espacialidade regional à margem direita do rio-mar. Neste caso, as rodovias de integração física da Amazônia com o Centro-Sul brasileiro, e as suas conexões com a fronteira geraram a constante

ampliação do arco do desmatamento amazônico desde a década de 1960 e tem gerado um complexo processo de uso e função do território amazônico.

Quanto às conectividades rodoviárias na margem esquerda, cujas articulações ocorreram a partir de políticas territoriais da criação dos ex-Territórios Federais de Rio Branco (Atual Estado de Roraima) e do Amapá (1943); com a instalação da Zona Franca de Manaus (1967); com as intenções do Tratado de Cooperação da Amazônia (1978); a construção da BR-159, no Amapá; BR-174 e BR-401, no Amazonas e em Roraima, e das rodovias estaduais, visando a inte(g)ração do território; com o apoio do Programa Calha Norte (1985) e; estimulado com as propostas do IIRSA (2000) e do PAC (2010). Somente os casos da fronteira brasileira com a Guiana e Guiana Francesa, possuem uma ponte conectando as suas lindes.

Quanto ao comportamento econômico da *Região das Guianas Brasileira*, este tem se mostrado predominantemente em *trabalhos velhos*, quanto em *trabalhos novos*, com destaque à: produção de energia elétrica; beneficiamento mineral; industrialização (celulose; de eletroeletrônicos e automobilísticos) e; aos serviços complexos existentes nas capitais dos seus Estados.

Quanto à gestão fiscal, pelo índice Firjan, para período 2013 - 2022, os municípios da RGB se configuram com indicadores entre *gestão em dificuldade* e *gestão crítica*. Sobre as *idades-gêmeas* ali localizadas, no mesmo período, Bonfim (RR) apresenta melhores indicadores, ao passo que Oiapoque (AP) os piores, principalmente porque boa parte do período os dados *não foram disponibilizados* para o levantamento do índice Firjan.

Quanto às execuções de políticas territoriais na *Região das Guianas Brasileira*, com ênfase na Faixa de Fronteira, em 20 anos (2005-2025) percebeu-se três momentos com objetivos distintos. O primeiro diz respeito à elaboração de uma **Proposta de reestruturação** do Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira; o segundo foi com o Programa de **Promoção** do Desenvolvimento Faixa de Fronteira e; o terceiro, sob a identidade como Programa Fronteira **Integrada** (PFI).

A *Região das Guianas Internacional*, por sua vez, possui sua dinâmica territorial e geoeconômica de em seu litoral e em fluxos e fluidez rodoviária. Pois é no litoral guianense onde se encontram as capitais da Guiana (Georgetown), Suriname (Paramaribo) e Guiana Francesa (Caiena); exceto no caso venezuelano (Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana); possui três Regiões Metropolitanas (Ciudad Bolívar e Ciudad Guayana, na Venezuela e Caiena-Kouru, Guiana Francesa); Ou seja, há uma concentração de atração de investimentos à territorialidade dessas capitais, que centralizam as dinâmicas e construções políticas inerentes a cada país e concentram as dinâmicas econômicas ali estabelecidas.

Sua ocupação foi efetivada por uma miscelânea de povos desde o seu período colonial (espanhóis, ingleses, holandeses, franceses); bem como imigrantes hindus, árabes e mais recentemente por brasileiros

e chineses, além dos seus povos nativos. A sua divisão administrativa é distinta a caso brasileiro, em que inexistem municípios, mas outras identificações espaciais.

A Guiana Francesa, apresenta duas *ciudades-gêmeas*; Suriname, uma; Guiana, uma e; Venezuela, possivelmente duas. Ou seja, as construções históricas, culturais, espaciais e econômicas expõem configurações urbanodiversas, com os seguintes vieses de possíveis tipologias: Quanto à dimensão territorial; à dimensão demográfica; às espacialidades institucionalizadas; às localidades de *trabalhos novos* e *trabalhos velhos*; às Cidades *na* floresta e cidades *da* floresta e; às localidades lindeiras.

Ressalte-se, também, dois contextos na *Região das Guianas Internacional*: o **primeiro** é o caso de Kouru, onde se encontra o Centro Espacial da União Europeia, por onde são lançados foguetes desde a década de 1970. Assim, o uso e a função do território desta cidade são completamente distintos de toda região, pois é o único espaço em toda Região das Guianas inserido no contexto da corrida aeroespacial. O **segundo**, diz respeito às novas dinâmicas econômicas que a exploração do petróleo vem exercendo desde 2020 na Guiana, com possíveis expansões exploratórias para o Suriname e Brasil (Amapá).

Quanto à *Região das Guianas Brasileira - Faixa de Fronteira*, esta possui 03 *ciudades-gêmeas* e 3 Regiões Metropolitanas, sendo estas todas inseridas no Estado de Roraima. Os Estados de Amapá e Roraima não possuem municípios na faixa de fronteira acima de 50 mil habitantes.

O caso da fronteira do Brasil com a Venezuela, pelo Estado de Roraima, é bastante intrigante por conta de seus comportamento de (des) (re)usos desta linde, eis alguns aspectos:

a) O *Município de Pacaraima* se encontra na linha de fronteira, sendo que 98% de seu território é indígena, com duas demarcações: a Terra Indígena de São Marcos, onde se localiza a sede do município; e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol; a sede do município está localizada dentro de uma territorialidade indígena, a da Terra Indígena São Marcos. Desde 2007 se tem a proposta de exclusão da cidade de Pacaraima desta territorialidade, em discussão no Senado Federal brasileiro. Na linha limite entre Pacaraima e Santa Elena, há uma pequena faixa territorial de 30 metros em cada lado da linha, celebrado pelo *Acordo do Non Aedificandi*, definindo que são proibidas atividades e obras nesta faixa. Este acordo não é respeitado no Brasil, pois residências, comércios e um lixão podem ser encontrados dentro desta faixa territorial, em Pacaraima; os munícipes não tem o título da terra, por ser um núcleo urbano dentro da Terra Indígena São Marcos. Contudo, identificou-se em pesquisa de campo que a prefeitura tem cobrado o IPTU de seus habitantes; a sede não possui cemitério. Em caso de óbitos, ou os corpos são transferidos à Boa Vista ou à aldeia Indígena.

b) Em *Santa Elena de Uairén* (Venezuela), não há mais a venda de gasolina venezuelana ao consumidor morador de Roraima; todas as lojas de *Free shop* estavam fechadas; os combustíveis deixaram de ser fornecidos à esta cidade, encerrando de vez o fluxo comercial das *ciudades-gêmeas* entre Brasil/Venezuela.

E para que não houvesse a perda de mercado consumidor brasileiros, notadamente de Boa Vista, os investidores de Santa Elena se transferiram para Lethem, no segundo decênio do século XXI; há intensa vivência da comunidade indígena em seu núcleo urbano. A fronteira entre Brasil e Venezuela é a única fronteira seca na Região das Guianas; as demais (Brasil/Guiana Francesa; Guiana Francesa/Suriname; Suriname/Guiana e Guiana/Brasil) são separados por rios.

Para o caso da fronteira do Brasil com a Guiana, pelo Estado de Roraima, destacam-se as seguintes percepções:

a) A articulação desta fronteira, efetivamente, possui cinco momentos de interação espacial: A criação do Território Federal de Rio Branco (Roraima) (1943); com a instalação do Primeiro Pelotão Especial de Fronteira; as articulações efetuadas pela BR-174 e BR-401; com a construção da ponte internacional sobre o rio Takutu e; decorrente das questões políticas e econômicas na Venezuela, cujo comércio fora transferido para Lethem.

b) O *Município de Bonfim*, 23 anos após a sua criação, passou a integrar a Região Metropolitana de Boa Vista; é a única *cidade-gêmea* na Amazônia inserida em uma Região Metropolitana; possui uma fronteira líquida, pelo Rio Takutu, entre Brasil e a República Cooperativa da Guiana, no extremo da BR-401, conectando os países acima citados, em uma interação transfronteiriça com a cidade de Lethem; em Bonfim não possui o mesmo comportamento comercial de Lethem, por mais que em 2018, houvesse sido autorizado a instalação de *free shops* nas cidades-gêmeas brasileiras e, em 2022 com a regulamentação das instalações de regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre, em Municípios de *idades-gêmeas* no Brasil.

c) Para as mudanças das dinâmicas econômicas em *Lethem* (Guiana), ocorridas a partir de 2013, a construção da BR-401 e da ponte internacional no final do primeiro decênio do século XXI, foram fundamentais para a sua interação espacial com o mercado brasileiro, notadamente com Boa Vista (RR), pela sua dinâmica comercial em *free shops*; na via de entrada de Lethem é onde se localizam as maiores e principais empresas da cidade; os produtos vendidos em Lethem são oriundos de Georgetown, Capital da Guiana, que ali chegam pelo Canal do Panamá e do Polo Industrial de Manaus; com a crise econômica e as questões internas em território venezuelano, gerando uma movimentação emigratória crescente de pessoas e empresas, várias lojas foram fechadas em Santa Elena de Uairén. Nesta cidade há grandes estruturas prediais de comércio de importados, de investidores chineses, não percebidos naquelas dimensões em Oiapoque (Amapá, Brasil), Pacaraima e em Bonfim (Roraima, Brasil), Saint-Laurent du Maroni (Guiana Francesa), Albina (Suriname), Nieuw Nickerie (Suriname), e Corriverton (Guiana).

Quanto à função da *Região das Guianas* na economia-mundo, além de se comportar como um espaço fornecedor de *commodities*, é uma região cujos países integram vários blocos econômicos (Mercosul, Caricom, Comunidade Andina, OPEP e União Europeia). Tal configuração estimula a geração de investigações sobre o tema, bem como sobre as suas materializações e manifestações nas capitais dos países envolvidos e nas suas *cidades-gêmeas*, por serem a zona de contato entre dois países. Lethem e Oiapoque se comportam como espaços de vitrines comerciais de produtos de bens de consumo, muitos deles oriundos do Polo Industrial de Manaus.

Quanto ao uso da expressão de *cidades-gêmeas*, perceberam-se diversos fatores que devem ser levados em consideração, não somente a sua proximidade geográfica, tais como: suas atuações como complexos econômicos complementares; é um tipo de aglomeração urbana; devem ter uma história comum no passado; devem buscar cooperação, deve ter uma certa base jurídica e institucional, com possível permissão da eliminação das fronteiras; estão localizados às margens de um rio que historicamente serviu de fronteira entre eles (exceto o caso entre Brasil/ Venezuela, que é um fronteira seca); sua população tem composição étnica mista e é muitas vezes bilíngue; intencionam um possível equilíbrio de (re)integração ou (re)unificação; são saídas e entradas para o tráfego internacional; não estimulam o cultivo de sentimento de competição com a cidade vizinha, mas de complementaridade.

Quanto às dinâmicas regionalizadas, de cooperações transfronteiriças, para suas relações espaciais, seja com efeitos de separação e de cooperação, até se atingir o estágio de integração, etapas devem ser alcançadas. Considerando que a *Região das Guianas* ainda não atingiu uma interação espacial sólida e relações diplomáticas de cooperação contundentes, o máximo que se tenha alcançado são *ensaios de inte(g)ração espacial e de relações diplomáticas*.

Ou seja, as faltas de diálogo entre os países fronteiriços na *Região das Guianas*, dos blocos econômicos ali estabelecidos, se materializam nas dinâmicas das cidades fronteiriças percorridas neste trabalho de campo. A integração não é somente física (por uma rodovia ou ponte), de fluxo (por embarcações, *ferry boats*, catraias ou *pirogue*), mas é relacional, tanto no circuito inferior quanto no superior miltoniano, que configuram seus usos, suas configurações e suas funções territoriais, como também de acordos em blocos econômicos. A Guiana e o Suriname integram o Mercosul como *Estados Associados*.

Quanto às observações efetuadas na fronteira Suriname/Guiana Francesa, destacam-se; inexistem infraestruturas físicas interligando as margens do rio fronteiriço Maroni, mas a interação espacial ocorre, seja pelo uso de *ferry boats*, e usando o sistema aduaneiro de controle fluxo formal de trânsito automobilístico e/ou de passageiros; seja por uso de embarcações de trânsitos informais, sem o controle das agências alfandegárias, cujos os embarques e desembarques ocorrem sem uma proteção climática aos seus passageiros. Os profissionais que atuam nos transportes transfronteiriço fluvial são

informais e não atuam em atividades associativistas ou cooperativistas; há pouca ocorrência de empresas filiais nas cidades fronteiriças oriundas das capitais da Guiana Francesa e de Suriname; ocorrência de várias empresas comerciais chinesas atuando no lado surinamês, exercendo atividades do setor de serviços. Não foram percebidas empresas do setor secundário, no trecho percorrido.

No lado francês, em Saint Laurent du Maroni, as observações efetuadas ocorreram na sua configuração urbana. É a que possui o maior indicador demográfico das cidades-gêmeas da Região das Guianas visitadas nesta expedição. Possui uma condição urbana melhor estruturada e organizada que o lado surinamês.

Quanto à linde Suriname/ Guiana, a partir do núcleo urbano de Nieuw Nickerie, este não se localiza na linha de fronteira, que dista 36 km do porto South Drain, de onde ocorre a travessia transfronteiriça por *ferry boat*, pelo rio Corantijn ou Courantyne. A atividade econômica de Nieuw Nickerie é assentada no setor de serviços, mas a região se destaca na produção de arroz, com a ocorrência um longo trecho de dique e comportas de controle das águas para o plantio do arroz, aproveitando a influência das marés, semelhante aos *polders* holandeses. Contudo, não há a comercialização de arroz via rodoviária, aproveitando os serviços de balsa, pois inexistem, também, um sistema de engenharia rodoviário fixo entre no rio Corantijn.

Considerando o espaço relacional estabelecido, não foi percebida interação espacial entre as fronteiras na cidade de Nieuw Nickerie, seja em turismo de guianenses, seja no inverso. Levando à dúvida de pode-se ser adotado a interpretação da definição de *cidade-gêmea* no caso Suriname/Guiana. Percebeu-se que a moeda surinamesa, dólar surinamês, apresentava-se mais valorizada que a moeda guiana, o dólar guianense.

Quanto à Corriverton, esta é a cidade mais oriental da Guiana. Localiza-se na foz do rio Corantijn. Seu núcleo urbano está na linha de fronteira com o Suriname, contudo sua Alfândega encontra-se a 10 km da cidade. A cobrança da taxa alfandegária para entrar em Suriname é superior, comparada ao seu vizinho, para atravessar o rio fronteiro.

Assim, ao longo dos levantamentos efetuados nesta pesquisa, ficou evidente que não se pode analisar a Região das Guianas somente como ações e atos políticos, mas que se deve incluir nas discussões variadas que afetam o uso e geram funções em seu território, tais como: sua urbanodiversidade; o uso de suas potencialidades naturais; geográficas e econômicas em um mundo articulado em rede; as suas interdependências econômicas e suas respectivas temporalidades; as inte(g)rações dos circuitos superior e inferior da economia em um mundo em constante conflito entre o global e o local; sua organização e ordenamento espacial; a gestão do seu espaço mediante os aspectos de ordenamento, configuração e o planejamento territorial e; as suas relações e conflitos internos.

Ao bordar reflexões sobre as espacialidades, temporalidades, territorialidades, institucionalidades, inte(g)rabilidades e acionalidades da Região das Guianas, significa perceber que esta não possui um comportamento homogêneo em suas construções, configurações, usos e funções deste território. Em suas heterogeneidades e diversidades, deve-se buscar entender os novos usos e funções que este território vem construindo em seu processo de inte(g)ração regional e mundial; como também, de suas ações de *vivificação* e *vitalização* do uso de seu território.

Sobre a questão fronteiriça do Estado do Amapá (Brasil) e da Guiana Francesa, esta se insere numa posição estratégica para os seus respectivos territórios nacionais, seja por conta de ser a zona de contato entre os blocos econômicos do Mercosul com a União Europeia; seja pela possível exploração petrolífera parte marítima desta fronteira. Contudo, ainda se predominam os ensaios de intenção de cooperação transfronteiriça, estimuladas a partir de meados da década de 1990.

O Município de Oiapoque, apresenta uma temporalidade lenta e longa em suas transformações, apresenta-se como uma espacialidade e territorialidade estratégica em suas acionalidades, seja pela sua importância geopolítica nacional; por que possui grande influência de políticas ambientais e de segurança nacional para a sua organização territorial espacial; apresenta expectativas de uma nova acionalidade: a exploração do petróleo.

Além das oito décadas de existência de Oiapoque como Município, também participa de duas décadas de existência de uma política territorial na Faixa de Fronteira, o Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF) (2005-2025), que possui grande influência nas políticas territoriais deste município. É o único Município amapaense inteiramente inserido na Faixa de Fronteira brasileira.

Desde a década de 1980 foram instalados espaços com restrições de uso do território neste Município: três Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Mais recentemente, em 2025, foi resgatado uma proposta de se estabelecer Reservas Extrativistas Marinhas no Amapá. As discussões para se instalar RESEX-Mar no Amapá não são recentes. Desde 2005 tais debates e reuniões com colônias de pescadores amapaense ocorrem.

Caso a atividade petrolífera seja efetivada no litoral oiapoquense, estima-se que novas dinâmicas geoeconômicas serão estimuladas pela atividade mineral, expansão urbana em manguezais, exigências de trabalhadores para *trabalhos novos*, dentre outros.

No último decênio do século XX, a principal ação de política territorial na fronteira Brasil-França foi assinatura do Acordo-Quadro entre esses dois países, originando vários atos infraestruturais, ensaios de cooperação e de políticas ambientais, urbanas e de inte(g)rações espaciais.

No século XXI, em seu primeiro quartil (2000-2025) novas configurações e usos territoriais desta linde são construídos, ei-los:

- No **primeiro decênio** do século XXI, três movimentos se destacam: o *primeiro* diz respeito à duas políticas ambientais: uma internacional e outra local; no *segundo*, a sua inserção no PDFF, que com 20 anos de existência do PDFF (2005-2025), houve muita mudança no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros, em que a transfronteirização é a inte(g)ração imediata e necessária; no *terceiro*, avançam-se as articulações para a efetiva pavimentação da BR-156 e a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

- No **segundo decênio**, destacam-se: o seu reconhecimento como *cidade-gêmea* e a permissão de instalação de *duty free* em sua territorialidade; a liberação da ponte binacional.

- No **terceiro decênio**, foi elaborado o primeiro Plano Diretor do Município de Oiapoque; retoma-se a pavimentação de 250 km da BR-156, no trecho entre Calçoene e Oiapoque; ocorrência da terceira reunião do Comitê Local de Gerenciamento do Regime de Circulação Transfronteiriça entre o Brasil e a França, em que foi retomada a emissão da carteira de circulação transfronteiriça. Esta carteira não é exigida em território brasileiro, como também, não é exigido o visto e nem é cobrada nenhuma taxa de entrada dos franceses em território brasileiro. Em 2025, estima-se a inserção da espacialidade oiapoqueense na exploração petrolífera internacional, mas não de sua produção.

Ainda sobre a possível exploração petrolífera na fronteira marítima Brasil/França, as pesquisas para exploração de petróleo na Guiana Francesa estão paradas, devido à lei Hulot de 2019, que proíbe as pesquisas de recursos minerais fósseis, gerando debates políticos dos representantes da Guiana Francesa com a sua metrópole. Ou seja, a classe política franco-guianense pede para que a lei Hulot não se aplique na Guiana Francesa para poder explorar o petróleo.

Assim, nessas distintas e complementares temporalidades, espacialidades, territorialidades, institucionalidades, inte(g)rabilidades e acionalidades houve muita mudança no ritmo, particularidades e diretrizes da economia, usos, configurações e funções do território na *Região das Guianas*. Onde há grande atuação de *espacialidades institucionalizadas* com grande *magnitude do Estado* em sua sócio, política e economia; a lenta e gradual temporalidade envolvimento desta fronteira nas políticas territoriais e econômicas no contexto nacional; há pouca política urbana nas configurações de suas cidades e; há ensaios de política de integração espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABVS, Algemeen Bureau Voor De **Statistiek**. **Demografische data (2018-2021)**. Paramaribo, Suriname: Afdeling Bevolkingstastistiekem, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://statistics-suriname.org/wp-content/uploads/2023/03/DEMOGRAFISCHE-DATA_DEMOGRAPHIC-DATA-2018-2021-februari-2023-1.pdf

ADIALA, C. S. M. **Efeitos de Políticas Públicas em Cidades de Fronteira: Uruguaiana e Sant'ana do Livramento (RS)**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Geografia, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AGÊNCIA IBGE. **IBGE atualiza municípios de fronteira e defrontantes com o mar devido a mudanças de limites**. IBGE, Brasília, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites>.

ALEIXO, R. Cabo submarino de fibra óptica e conclusão da BR-156; veja o que foi definido no encontro entre Brasil e França. *In: G1 Amapá*. 12/06/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/06/12/cabo-submarino-de-fibra-optica-e-conclusao-da-br-156-veja-o-que-foi-definido-no-encontro-entre-brasil-e-franca-no-ap.ghtml>

ALICINO, Pe. Rogério. **Clevelândia do Norte** (Corajosa e patriótica iniciativa pela nacionalização e povoamento das fronteiras do Ex-Contestado Franco - Brasileiro, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971, p.136 pp (Pub. 420 - Col.Taunay).

ANGOTTI, T. Ciudad Guayana: From Growth Pole to Metropolis, Central Planning to Participation. *In: Journal of Planning Education and research*. 20 (3): 329-338, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0739456X0102000305>.

ANISCHENKO, A. G.; SERGUNIN, A. Twin cities: a new form of cross-border cooperation in the Baltic Sea Region? **Baltic Region**. 1(1):19-27, 2012. Disponível em: DOI: 10.5922/2079-8555-2012-1-3.

AREB, M. V.; LIMA, S. P. M.; CONCEIÇÃO, F. S. Território e relações de poder na Região Metropolitana de Manaus: Metropolização, resistências e permanências. *In: Revista Geopolítica Transfronteiriça*. 8 (1): 79-94, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3396>.

ARIAS, H. C. La Demarcación de Tierras Indígenas en Venezuela. *In: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. 13(3): 2007. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112007000300013.

ARIAS, H. C.; GUERRERO, L. C. Territorios Indígenas en Venezuela. Aspectos histórico-jurídicos y dinámicas socio-espaciales en Amazonas. *In: BECERRA, M. J.; ALONSO, A. A.; FLORES, Y. M (Coord.). La transversalidad del ejercicio geográfico en Venezuela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Grupo de Análise Territorial (ANTE), 2022. p.205-218.

BARBOSA, A. **Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil: O papel das Forças Armadas na estruturação do Estado de Roraima**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Tese (Doutorado em Geografia).

BARROS, N. C. C. **Roraima, paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Editora Universitária, 1995.

BECERRA, M. J.; PINEDA, G. P. Territorialidad Indígena en Venezuela: Experiencias e historias de resistência. *In: BECERRA, M. J.; ALONSO, A. A.; FLORES, Y. M (Coord.). La transversalidad del ejercicio geográfico en Venezuela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Grupo de Análise Territorial (ANTE), 2022. p. 187-203.

BECKER, B. K. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond: 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 8.256/1991. **Cria a Área de Livre Comércio de Boa Vista e a Área de Livre Comércio de Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências**.

BRASIL, Casa Civil. Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980. **Promulga o Tratado de Cooperação Amazônica, concluído entre os Governos República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru, da República do Suriname e da República da Venezuela**.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1980/D85050.html.

BRASIL, Casa Civil. Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976. **Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1455.htm.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. **Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição**.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria de nº 1.080, de 24 de abril de 2019. **Inclui o Município no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição**.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. **Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição**.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014. **Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição**.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Retomada da emissão da carteira transfronteiriça para ingresso de brasileiros na Guiana Francesa**. Nota à Imprensa nº 28. 23/01/2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retomada-da-emissao-da-carteira-transfronteiriça-para-ingresso-de-brasileiros-na-guiana-francesa-1.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **XII Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França – Caiena, 3 e 4 de julho de 2023**. Nota à imprensa. 06/07/2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xii-comissao-mista-transfronteiriça-brasil-frança-2013-caiena-3-e-4-de-julho-de-2023.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Receita Federal libera 'free shops' em cidades brasileiras localizadas em fronteiras**. 2018, disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/receita-federal-libera-free-shops-em-cidades-brasileiras-localizadas-em-fronteiras#:~:text=As%20cidades%20brasileiras%20consideradas>.

BRASIL, Receita Federal. Instrução Normativa RFB nº 2.075, de 23 de março de 2022. **Dispõe sobre o regime aduaneiro especial de loja franca**. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=123368#:~:text=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20RFB%20n%C2%BA%202075,%20de%202023>.

BRASIL, Senado Federal. Projeto de Decreto Legislativo 28/2019. **Exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima**. Disponível em: <chrome->

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7916250&ts=1718388595509&disposition=inline.

BUURSINK, J. The binational reality of border-crossing cities. **GeoJournal**. 54: 7–19, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1021180329607>.

CAMANDUCCI, P. Boxing Day – Conheça essa data, sua origem e impacto cultural. **Inglês na Rede**. 2021. Disponível em: <https://inglesnarede.com.br/cultura/boxing-day/>.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil - 1970-2005**. 3ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial n Brasil, 1930-1995**. 2ª ed. re. e aum. Campinas, Unicamp, 1998. (30 anos de Economia - UNICAMP - 2).

CARNEIRO FILHO, C. P.; Camara, L. B. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. *In: Confins*. (41): 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/22262>.

CARVALHO, P. Sede de Pacaraima pode ser excluída de T. I. São Marcos. *In: Folha de Boa Vista*. 2019. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/politica/sede-de-pacaraima-pode-ser-excluida-de-ti-sao-marcos/>.

CARVALHO, P. Serra Verde lança novo óleo vegetal feito 100% em Roraima em dezembro. *In: Folha BV*. Caderno Agro.07/11/2024. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/agro/serra-verde-lanca-novo-oleo-vegetal-feito-100-em-roraima-em-dezembro/>.

CASTILHO, A. L. **Os gigantes**: Os 100 maiores municípios que compõem 37% do território brasileiro. Rio de Janeiro: Observatório De Olho nos Ruralistas, 2024. Dossiê. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Os-Gigantes-2024.pdf>.

CAVALCANTE, B. R. S.; VIEIRA, A. B.; CALDAS, Y. P. Nas fronteiras do Suriname: relatos e retratos de um trabalho de campo entre Albina (Suriname) e Saint-Laurent du Maroni (Guiana francesa), **Confins** [Online], 67 | 2025. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/62385>.

CHELALA, C. A. **A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense**. Macapá: MDR/UNIFAP, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

CHRISTIAN, H. Plenário aprova desmembramento de sede de Pacaraima (RR) da terra indígena São Marcos. *In: Rádio Senado*, Brasília, 16/10/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2019/10/16/plenario-aprova-desmembramento-de-sede-de-pacaraima-rr-da-terra-indigena-sao-marcos>.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15 - 47.

COSME, A. S. **O viver em Bonfim – RR**: A percepção em uma área fronteira. Boa Vista: PPGeo/UFRR, 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia).

COSTA, E. P. L. D. **O Projeto Calha Norte**: antecedentes políticos. 1994. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

DAVY, D.; FILOCHE, G. **Zones de Droits d'Usage Collectifs, concessions, cessions en Guyane française : bilan et perspectives 25 ans après**, Cayenne: CNRS/IRD/OHM, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326366260_Zones_de_Droits_d%27Usage_Collectifs_concessions_cessions_en_Guyane_francaise_bilan_et_perspectives_25_ans_apres.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Amapá e Guiana Francesa debaterão propostas para fronteira.** Jornal Diário. **Caderno Política.** 07/06/2024. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/amapa-e-guiana-francesa-debaterao-propostas-para-fronteira/>.

FIRJAN. **Índice Firjan de Gestão Fiscal.** Rio de Janeiro: Firjan, 2023. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>.

FIRSKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 122, p. 19-38, 2012.

FIRSKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? *In*: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de (Eds.). **Território metropolitano, políticas municipais:** por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, p. 21-51, 2013.

FOLHA DE BOA VISTA. Sede de Pacaraima deve ser excluída. *In*: **Folha de Boa Vista**, 2007. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/45523>.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima.** 9ª ed. revista e atualizada. Boa Vista: IAF, 2017.

FREITAS, A. **Fronteira Brasil/Venezuela:** Encontros e desencontros. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 1998.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano:** evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/3dcd1157-431a-43cc-aed0-aeaddbad1adf/full>.

GACETA OFICIAL de la República de Venezuela. Decreto 276/1989: **Reglamento Parcial de la Ley Orgánica para la Ordenación de Territorio sobre Administración y Manejo de Parques Nacionales y Monumentos Naturales.** Disponível em: <https://www.leyes.io/venezuela/decreto-276-reglamento-parcial-de-la-ley-organica-para-ordenacion-de-territorio-sobre-administracion-y-manejo-de-parques-nacionales-y-monumentos-naturales-gaceta-4106-1989>.

GALDINO, L. K. A. **Roraima:** Da colonização ao Estado (Tomo I). Boa Vista: UERR, 2017. Disponível em: <https://edicoes.uerr.edu.br/index.php/inicio/catalog/book/8>.

GARRINHAS, J. **Elvas:** uma Geografia de Fronteira. Lisboa, 2018.

GESSI, N. L.; ALLEBRANDT, S. L.; THESING, N. J.; MULLER, A. A.; ALMEIDA, M.; VARGAS, M. W. Políticas Públicas para a Fronteira Brasileira: Regulação, mecanismos e ações de segurança e Defesa Nacional. *In*: **Research Society and Development.** 10 (9). Jul., 2021. Disponível em DOI: 10.33448/rsd-v10i9.17950.

GRANGER, S. Uma metrópole em formação nas Guianas? A conurbação Caiena-Kourou na Guiana Francesa. *In*: **Revista Amazônia Moderna.** Setembro de 2024. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/19530/22679>.

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

HARVEY, D. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. *In*: **Revista Lutas Sociais.** Vol. 13/14, 1º sem. 2005. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf.

HOUTUM, H. V. **The Development of Cross-Border Economic Relations.** ThelaThesis Publishers: Amsterdam, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23732421_The_development_of_cross-border_economic_relationships_between_firms_in_border_regions.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Programa Fronteira Integrada: Fronteiras da Amazônia – Arco Norte e Rondônia**. Brasília: IBAM/IICA, 2025. Disponível em: <https://www.frenteirasamazonia.ibam.org.br/>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios do Hemisfério Norte**. Brasília: IBGE, 2024. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/municipios_localizados_no_hemisferio_norte/2024/Municipios_Hemisferio_Norte_2024.pdf.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Suriname**. Brasília: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/suriname>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo do Brasil - 2022**. Brasília: IBGE, 2022b.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>.

INDIAN Feelings. **Fusie Suriname en Franks Guyana?** 2008. Disponível em: <https://www.indianfeelings.nl/fusie-suriname-en-franks-guyana/?html>.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda: Resultado por entidad federal y municipio - Amazonas**. INE, Caracas, 2014a.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda: Resultado por entidad federal y municipio - Bolívar**. INE, Caracas, 2014b.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda: Resultado por entidad federal y municipio - Delta Amacuro**. INE, Caracas, 2014c.

IIRSA. **Country report**. 2014. Disponível em: https://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cde5_presentacionsurinam.pdf

IIRSA. **Improvement of the Marowijne River International Crossing**. 2002. Disponível em: http://www.iirsa.org/bancomedios/documentos%20pdf/aic_ficha_proyecto_29_eng.pdf.

INSEE, Institut National de la Statistique e des Études Économiques. **Dossier Complet - Commune de Saint Laurent du Maroni**. 2020a. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2011101?geo=COM-97311>.

INSEE, Institut National de la Statistique e des Études Économiques. **Dossier Complet - Commune de Saint Georges**. 2020b. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/7725600?geo=COM-97308>.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. **Fronteiras do Brasil: primeiros resultados do censo demográfico de 2022**. Brasília: IPEA, 2023. Nota Técnica, 41. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12359/4/NT_41_Dirur_Fronteiras.pdf.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. **A construção do urbano-territorial na Amazônia: Entendimentos práticos de Manaus e sua Região Metropolitana**. Brasília: IPEA, 2021. Projeto Governança Metropolitana no Brasil. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10438/1/Pgmb_rm_manaus_complemento_b.pdf.

ISA, Instituto Sócio-Ambiental. **Governo federal anuncia homologação de seis Terras Indígenas; em um dos casos, tempo de espera chegou a 24 anos**. ISA, 2023. Disponível em: <https://www.terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/219605>

JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.

JORNAL da USP. França perde momento de declarar interesse no Tratado de Cooperação Amazônica. **Jornal da USP no ar**, Atualidades. 01/09/2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=679584>.

LABTRANS, Laboratório de Transportes e Logística. **Relatório comparativo RP 1 – Suriname**. Labtrans/UFSC, 2020. Disponível em: <http://tri.antt.gov.br/Lists/DocumentoANTT/RP1%20-%20Suriname.pdf>.

LÉOBAL, C. Transborder Dwelling in Albina (Suriname) and Saint-Laurent (French Guiana) on the Lower Maroni. In: Mikhailova, E.; Garrard, J. **Twin Cities Across Five Continents**. Routledge, 2021. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781003102526/twin-cities-across-five-continents-john-garrard-ekaterina-mikhailova>.

LÉZY, E. **Guyane, Guyanes, une géographie « sauvage » de l'Orénoque à l'Amazone**. Paris: Belin, 2000. Coleção Mappemonde.

LIMA, F. As dinâmicas territoriais no espaço de fronteira na fachada atlântica peninsular: a eurocidade Valença/Tuy. **Cadernos: Curso de Doutorado em Geografia**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, nº 4, 2012. p. 75-86.

LIMA, J. A. S.; LIMA, J. N. S.; SOUSA, G. A.; MAIA, M. (Orgs.). **Roraima 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. (Estudos Estados Brasileiros).

MAGALHÃES, M. G. O Estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e Guiana. In: **Textos e Debates** / Universidade Federal de Roraima. (12): 58-67, 2007.

MANGAR, T. C. Guiana: História e desenvolvimento econômico. In: **Revista Diplomacia Estratégia Política**. (10): 149-161, out./dez., 2009.

MARTE, A. A. Rómulo Betancourt y la Venezuela urbana, III: Ciudad Guayana. In: **Prodavinci**. 2020. Disponível em: <https://prodavinci.com/romulo-betancourt-y-la-venezuela-urbana-iii-ciudad-guayana/>.

MARTINEZ, F. R. **Crescimento econômico na Região Nordeste de Roraima**. Boa Vista: EDUFRR, 2016. (Coleção Comunicação e Políticas Públicas, 17).

MARTÍNEZ, M. V. Territorios Federales en Venezuela en el siglo XIX. In: PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. **Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia y institucionalización espacial**. Macapá/ Rio Gallegos, UNIFAP/UNPA-UARG, 2018. p. 12-54.

MARTINS, A. M. M. **Eurocidades: de limite a transição, o caso de Elvas/Badajoz**. Évora, Portugal: MIA/EU, 2021. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura); Universidade de Évora.

MEDINA, R. N.; OLIVEIRA NETO, T.; SILVA, F. B. A. Redes, fluxos e periodização da ligação Manaus-Boa Vista (Rodovia BR-174). **Geoconexões**, [S. l.], v. 3, n. 20, p. 202–226, 2024. <https://doi.org/10.15628/geoconexes.2024.17228>.

MENCK, J. T. M. **A questão do rio Pirara (1829-1904)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MOURA, R.; FERREIRA, G. **Fronteiras do Brasil: Primeiros resultados do censo demográfico 2022**. Brasília: IPEA, 2022. Nota técnica.

MOURA, R.; PEGO, B.; FERREIRA, G. **A gestão urbana em arranjos transfronteiriços e os desafios de sua regulamentação**. Brasília: IPEA, 2022. Texto para discussão, 2809. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2809>.

NEVES, A. J.; SILVA, J. C.; MONTEIRO, L. C. R. **Mapeamento das políticas públicas na faixa de fronteira: interface com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016. Relatório. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2659/1/mapeamento-das-politicas-federais-na-ff.pdf>.

OLIVEIRA NETO, Thiago. **O transporte rodoviário de passageiros na Amazônia brasileira**. São Paulo: FFLCH/PPGeo, 2024. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 741f. <https://doi.org/10.11606/T.8.2024.tde-20082024-093005>.

OLIVEIRA, K. L.; BETHONICO, M. B. M. Dinâmica espaciais na Terra Indígena São Marcos – RR: Um olhar a partir da introdução de objetos artificiais. In: **Revista Eletrônica Casa de Makunaíma**. 2(3): 29-47, jan./jun., 2019.

OTCA, Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia. **46 anos do Tratado de Cooperação Amazônica: um marco na preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia**. 03/07/2024. Disponível em: <https://otca.org/pt/46-anos-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-um-marco-na-preservacao-e-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia/>.

PACHECO, J. Brasil e França discutem acordos na fronteira para facilitar travessia da Ponte Binacional. In: **G1 Amapá**. 03/07/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/03/brasil-e-franca-discutem-acordos-na-fronteira-para-facilitar-travessia-da-ponte-binacional.ghtml>.

PEGO, B.; MOURA, R.; KRÜGER, C.; NUNES, M.; OLIVEIRA, S. **Fronteiras do Brasil: Uma avaliação do Arco Norte**. Brasília: IPEA, 2018. Vol. 3. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8466>.

PEGO, B.; MOURA, R.; KRÜGER, C.; NUNES, M.; OLIVEIRA, S. **Fronteiras do Brasil: Diagnóstico e agenda de Pesquisa para política pública**. Brasília: IPEA, 2017. Vol. 2. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170628_frenteiras_do_brasil_volume2.pdf.

PEREIRA, I. Autoridades do Amapá celebram anúncio da isenção de visto para brasileiros entrarem na Guiana Francesa. In: **G1 Amapá**. 05/06/2005. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/06/05/autoridades-do-amapa-celebram-anuncio-da-isencao-de-visto-para-brasileiros-entrem-guiana-francesa.ghtml>.

PEREIRA, M. C. Processos migratórios na fronteira Brasil/Guiana. In: **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, 2006.

PETOT, D. L. A. **Fronteira no rumo certo: Situação das políticas fronteiriças Brasil-Venezuela e o caso do Acordo “Non Aedificandi” entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén**. Boa Vista PPGSF/UFRR, 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira).

PIMENTEL, C. N. Roraima interligando nações: Brasil e Guiana. In: **Textos e Debates** / Universidade Federal de Roraima. (14): 87-102, jan./jun., 2008.

PINAS, L. Em 50 anos após independência, povos do Suriname travam luta por demarcação de terras. In: **Dialogue Earth**. Caderno Justiça, 28/06/2024. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/justica/suriname-luta-demarcacao-terras-indigenas-quilombolas/>.

PORTO, J. **20 anos do Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira**. Santiago de Compostela: IDEGA/USC, 2025a. Datil. Paper de atividade de pesquisa como Professor-Visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC). Disponível em: DOI: 10.13140/RG.2.2.16682.73922.

PORTO, J. **Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (1854-2024)**. Santiago de Compostela: IDEGA/USC, 2025b. Datil. Atividade de pesquisa como Professor-Visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC). DOI: 10.13140/RG.2.2.22028.83849.

PORTO, J. **A magnitude do estado na Região das Guianas Brasileira: Ensaio sobre o Programa Bolsa Família (2016-2024)**. Santiago de Compostela: IDEGA/USC, 2025c. Datil. Atividade de pesquisa como Professor-Visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC). DOI: 10.13140/RG.2.2.33867.71209.

- PORTO, J. **Progresso Social na Região das Guianas Brasileira: Ensaio de desempenho territorial**. Santiago de Compostela: IDEGA/USC, 2025d. Datil. Paper de atividade de pesquisa como Professor-Visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC). DOI: 10.13140/RG.2.2.27931.78883.
- PORTO, J. A aprendizagem territorial amapaense: a lição, sabemos de cor. Só nos resta aprender. *In*: PORTO, J. **Discursos da Academia Amapaense de Letras**. Macapá, Edifap, 2024a.
- PORTO, J. **Inte(g)rações espaciais (trans)fronteiriças de Roraima (Brasil): oito décadas de acionalidades espaciais**. Santiago de Compostela: Programa de Pós-graduação Planificación e Xestión Territorial Universidade de Santiago de Compostela, 2024b.
- PORTO, J. L. R. (Org.). **Amapá: oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023)**. Maringá, PR: Uniedusul, 2023a.
- PORTO, J. (Org.). **Os Territórios Federais no Brasil: Aspectos de um ente em construção**. Maringá: Uniedusul, 2023b.
- PORTO, J. **Periodizações para se pensar o Amapá**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2022a. Disponível em: DOI: 10.13140/RG.2.2.19506.27844.
- PORTO, J. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Revista Confins**, v. 55: 131 - 146, 2022b.
- PORTO, J. Relatos de trabalho de campo na única fronteira internacional da França com o Brasil. *In*: PORTO, J. (Org.) **Encontros e percepções geográficas: Diálogos e provocações**. Maringá: Uniedusul, 2022c. p. 74-83.
- PORTO, J. A acionalidade espacial e a Amazônia: de espaço isolado, truncado, à busca pela integração. *In*: SANTOS, A. Q. *et al.* **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021. p. 362-377.
- PORTO, J. **Desenvolvimento geográfico desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional brasileira: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. Maringá: Uniedusul, 2020.
- PORTO, J. A construção da condição urbana-metropolitana amapaense. **Acta Geográfica**. v. 12, p. 145-159, 2018.
- PORTO, J. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)**. Macapá: SETEC, 2003.
- PORTO, J.; CALDAS, Y. P. Gênese, construções e delimitação da fronteira Brasil-França: da conquista do território à fronteira tardia. **Revista Territórios & Fronteiras**, v.8, p. 15-40, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosedefronteiras/index.php/v03n02/article/view/457>.
- PORTO, J.; GUIMARÃES, F. dinâmicas e expectativas do estado do amapá: 80 anos de transformações territoriais e econômicas (1943-2023). *In*: PORTO, J. L. R. (Org.). **Amapá: oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023)**. Maringá, PR: Uniedusul, 2023.
- PORTO, J.; PORTO, I. L. V. Do rio que comanda ao que intensifica a vida. *In*: PORTO, J.; SANTOS, V. F.; POLIDORI, L. (Orgs.). **Entre rotas e caminhos: até onde o rio-mar chega e o mar alcança o rio**. Macapá: IEPA, 2021.
- PORTO, J.; SENA DOS SANTOS, P. G. A reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá-Guiana Francesa. *In*: Silveira, E. D.; Camargo, S. A. F. (Org.). **Socioambientalismo de Fronteiras**. Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 101-112.
- PORTO, J.; SUPERTI, E. Peripheral or strategic? The border condition of the amazon frontier in Brazil. **Estudios Fronterizos**. v. 23, 2022. Disponível em: <https://ref.uabc.mx/ojs/index.php/ref/article/view/1022>.

- PORTO, J.; SUPERTI, E. O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: A atuação dos Territórios Federais. In: PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. **Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia e institucionalización espacial**. Macapá: Editora da Unifap, 2018. p. 129-145.
- PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A. C.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. Do território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá. In: **Anais do Seminário trinta e cinco anos de colonização da Amazônia**. Porto Velho: Unir, 2007.
- RAPOSO, T. J. N. **A (re)produção do espaço urbano no Município de Pacaraima (1995-2013)**. Boa Vista: PPGeo/UFRR, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- REIS, A. C. F. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Belém: Secult, 1993. 2 v. (Série Lendo o Pará; 15).
- RIBEIRO, L. C. Q.; SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Metrôpoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 171-201, 2011.
- RODRIGUES, F. S. Migração transfronteiriça em Venezuela. In: **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, 2006.
- ROCHA, G. M. Aprendizagem territorial. In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; SOBRINHO, M. V. **Aprendizagem territorial: Dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPa, 2016. p.9-22.
- ROMANI, C. “**Clevêlândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil**”! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). Campinas: PPGH/IFCH/Unicamp. 2003.
- ROSA FILHO, A. BESERRA NETA, L. C. (Orgs.). **Bonfim: Um olhar Geográfico**. Boa Vista: Edufr, 2013.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SENA DOS SANTOS, P. G. **A (Ultra)periferia do Platô das Guianas: Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1989-2012)**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.
- SENA DOS SANTOS, P. G.; PORTO, J. L. R. Novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, 7 (1): 1152-1168, 2013.
- SENHORAS, E. M.; VERAS, A. T. **Pacaraima: Um olhar geográfico**. Boa Vista: EDUFRR, 2012. (Coleção Comunicação e Políticas Públicas, 1).
- SILVA, A. B. Geopolítica como fator de transformação socioespacial na última fronteira: o papel do Calha Norte no espaço roraimense. In: RODRIGUES, F. S.; PEREIRA, M. C. **Estudos transdisciplinares na Amazônia setentrional: Fronteiras, migração, políticas públicas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

- SILVA, C. O.; PORTO, J. L. R. A condição urbano-metropolitana do Amapá: Novas configurações em estado fronteiriço. In: PACÍFICO FILHO, M.; SILVA, L. O. F.; LIMA, J. F.; GOMES, J. B. (Orgs.). **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. Palmas: EDUFT, 2022, v.1, p. 264-297.
- SILVA, G. V. Cooperação transfronteiriça na Amazônia internacional: Estratégias e ações no caso entre França e Brasil (1996-2023). **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, p. 411-443, 2023a.
- SILVA, G. V. Em Caiena, doutor em Geografia avalia reunião entre Brasil e França: "Histórica" *In: Seles Nafes.com*. Caderno Relações Internacionais. 04/07/2023b. Disponível em: <https://selesnafes.com/2023/07/em-caiena-doutor-em-geografia-avalia-reuniao-entre-brasil-e-franca-historica/>.
- SILVA, G. V. Multimodal Transportation in the Guyana Region: Challenges, Deadlocks, and Regional Geopolitics. In: Silva, G. V. D. V.; Vieira, A. B. (Eds.). **Political geography, geopolitics and territorial management**. Rio de Janeiro: Autografia, 2023c. p. 21-42.
- SILVA, G. V. Cartografias, imagens e outras expressões gráficas. **GEOUSP** (Online) 25 (2), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.175029>
- SILVA, G. V. A região das Guianas e o papel do OBFron na compreensão regional. **Revista de Geopolítica**. 7 (1): 6-23, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/146/142>.
- SILVA, G. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI**. UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SILVA, G. V.; DI MICELI, C. V. **Região das Guianas: Território, história e cultura**. São Paulo: Letra1, 2024.
- SILVA, G. V.; DI MICELI, C. V.; SILVA, B. F. Iconografia das fronteiras das Guianas. **Revista Confins**. 39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.17689>.
- SILVA, G. V.; GRANGER, S. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). *In: GEOgraphia*. 18 (38): 27-50, 2016.
- SILVA, G. V.; RÜCKERT, A. A fronteira Brasil-França: Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). *In: Revista Confins*. 7 (7). 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.6040>.
- SILVA FILHO, E. G. A atuação do Exército no espaço transfronteiriço em Roraima: ações dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida. In: **Anais do 31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 2021.
- SIMÕES, S. O. **Dinâmica das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) - Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira / tributária**. Boa Vista: FCH/UFRR, 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras).
- SOARES, P. R. Região Metropolitana ou Aglomeração urbana? O debate no Rio Grande do Sul. *In: Emetropolis – Revista Eletrônica de Estudos Urbanos Regionais*. n. 15, dez., 2013.
- SOUZA, D. E. C. **Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do extremo norte de Roraima: Área de Livre Comércio de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana)**. Boa Vista: PPGDR/UFRR, 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- SOUZA, R. N.; LIMA, R. A. P. Gestão social ambiental para a resolução de conflitos pesqueiros no Parque Nacional do Cabo Orange (Amapá/Brasil). *In: Ciência Geográfica - Bauru*. XXI - (2): 411-427, Janeiro/Dezembro, 2017. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_2/agb_xxi_2-versao_internet/Revista_AGB_xxi_2-11.pdf.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Área de Livre Comércio de Boa Vista e a Área de Livre Comércio de Bonfim**: Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento. Manaus, Suframa, 2014.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Agroindustrial Serra Verde já produz derivados da soja com incentivos fiscais da Suframa**. s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/agroindustrial-serra-verde-ja-produz-derivados-da-soja-com-incentivos-fiscais-da-suframa>.

TEIXEIRA, A. **Começa a XI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça, no Amapá**. In: Amapá Digital. **03/07/2019**. Disponível em: https://amapadigital.net/politica_amapa_view.php?id_noticia=125530.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**: Uma interpretação da Amazônia. 10ª edição. Manaus: Valer, 2021.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, S. D. **Planos Diretores no Estado do Amapá**: A experiência do Município de Oiapoque (Amapá). Maringá: Uniedusul, 2022. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2022/07/E-BOOK-Planos-diretores-no-estado-do-Amapa-A-experiencia-do-municipio-de-Oiapoque-3.pdf>.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Regionalização, cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 17, n. 43, jan./abr. 2023. Pp. 222-239. Disponível em: DOI: 10.18227/2177-4307.acta.v17i43.8062.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: Reflexões a partir das cidades amazônicas. In: PACÍFICO FILHO, M.; SILVA, L. O. F.; LIMA, J. F.; GOMES, J. B. (org.). **Urbanodiversidade**: possibilidades e contradições. Palmas: Editora Universitária - Eduft, 2022.

TRINDADE JR., S.-C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA** (UFPA), v. 321, p. 1-22, 2013.

UNASUR. **Cartera de proyectos - 2017**. Disponível em: https://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/CARTERA_DIGITAL.pdf.

VENÂNCIO, E. K. P.; OLIVEIRA NETO, T.; NOGUEIRA, R. J. B. O corredor regional Manaus-Boa Vista: Análises geográficas contemporâneas. **Boletim de Conjuntura** (BOCA), v. 18, n. 54, p. 414-438, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13290045>.

XIMENES, Carteira transfronteiriça entre Guiana Francesa e Brasil volta a ser emitida. In: **Jornal O Liberal**. Caderno Brasil. 23/01/2024. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/carteira-transfronteiriça-entre-guiana-francesa-e-brasil-volta-a-ser-emitida-1.770451#:~:text=Com%20a%20carteira%2C%20que%20vale%20por%20dois%20anos%2C,podem%20transitar%20normalmente%2C%20exceto%20ovos%2C%20bananas%20e%20batatas..>

SITES VISITADOS

Coletividade Territorial da Guiana: <https://www.ctguyane.fr/po-amazonie/>

Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva.

https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80#:~:text=Hoje%20o%201%C2%BA%20Pelot%C3%A3o%20Especial%20de%20Fronteira

Enviropea: <https://enviropea.com/programme/interreg/caraibes/>

Eurocities: <https://eurocities.eu/>

Fronteiras da Amazônia Arco Norte e Rondônia: <https://www.frenteirasamazonia.ibam.org.br/>

Global National Parks: www.globalnationalparks.com/french-guiana/

Grupo de Pesquisa Potedes - Políticas Territoriais e Desenvolvimento:

<https://www2.unifap.br/potedes/>

Grupo de Pesquisa Retis: http://www.retis.igeo.ufrj.br/conteudo/producao/dissertacoes_e_teses/

Guyana Lands and Surveys Commission'S Fact Page on Guyana:

<https://factpage.gls.gov.gy/home/amerindian-lands/>.

IBGE - Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas:

<https://nada.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre>

Índice Firjan de Gestão Fiscal: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>

Observatorio Socioambiental Sur de Venezuela: <https://observatorioamazonia.org/>

Observatório da Região Metropolitana de Manaus: <https://www.observatoriomm.org.br>

Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia: <https://otca.org/pt/quem-somos/>

Programa Interreg Caribe (2021-2027): <https://interreg-caraibes.eu/programme-interreg-caraibes-2021-2027>

SOS Orinoco: <https://sosorinoco.org/es/>

The Ministry of Ameridian Affairs: <https://moaa.gov.gy/land-tenure/>

Vereniging van Inheemse Dorpschouten in Suriname: <https://vids.sr/>

SOBRE O AUTOR



Jadson Luís Rebelo Porto é autor e organizador de 47 livros acadêmicos e 16 de poesias. Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2002); Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Regional de Blumenau (2014); Pós-Doutorado em Geografia, pela Universidade de Coimbra (Portugal) (2015); Pós-Doutorado em Estudos Sociais, pela Universidad Nacional de la Patagonia Austral - Unidade Rio Gallegos (UNPA/UARG), Argentina (2017); Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal de Tocantins (2020). Pesquisador-visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, da Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC) (2024/2025). Membro Titular da Academia de Letras José de Alencar, Cadeira 03 (Curitiba, Paraná, Brasil). Membro Titular da Academia Amapaense de Letras, Cadeira 17 (Macapá, Amapá, Brasil). Coordenador do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NESUR/UNIFAP). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Amapá. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional, tem interesse em discutir nos seguintes temas: Amapá; Desenvolvimento regional; Amapá - política e governo; Amazônia; Fronteira e Transfronteirização; Metropolização.

Administrador do site: www.jadsonporto.blogspot.com.br

O objetivo das reflexões aqui estabelecidas é analisar as dinâmicas espaciais e econômicas ocorridas na Região das Guianas no período entre 1950-2024. A relevância deste estudo é decorrente dos seguintes fatores geográficos, territoriais e econômicos que vem ocorrendo nas Região das Guianas. Por um lado, houve a atuação do grande capital internacional atuando em intensidade nesta região, como também ocorreu o processo de independência da Guiana e do Suriname de seus colonizadores nas décadas de 1960 e 1970, gerando outros usos de seus territórios. Ao se identificar distintas e complementares temporalidades, espacialidades, territorialidades, institucionalidades, integridades e acionalidades, percebeu-se diversas mudanças no ritmo, particularidades e diretrizes na economia, usos, configurações e funções do território na *Região das Guianas*.

Jadson Porto

O trabalho de Jadson Porto é um estudo aprofundado sobre as interações transfronteiriças na Região das Guianas, derivado do seu relatório final de mobilidade acadêmica como professor-visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, parte da Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha. O texto, ricamente ilustrado e concluído com 201 referências bibliográficas (22 das quais do próprio Jadson Porto) analisa as dinâmicas espaciais, econômicas e territoriais dessa região, destacando as transformações históricas, geográficas e institucionais.

Hervé Théry

Em certa medida, a obra de Jadson Porto também é um compêndio moderno de Geografia Regional. Um compêndio que gira sobre um espaço único, as Guianas que definem boa parte da Amazônia natural necessitada de preservação. De outra perspectiva, trata-se de um estudo sobre uma região mal conhecida, mesmo no século XXI

Ruben C. Louis-González

Nesta obra, Jadson Porto, com um intenso trabalho de campo e vivência regional, apresenta as diversas regionalizações da Região das Guianas, afinal ela está compartilhada entre Estados-Nacionais com trajetórias históricas e culturais bem diferentes assim como atuam sobre ela de modo distinto. Se a natureza amazônica das Guianas aponta para uma unidade fisiográfica, a história e, logo, a geografia, conduziram à formas desiguais de ocupação.

Ricardo Nogueira

ISBN: 978-65-5418-082-5